

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA**

**Gláucia Moreira Pinto**

**ENCONTROS E SABERES AMBIENTAIS: AS PRÁTICAS  
EDUCATIVAS CONSTRUÍDAS POR CATADORAS DA  
COOPERATIVA SOLIDÁRIA DOS RECICLADORES DO BARREIRO E  
REGIÃO – COOPERSOLI BARREIRO E MOBILIZADORAS SOCIAIS  
DA SLU PARA BELO HORIZONTE.**

**BELO HORIZONTE – MG  
2024**

**Gláucia Moreira Pinto**

**ENCONTROS E SABERES AMBIENTAIS: AS PRÁTICAS  
EDUCATIVAS CONSTRUÍDAS POR CATADORAS DA  
COOPERATIVA SOLIDÁRIA DOS RECICLADORES DO BARREIRO E  
REGIÃO – COOPERSOLI BARREIRO E MOBILIZADORAS SOCIAIS  
DA SLU PARA BELO HORIZONTE.**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Minas Gerais como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador:  
Prof. Dr. Francisco André Silva Martins

**BELO HORIZONTE - MG  
2024**

---

P659e

Pinto, Gláucia Moreira

Encontros e saberes ambientais: as práticas educativas construídas por catadoras da Cooperativa Solidária dos Recicladores do Barreiro e região – COOPERSOLI Barreiro e mobilizadoras sociais da SLU para Belo Horizonte. [manuscrito] Gláucia Moreira Pinto. – 2024.  
1 recurso online, 128 f. ; il. color

Orientador: Francisco André Silva Martins.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação

Bibliografia: f. 120-125

1.Educação ambiental. 2.Políticas públicas. 3. Educação popular. 4.  
Educação – Teses. I. Martins, Francisco Andre Silva. II.Universidade do  
Estado de Minas Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD: 370.115

---

Ficha Catalográfica: Arlete Inocência Menezes Leal Granados CRB/6 - 3100

## **CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

Dissertação defendida e aprovada em 25 de abril de 2024, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Professor Dr. Francisco André Silva Martins - Orientador  
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

---

Professora Dra. Cirlene Cristina de Sousa - Orientadora  
Universidade do Estado de Minas Gerais – Faculdade de Educação

---

Professor Dr. Sandro Vinicius Sales dos Santos - Orientador  
Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação

## **DEDICATÓRIA**

Quero dedicar este trabalho de dissertação às mulheres que dão todo sentido à minha existência: minha avó Edite, (in memoriam), minha mãe Virgínia, minha parceira de vida Dagmá, minha sobrinha Virgínia, minhas tias Edna, Janice (in memoriam) e Vicentina.

*Não podemos continuar explorando os recursos do planeta como se fossem infinitos. É preciso mudar a nossa forma de viver. Precisamos aprender a pisar suavemente na Terra.*

Ailton Krenak

## AGRADECIMENTOS

Para a elaboração de uma dissertação é preciso um coletivo para que o trabalho, de fato, aconteça. Este não será diferente. Assim, quero agradecer, de maneira especial:

Ao meu orientador, o professor Dr. Francisco André S. Martins, carinhosamente chamado por todos de Chico, que me deu a luz e reflexões estratégicas para o exercício da escrita sobre um tema tão caro aos nossos tempos: o trabalho das cooperativas de materiais recicláveis e seu desenvolvimento.

À disponibilidade da banca, professora Dra. Cirlene C. Sousa e professor Dr. Sandro V. S. Santos, na preciosa contribuição tanto na qualificação quanto neste momento de conclusão do trabalho. Ressalto a importante participação da professora Dra. Liliane Souza e Silva na composição desta banca.

À equipe da secretaria da UEMG, da biblioteca e ao corpo docente do PPGe que garantiram a conclusão desta minha caminhada.

Aos vários amigos que fizeram parte deste processo, com dicas, conselhos, observações e buscas que foram tantas para a finalização deste trabalho: João, Paulo Henrique, Joaquim. Enfim, muitos outros que trouxeram para mim a certeza de que era possível.

Às minhas companheiras de jornada no mestrado do PPGe Milene, Rafaelle, Luciana e Renata sempre prontas a me ouvir e me ajudar nos momentos de dúvidas e apertos.

Ao meu querido amigo Anderson que se dispôs à leitura e revisão do texto e, amorosamente, o fez tanto na qualificação quanto na dissertação com assertividade e conselhos para o meu aprimoramento na escrita.

Aos queridos Alberto e Luciléia que se dispuseram a fazer os registros fotográficos destas mulheres catadoras e de seu espaço de trabalho com olhos iluminados.

À querida amiga Celeste Maria Nzazi, que desde o início do meu propósito de fazer o mestrado esteve presente e contribuiu de maneira pungente na revisão e formatação do trabalho.

Ao meu querido irmão, Edson, que tanto amo, que soube entender meus momentos de ausência nos cuidados da nossa casa e de nossa mãe.

À Dagmá, pela presença amorosa e assertiva, atenta e compreendendo meus momentos de completa imersão para a finalização deste trabalho e que soube, na sua generosidade, também contribuir com suas reflexões.

Às minhas queridas parceiras de trabalho, Clarissa e Vanuzia, que se dispuseram a dar as entrevistas sobre suas trajetórias na autarquia SLU e me ofertaram o seu olhar sobre a Coopersoli Barreiro que muito enriqueceu esta dissertação.

À querida Coopersoli Barreiro, nas pessoas de Silvana, Neli, Marli, Andreza, D. Conceição e demais que me acolheram no seu espaço de trabalho e permitiram utilizar suas vozes para a construção deste trabalho.

À Deus, ao Universo maior que, creio, nos sustenta e nos direciona para nossos propósitos e sonhos a serem concretizados.

## RESUMO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa intitulada Encontros e saberes ambientais: as práticas educativas construídas por catadoras da Cooperativa Solidária dos Recicladores do Barreiro e Região – Coopersoli Barreiro e mobilizadoras sociais da SLU para Belo Horizonte. Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar como as práticas educativas implementadas pelos técnicos do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização juntamente com os catadores da Coopersoli se percebem e atuam em prol de uma cidade sustentável. O trabalho dialogou com as temáticas educação, educação libertadora, educação ambiental, além de buscar contribuir com o conceito de cooperativismo como prática alternativa de trabalho e formação humana. A referida pesquisa promoveu reflexões no campo das discussões sobre sustentabilidade e os percursos para a cidadania, tendo como pressuposto a consolidação da educação enquanto direito de todos. Ainda foram evidenciados as ideias, valores e sentimentos dos vários agentes que compõem o Departamento e a Cooperativa Coopersoli, buscando entender as relações diversas que se configuram no trabalho cotidiano desses sujeitos. Por fim, a pesquisa revelou, no trabalho cotidiano dos catadores, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho informal como uma via alternativa de sobrevivência e construção da cidadania. Nas considerações finais, é possível afirmar que o encontro entre estes sujeitos da Coopersoli e da SLU resultou num profícuo caminho de construção de saberes no campo da educação ambiental para a sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental , Educação Popular, Políticas Públicas.

**ENCOUNTERS AND ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE: THE EDUCATIONAL PRACTICES CONSTRUCTED BY WASTE PICKERS FROM THE SOLIDARITY COOPERATIVE OF RECYCLERS OF BARREIRO AND REGION – COOPERSOLI BARREIRO AND SOCIAL MOBILIZERS FROM SLU FOR BELO HORIZONTE.**

**ABSTRACT**

This dissertation presents the results of the research entitled Encounters and environmental knowledge: the educational practices constructed by waste pickers from the Solidarity Cooperative of Recyclers of Barreiro and Region – Coopersoli Barreiro and social mobilizers from SLU for Belo Horizonte. This research had the general objective of analyzing how the educational practices implemented by technicians from the Department of Social Policies and Mobilization together with Coopersoli waste pickers perceive themselves and act towards a sustainable city. The work will discuss the themes of education, liberating education, environmental education, in addition to seeking to contribute to the concept of cooperativism as an alternative practice of work and human training. This research aims to promote reflections in the field of discussions on sustainability and pathways to citizenship, with the assumption of consolidating education as a right for all. The ideas, values and feelings of the various agents that make up the Department and the Coopersoli Cooperative will also be highlighted, seeking to understand the diverse relationships that take place in the daily work of these subjects. Finally, the research reveals, in the daily work of collectors, the possibility of insertion in the informal job market as an alternative way of survival and construction of citizenship. In the final considerations, it is possible to state that the meeting between these subjects from Coopersoli and SLU resulted in a fruitful path towards building knowledge in the field of environmental education for sustainability.

**Keywords:** Environmental Education. Popular Education. Public Policies.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Doc. atualização de dados PMGIRS, julho 2018, pdf.....	67
Tabela 2 – Doc. atualização de dados PMGIRS, julho 2018, pdf.....	68

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>ix</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>x</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO DIALÓGICA COMO PRÁTICA PARA A LIBERDADE – EDUCAÇÃO É COMUNICAÇÃO</b>	<b>22</b>
<b>1.1 - Educação</b>	<b>22</b>
<b>1.2- Educação como prática emancipadora e libertadora</b>	<b>27</b>
<b>1.3- Educação ambiental</b>	<b>32</b>
<b>1.4- As Questões da realidade social</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 2- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS</b>	<b>40</b>
<b>2.1- A Pesquisa qualitativa</b>	<b>42</b>
2.1.1 – Pesquisa documental	44
2.1.2 – Observação participante	45
2.1.3 – Entrevista semiestructural	47
<b>CAPÍTULO 3 - LÓCUS DA PESQUISA</b>	<b>50</b>
<b>3.1 - Superintendência de Limpeza Urbana - SLU</b>	<b>50</b>
<b>3.2 – Departamento de Políticas Sociais e Mobilização da SLU</b>	<b>54</b>
<b>3.3 - O trabalho dos(as) mobilizadores(as) sociais</b>	<b>60</b>
<b>3.4 - A Coopersoli Barreiro</b>	<b>67</b>
<b>3.5 - O atravessamento dos processos formativos institucionais: Projeto Técnico Social (PTS) e sua inserção na organização do galpão</b>	<b>69</b>
<b>3.6 – O Barreiro Como Campo de Luta</b>	<b>80</b>
<b>CAPÍTULO 4 - UMA COOPERATIVA REAL</b>	<b>86</b>
<b>4.1 --. A liderança feminina frente à Coopersoli Barreiro de Belo Horizonte</b>	<b>96</b>
<b>4.2. - A Interseccionalidade na Coopersoli Barreiro</b>	<b>107</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>120</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>126</b>

## **LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS**

ASMARE – Associação de Catadores de papel, papelão e material reaproveitável de Belo Horizonte

CEMP – Centro de Memória e Pesquisa

COOPERSOLI Barreiro – Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região

DP-JUR – Departamento Jurídico

DP-PSM – Departamento de Políticas Sociais e Mobilização

MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

REDESOL – Cooperativa Central Rede Solidária de Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais

PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PTS – Plano de Trabalho Social

SLU – Superintendência de Limpeza Urbana

UEA/SLU – Unidade de Educação Ambiental da SLU

URPV – Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu do trabalho diário na linha de políticas públicas dentro da SLU - Superintendência de Limpeza Urbana - , autarquia em Belo Horizonte, que cuida e faz a gestão dos resíduos sólidos. As vivências ali, até então construídas para as práticas educativas face à educação para a limpeza urbana, levaram a reflexões que tornaram possíveis a elaboração desta dissertação. Práticas educativas foram se consolidando com os encontros, aproximações entre técnicas e catadoras<sup>1</sup> com o propósito comum de construir caminhos para uma cidade sustentável. Essa questão pavimentou um caminho possível para a elaboração deste trabalho.

Nesse percurso de reflexões buscou-se compreender as práticas educativas desenvolvidas em Belo Horizonte por técnicos/as da mobilização social da SLU, juntamente com as catadoras da Cooperativa Solidária dos Recicladores do Barreiro e Região (Coopersoli Barreiro), ambos dialogando no campo de uma educação libertadora e educação ambiental, no propósito de construir uma coleta seletiva mais participativa. É no contexto de busca de compreensão dessas práticas que percebi o quanto elas tornaram possível a construção de mudanças nos hábitos das pessoas envolvidas quanto ao consumo, quanto ao entendimento de descarte correto e, também, na relação que se estabelece entre técnicos/as e catadores/as. Percorrer esse trajeto requereu investigar e angariar elementos para uma melhor compreensão sobre o modo como tais práticas se consolidavam ao final de um processo. Até que ponto elas permitiram entender a educação para a limpeza urbana na cidade e onde estas práticas precisavam e podiam ser aprimoradas para otimizar tal processo é o percurso desta dissertação.

Discutir o meu trabalho como mobilizadora social tem um viés pessoal, uma vez que venho de um aprendizado de movimentos sociais e político-partidários. Minha trajetória de mulher, negra, periférica e militante permeou minha juventude e vida adulta, forjou a minha carreira como professora da rede pública e, mais tarde, me possibilitou entrar para a SLU como mobilizadora social. No meu caso, a prática veio antes da teoria. Aprendi em bairros da periferia de Belo Horizonte, especialmente na região da Pampulha, a importância de uma organização nossa, de povo pobre, do quanto era vital a junção de esforços coletivos para sanar questões importantes como transporte, saneamento básico, moradia e asfalto. Além disso, fui integrante

---

1 Usei no feminino ao me referir às técnicas da SLU e às catadoras da Coopersoli por considerar um referencial importante nesta pesquisa que trata da formação de lideranças femininas para a condução do trabalho dentro de uma cooperativa de materiais recicláveis. As técnicas entrevistadas também possuem uma experiência que agregou a este trajeto e a esta identificação com o estar à frente da construção de um projeto tão ousado quanto o de um galpão de triagem de materiais.

de um núcleo político<sup>2</sup>, o Núcleo do PT do Itatiaia, região da Pampulha, nos anos 1990.

A efervescência política daquele momento tanto em nível municipal como federal reverberou na constituição de um coletivo forte e atuante: moradores jovens e velhos se reuniam na garagem de um senhor que cedia espaço para as nossas formações, conversas e propostas de ações. A garagem do Sr. Antônio fervilhava de ideias sobre a possibilidade de um governo de esquerda em nossa cidade, tendo na disputa, na ocasião, o Sr. Patrus Ananias. E nessa nossa organização, contribuímos para o êxito do pleito e eleição do candidato referenciado, em 1992. Nos anos seguintes, fui assessora política na Administração Regional Pampulha, coordenando o programa Orçamento Participativo. Ao longo de 8 anos, acompanhei as discussões e mobilizei lideranças, associações e moradores para a participação popular.

Minha atuação na sala de aula tornou-se concomitante a partir de 1996, inicialmente numa rede privada e, mais adiante, na rede pública municipal. Por entender a finitude de cargos comissionados, fiz o concurso da rede municipal de Belo Horizonte, bem como concorri ao cargo técnico da então autarquia SLU. Assim, mesmo atuando neste espaço de assessoria, comecei a trabalhar como professora da rede municipal no turno da noite, do então ensino regular.

Antes de assumir cargo na SLU como mobilizadora, concorri ao cargo de diretora da escola onde iniciei meu trabalho de professora e a disputa foi exitosa e estive neste lugar de gestão por 4 anos. Ao cabo desse tempo, fui para o meu cargo dentro da área de mobilização social na SLU, em 2005. Desde então, trabalho na mobilização social do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização (DP-PSM) da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), a partir de 2005, apesar de ser já servidora da autarquia desde 1998. Como relatei anteriormente, exerci outras atividades em minha carreira de servidora pública e foi somente nos anos 2000, que entrei, definitivamente, para o quadro funcional dessa entidade.

Com o passar do tempo, contribuí na construção de processos de mobilização e de criação de estratégias no âmbito da educação ambiental, para atingir a população da capital das Minas Gerais, que foram decisivas para a permanência do trabalho de técnicos da área social dentro de uma autarquia prioritariamente técnica. Isso por conta de um acolhimento por parte da população que buscava nos técnicos possíveis soluções, por exemplo, sobre a destinação do lixo e a manutenção da limpeza em sua comunidade. Várias ações foram realizadas em bairros

---

<sup>2</sup> Nos anos 1990, o Partido dos Trabalhadores capilariza sua atuação nas periferias das grandes cidades. Em Belo Horizonte não foi diferente. Este núcleo, referendado pela organização do PT Municipal/ BH se constituiu ao longo de quase 10 anos de existência em espaço de discussões em que a comunidade integrante dos bairros Urca, Confisco, Santa Terezinha, Vila Santa Luziae Sarandi – que compõe a região do Itatiaia, na Pampulha, se reunia.

da cidade, como mutirão de limpeza, divulgação dos horários de coleta de lixo, através de folders alusivos ao cuidado para a destinação adequada<sup>3</sup>.



Folder com horários das coletas  
Produção: DPPSM e Assessoria de Comunicação/SLU,  
2022



Folder com relação de material reciclável  
Produção: DPPSM e Assessoria de Comunicação/SLU, 2022

Enfim, práticas da rotina de trabalho dos técnicos que buscavam na população, uma corresponsabilidade para a manutenção da limpeza de ruas e bairros<sup>4</sup>.

Há cinquenta anos, completados em 2023, a SLU cuida da limpeza urbana, trata os resíduos sólidos, lida com contratos para empreiteiras que prestam o serviço de coleta, varrição, capina, coleta seletiva, reciclagem de entulho, compostagem e limpeza de córregos em praticamente toda a cidade. Os dados sobre a coleta convencional na cidade permitem afirmar que cerca de 99% da capital é atendida pelos serviços de coleta. Esse 0,01% corresponde a alguns trechos da cidade que não foram identificados, de alguma forma, com a prestação desse serviço<sup>5</sup>. A mobilização do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização da SLU, formado por um grupo interdisciplinar, essencialmente da área das ciências humanas e sociais - geógrafos, historiadores, pedagogos, sociólogos, psicólogos - utiliza instrumentos que constroem estratégias para a educação não formal da população, através de abordagens nas residências dos munícipes com informações sobre os serviços prestados pela SLU, nas atividades que integram o trabalho dentro de unidades escolares, especialmente as municipais. Exposições também acontecem com temas relativos à geração dos resíduos sólidos, bem como

3 Folders informativos sobre os horários das coletas seletivas e com relação dos materiais que podem ser reciclados.

4 Dados de relatórios anuais do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização 2012/2019

5 Dados do Departamento de Planejamento SLU, 2019

reflexões sobre consumo.

Ao longo do tempo na carreira de mobilizadora, trabalhei com comunidades de vilas e favelas, e, também, com a cidade dita “formal”<sup>6</sup> – bairros da capital, realizando atividades lúdicas em escolas, junto a associações comunitárias e/ou grupos engajados com práticas ambientais, além das cooperativas de materiais recicláveis, em processo de desenvolvimento e constituição nos anos 1990, embora já houvesse a existência de grupos de catadores pelo centro da capital, anterior a esse período. No entanto, ainda não havia uma ação mais efetiva do poder público para apoiar a organização desta categoria de trabalhadores informais que praticamente subsistiam.

Retomando mais detidamente às questões da pesquisa e minhas inquietações, posso dizer que, ao lidar mais de perto com a constituição dos galpões, locais de triagem da coleta seletiva, reflexões sobre o trabalho das cooperativas, minhas percepções foram se materializando como objeto de observação e estudo. Um trabalho eminentemente desenvolvido por mulheres, um grupo que se constituiu na lida diária para a sua organização, retumba de maneira revolucionária. Romper com padrões de produção ora estabelecidos para a caminhada rumo a uma forma produtiva mais coletiva, remontou e revigorou meu lugar de memória nos movimentos sociais dos idos anos 1990. Sim, é possível coletivos se levantarem e traçarem estratégias para seus fins. É exequível a transformação.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo realizar um estudo sobre o encontro dos saberes ambientais de técnicas e catadoras, especificamente da Coopersoli Barreiro na elaboração de estratégias para a construção de uma Belo Horizonte sustentável. Nas conversas informais com outros (as) técnicos (as), percebi a grande expectativa de crescimento das cooperativas, assim como uma perspectiva, por parte das mesmas, de promover a inclusão social e financeira dessas catadoras. Na aproximação desses sujeitos nas práticas cotidianas da educação para a limpeza urbana, em especial, a coleta de materiais recicláveis, há uma intersecção de esforços para um caminho da reciclagem. É o que Freire (1989) nos presenteia ao afirmar que o estar no mundo é constituir-se, sendo e estando com o outro. Penso que esta afirmação ratificou o encontro desses sujeitos na cena urbana, promovendo a construção de práticas ambientalmente sustentáveis e fortificando a importância da participação popular de Belo Horizonte nessa construção.

Na realidade, em análise nessa dissertação, esse encontro de saberes esteve imbricado de intenções que geram novas construções de outros saberes, geram conflitos, geram silêncios,

---

6 Termo usualmente utilizado pelos técnicos do DP-PSM

mas essa trama, também, alicerça uma etapa importante para a sustentabilidade da capital: a perspectiva de uma coleta seletiva participativa e popular, a consolidação de ensinagens e aprendizagens entre as sujeitas catadoras e o poder institucionalizado na presença das técnicas da autarquia SLU.

Para a elaboração dessa dissertação, o desenho metodológico percorrido considerou fundamental o resgate das vozes e impressões desses sujeitos. A partir da observação participante, de entrevistas semiestruturadas, a construção dessa história se dá a partir da percepção das que são suas idealizadoras. A observação participante ocorreu ao longo de meu trabalho entre os anos 2022/2024, no acompanhamento de um projeto técnico social (PTS) que será esclarecido ao longo das reflexões presentes nesta dissertação, quando tive comigo um caderno de campo no qual fiz registro de impressões do que estava presente na rotina do galpão. Conversas informais também foram registradas.

Para Strauss e Corbin (2008), o (a) pesquisador (a) não pode ter medo de usar a sua experiência para analisar dados, recorrer às vozes e informações que nascem, espontaneamente, frente à rotina diária dos sujeitos pesquisados. Não se pode ter pressa em analisar, mas, ao mesmo tempo, não se pode descredibilizar as potencialidades metodológicas para o êxito da pesquisa, diante dos prazos exíguos. Em se tratando de uma pesquisa de cunho qualitativo, há que se ressaltar que a mesma precisa estar aberta para rever procedimentos, reavaliar ações, retroceder quantas vezes forem necessárias, evitar as certezas durante a pesquisa, levar a sério as palavras, as ações e sentimentos das pessoas, ouvir atentamente, observar com cuidado, buscar a riqueza dos dados; enfim, envolver-se no trabalho para não tirar conclusões apressadas, ter paciência para chegar ao significado e resultados da análise.

A concepção apresentada por Strauss e Corbin (2008) serviu de força motriz e me motivou a realizar o trabalho. Eles apresentam a pesquisa qualitativa de uma forma cuidadosa e vinculam ao(à) pesquisador(a) grande responsabilidade para alcançar os resultados. Esse apontamento, sem dúvida, desafia o(a) pesquisador(a), mas sobretudo, apresenta a ele (a), as possibilidades que vislumbrará encontrar ao realizar o trabalho. Não sem mais importância, temos Flick (2013) com sua reflexão sobre a relevância da pesquisa qualitativa na perspectiva de valorizar as relações sociais em toda a sua extensão face a sua pluralidade. Os aspectos políticos e sociais que envolvem a coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, no âmbito de entender os sujeitos e suas nuances perante o mundo do trabalho, no caso, uma organização de uma cooperativa, nos leva a dimensionar a construção dessa realidade de forma mais anacrônica, ou seja, diagnosticando altos e baixos, avanços e retrocessos naturais à uma experiência como a de um empreendimento de materiais recicláveis. A coleta de dados aqui se

integrou a outras buscas, observação participante e entrevistas semiestruturadas numa construção dos diferentes olhares sobre um mesmo objeto, de forma a garantir o desnudamento deste diante do(a) pesquisador(a).

Neste sentido, a pesquisa documental enriqueceu, também, o dizer sobre o universo do galpão de materiais recicláveis, considerando o seu histórico. No caso em questão, a Cooperativa Solidária dos Recicladores do Barreiro e Região – Coopersoli Barreiro, seu início até a a consolidação do galpão no Jatobá IV. Vários documentos foram produzidos pelos (as) técnicos (as) do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização, a partir do acompanhamento e participação em reuniões e fóruns constituídos para se discutir o empreendimento cooperativa.

Esses documentos permitiram apreender as possíveis construções de um percurso para a coleta seletiva em Belo Horizonte, dando indicativos das estratégias utilizadas nesse trabalho. O material gráfico desenvolvido com apelo/campanha de adesão da população à coleta seletiva, por exemplo, é uma peça informativa que se tornou um instrumento importante nas práticas educativas elaboradas e veiculadas tanto por técnicos (as) e estagiários (as) quanto pelos (as) catadores (as). Este material ratifica os encontros entre sujeitos que buscaram envolvimento da população de Belo Horizonte no cenário de uma cidade mais sustentável.

A presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: no primeiro capítulo, discuti a educação como prática transformadora e dialógica da realidade. Educação e comunicação como base para a formação do sujeito. Um panorama sobre a educação no Brasil, num breve contexto histórico e descortinando um pouco mais a educação libertadora em Paulo Freire, a educação dialógica e emancipadora. Essa discussão atravessou e buscou trazer respostas ao objetivo principal deste trabalho, qual seja: de que maneira, se estabeleceram os diálogos e esses trouxeram resultados para o propósito desses sujeitos face à construção de uma gestão de coleta seletiva para a cidade?

Além desses tópicos, ressaltou-se uma discussão balizar para entender os pressupostos de uma educação ambiental transformadora e urgente no contexto atual em que vivemos. A educação ambiental passa por momentos de ruptura e redimensionamento de sua prática, para traçar percursos no âmbito da educação formal e não formal. Hoje, temos em seu cerne uma reflexão sobre os destinos sombrios, caso ocorra um cataclisma face às mudanças climáticas que vivenciamos, desestruturando todo o ciclo natural e com a possibilidade de exterminar os seres vivos do planeta. Trata-se de uma análise que busca alertar sobre nossas possíveis contribuições para uma cidade mais sustentável e com qualidade de vida com a inclusão de todos.

No segundo capítulo, discuti os espaços representativos e significativos para a

elaboração desse estudo, que são: a autarquia Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), trazendo sua história na gestão dos resíduos sólidos da nossa capital, Belo Horizonte, os processos vivenciados para uma empresa que presta serviços e busca promover a participação popular na limpeza urbana através de um órgão específico, o Departamento de Políticas Sociais e Mobilização (DP PSM). Este departamento então criado busca implicar mais a população na limpeza da cidade, o que chamamos de gestão compartilhada, tema presente na atualíssima Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010). Enfatiza-se o trabalho dos/as técnicos/as desse departamento, seu alcance, capilaridade na capital das Minas Gerais. Como estes sujeitos vão tratando de tema tão técnico, mas, ao mesmo tempo, tão do cotidiano dos moradores dessa cidade, e alavancar os processos educativos constitutivos dessa aproximação da população? Perpassa-se a constituição da Coopersoli Barreiro, na regional que possui em sua história, uma consolidada tradição dos movimentos sociais, de mobilização de seus moradores para a construção de vida digna, a partir de sua luta por estrutura urbana com saneamento básico para todos, transporte, água, luz e moradia. Nesse caso, a cooperativa não foi diferente: enfrentou percalços até sua consolidação no bairro Jatobá IV, frente à organização de quatro comunidades em que mulheres se propuseram a se organizar em um trabalho coletivo.

No terceiro capítulo, busquei entender o alcance real de lutas que se materializaram no galpão, onde se triam os materiais recicláveis e o destino desses frutificando a vida de várias famílias ali presentes. Neste tópico sobre a Coopersoli, algumas discussões importantes permearam a sua organização e especificidade: um empreendimento eminentemente com uma condução feminina dos processos produtivos. Mulheres que rompem com o padronizado, mulheres periféricas, negras e chefes de família, em sua maioria. Aqui não se sabe se influenciadas pelas histórias de luta da região do Barreiro, ou o Barreiro se forjou espelhando nas lutas dessas mulheres por sua sobrevivência. Talvez há que se afirmar que o território aderiu ao movimento delas e viceversa.

Na esteira dessas reflexões, apresentei também uma discussão sobre a origem dessas mulheres, a trajetória de sobrevivência tão específica da sua condição periférica e de uma classe social precarizada, além do que se deve destacar essa classe tem cor. Esse recorte é objeto importante ainda de elucidações que podem contribuir para a compreensão dos tantos caminhos trilhados por mulheres, tão invisibilizadas em seu processo produtivo.

Nas considerações finais, destaquei e reforçei a história desse empreendimento, seu envolvimento com os técnicos da SLU, o entrelaçamento construído a partir desse encontro, os desafios do presente, as expectativas do futuro que, de tão próximo, quase permanecem no presente. Este entrelaçamento foi o produto das diversas reuniões, encontros, vistorias e oficinas

realizadas em prol do trabalho que foi acontecendo e sendo aprendido.

Esta pesquisa buscou, também, contribuir na discussão de uma via alternativa de trabalho de homens e mulheres periféricos, a partir da reciclagem de materiais e a devolução desses para o ciclo produtivo, na organização e luta por uma vida mais digna, a contribuição do poder público nessa construção, a junção de esforços na elaboração de saberes para os moradores dessa cidade.

Quanto ao envolvimento da esfera pública na consolidação desse empreendimento, em que medida ainda é preciso avançar para o êxito desse processo de trabalho coletivo e colaborativo? Na discussão ambiental, também, há que se refletir sobre os próximos passos a serem dados para a construção de aprendizagens alicerçadas pelo cotidiano da população dessa cidade.

No esforço de uma mobilização por uma cidade mais sustentável, há que se forjar uma capacitação técnica, e a luta desses sujeitos precisa ter um fundamento importante: é a luta contra a fome, contra a falta de moradia, contra a exploração no trabalho, contra a falta de trabalho. Uma percepção que também fundamentou essa pesquisa é a presença massiva de mulheres na luta por empreender. Na busca por vida melhor para suas famílias, elas enfrentam o desafio de uma organização que, a partir das necessidades imediatas de suas vidas, lapidam um caminho para sair da fome e da exploração do trabalho, visto a dificuldade de mães assumirem um trabalho formal, sem terem onde deixar seus filhos em segurança.

Com uma perspectiva de construção de outra forma de trabalho, coletiva e com engajamento comum de reivindicações, é possível um percurso para as mudanças, é possível resistir ao domínio do capital e de suas formas de exploração do trabalho e do tempo daquele que não detém os meios de produção. A aproximação do poder público no acompanhamento da constituição desse trabalho possibilita a construção de uma ponte para a visibilidade do empreendimento e sua importância na cena urbana.

## **CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO DIALÓGICA COMO PRÁTICA PARA A LIBERDADE - EDUCAÇÃO É COMUNICAÇÃO**

Na discussão sobre as práticas educativas desenvolvidas pelos sujeitos técnicas e catadoras, procurei evidenciar o caminho de ambas para a construção de saberes que vão pavimentar o percurso desses na cidade de Belo Horizonte, no que concerne a uma gestão da coleta seletiva. Em contraponto com a educação formal, cujos acesso e regularidade, historicamente em nosso país, bem sabemos quão são desafiadores, a educação como prática potencial para o exercício da liberdade traça outros caminhos para a busca de seus objetivos, permeia o trabalho e, na lida diária, está latente na formação de sujeitos frente à coleta seletiva na cidade de Belo Horizonte.

Assim, para a condução dessa discussão, trazemos para a cena a rica contribuição de Freire (1983/1993), na busca de refletir sobre o percurso formador da educação não formal, assim como outros importantes teóricos: Carlos Rodrigues Brandão (1981), Moacir Gadotti (2012), Miguel Arroyo (2003) além de Maria da Glória Gohn (2005), com análises no campo da mobilização social como fundamento da construção da educação não formal.

### **1.1 - Educação**

A questão que norteou esta pesquisa está pautada em uma concepção ampliada de educação, como possível estratégia de mobilização e intervenção social. O Brasil, em toda sua extensão, apresenta uma diversidade e, isocronicamente, uma desigualdade enorme na construção de uma educação que produza equidade e promova a justiça social. Uma condição que parece fazer grande diferença numa proposta de cidade são as práticas educativas, seus programas e seu projeto de sociedade. Sabemos também que, dependendo da gestão, temos cidades com melhores práticas de educação, mais favoráveis às pessoas, principalmente àquelas que são mais vulneráveis.

Melhorar a qualidade da educação tem sido o grande desafio da nossa nação e, é claro, esse desafio está diretamente ligado à promoção de direitos e à garantia de cidadania para todos. Podemos dizer que, a partir de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passamos por um processo de evolução, ainda que de forma lenta e, muitas vezes, precária. (BRASIL, 1996). A garantia de direitos e a construção da cidadania são, em tese, amparadas pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela

Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Essa legislação centraliza a garantia do direito à proteção integral de crianças e adolescentes (BRASIL, 1988; 1990) no que se refere às políticas públicas no Brasil.

Ribeiro (1984), ao refletir sobre o Estado e a educação, questiona o que produz uma rede educacional tão grande e como explicar o fracasso da educação. Segundo o autor, a principal explicação poderia ser o crescimento rápido, espantoso dessa rede. Mas, para o autor, o problema não está na quantidade, mas na qualidade, na forma como a escola expandiu, uma escola que deveria ser acessível ao povo, porém incompetente para educá-lo.

Para o autor, a escola de ensino fundamental, seletiva e elitista, não está preparada para receber as crianças populares. Ela acaba por peneirar e excluir a sua clientela. Trata as crianças da camada popular como se fossem os mais privilegiados economicamente, desconsiderando a sua realidade, sendo inapropriada para suas verdadeiras demandas. Essa escola funciona para uma minoria, pois se referencia nas crianças mais abastadas, que têm em casa os recursos necessários para complementar a educação escolar.

Ainda caminhando nesse debate, Giolo (2012) argumenta que as escolas eram organizadas de maneira deficiente, pois a política vigente do período colonial era alfabetizar e entregar o jovem ao mundo do trabalho braçal. Essa escola para pobres, que se destinava a prender os jovens as suas raízes, tornando-os bons trabalhadores, foi reproduzida e consolidada no Brasil por muitos anos. Poucas propostas apontavam para uma formação diferente, que revelasse princípios de uma educação emancipadora.

Reis (1988) esclarece que a ênfase deve recair no indivíduo ou na nação, pode-se pensar em uma grande nação, com elevada organização social, capaz de possibilitar cidadania e justiça social, se pudéssemos ter clareza das diversas necessidades dos diferentes territórios do país. Desde 1988, com a Assembleia Constituinte, está posto no cenário nacional o debate sobre ordenamento territorial. Para além do debate sobre soberania, territorialidade poderia se constituir em fluxos para atender aos diversos indivíduos nas suas diferentes necessidades e, ao atendê-los na sua humanidade, produzir, concomitantemente, o bem-estar social e potencializar a construção da cidadania individual e também coletiva.

Assim posto, ao falarmos das práticas educativas dos(as) técnicos (as) da SLU, estas estão fundamentadas numa construção da educação não formal, diferentemente da educação formal, que já tem a sua função social sustentada em alguns parâmetros. Ela busca promover a cidadania, a autonomia e ajuda a integrar as pessoas ao meio social, no qual, supostamente, os estudantes sairiam de seus muros municiados para estarem possivelmente no mercado, no mundo do trabalho. A educação não formal promove uma prática mais espontânea,

interrelacionando os sujeitos envolvidos na construção de conhecimentos que evocam o seu imediato.

Para Sobral (2000), os movimentos sociais tiveram grande importância na discussão das políticas públicas, sobretudo das políticas sociais, e na construção da democracia. A educação tem seu papel supostamente definido na construção da justiça social e cidadania. Sobral (2000) aponta ainda, que com o tempo, a educação sai do lugar de consolidar status e se torna um pouco mais favorável à promoção de mobilidade social, principalmente para as classes populares.

A educação ganha o poder de representar um instrumento de mobilidade social e de abertura à participação popular. O Departamento de Políticas Sociais e Mobilização (DP-PSM) da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) assume a necessidade de estabelecer práticas educativas para um público que, muitas vezes, teve o seu direito à educação negado. As catadoras de materiais recicláveis da Coopersoli Barreiro, em sua maioria, não têm sequer a educação básica garantida<sup>7</sup>. Esses sujeitos, inseridos no processo de produção, buscam a construção de suas vidas a partir da vida cotidiana e com a bagagem concedida pela educação formal: poucos anos ou então nenhum tempo de escolaridade, em salas de aula, de alguma escola.

Ainda que a SLU não trabalhe com a educação formal é um referencial para que venha a assumir a intenção de construir estratégias da educação não formal, através de práticas educativas que possam atingir o conjunto da população de Belo Horizonte. Nesse campo, o desafio é estabelecer mecanismos de proximidade com os munícipes, o entendimento de suas demandas e possíveis formas de solucionar conflitos ligados aos resíduos sólidos. A educação não formal traz uma perspectiva de colocar na cena educativa o cotidiano daqueles que trazem essas demandas para os/as técnicos/as. Demandas que não se resolvem sozinhas tão somente com uma ação da SLU, mas se solucionam a partir da construção coletiva de respostas para deflagrados conflitos.

A diversidade é determinante para entender a demanda educacional desse tempo. As políticas de educação atuais se abrem para a criação de novos cursos, por ações afirmativas, por introduzir na educação um conhecimento que legitima os diferentes saberes. Os sujeitos dessa pesquisa, as catadoras, estão imbricadas nessa sociedade diversa, sendo urgente definir políticas públicas que possam assegurar direitos ao grupo de trabalhadoras. A educação não formal, mais

---

<sup>7</sup> Dado coletado a partir da observação participante no Galpão da Coopersoli, Julho/2022, onde estas trabalhadoras afirmam que muito pouco conseguiram acompanhar a educação formal, dentro de uma unidade escolar.

uma vez, torna-se protagonista para o diálogo com as catadoras nas demandas que possuem ao estabelecerem novas relações de trabalho, as quais são alternativas ao modelo de mercado instituído. No empenho diário das tarefas de triagem, prensagem e venda, perpassam as perspectivas de formarem e produzirem conhecimento, para alicerçarem o envolvimento com o mercado de materiais recicláveis, que vem tomando outros rumos, mais desenvolvidos<sup>8</sup>.

Segundo Freire (1983), o processo de aprendizagem só se apreende verdadeiramente quando o sujeito que se encontra nessa dimensão se percebe e se apropria daquilo que possui evidências concretas no seu mundo. A aprendizagem não “enche” aquele que aprende, mas o capacita para o entendimento de sua realidade, de fato. A possibilidade de construção do conhecimento só se concretiza a partir das pautas dialogadas entre os sujeitos. A educação se efetiva a partir da troca de ideias, de construção de conclusões coletivas que vão evidenciar que o conhecimento está pautado na realidade. No caso em questão, o trabalho diário das técnicas e catadoras assume o lugar de construção do conhecimento sobre os resíduos a serem ou não reciclados. Essa é a relação que Freire define como transformadora :

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p.15)

Arroyo (2011) nos aponta que, historicamente, o conhecimento é determinante para o reconhecimento ou a segregação de determinados grupos. Afirma o autor que também foram retiradas dos sujeitos, historicamente alijados da educação regular, suas culturas e identidades, colocando-os à margem da sociedade e negando seus saberes na construção de uma educação formal. A educação, muitas vezes, se restringe a um grupo social em particular, desconhecendo a diversidade existente no extrato social. Para que o conjunto da sociedade esteja envolvido nos processos educativos, é preciso que esta entenda que é direito o acesso à educação, o que permitirá o desenvolvimento do sujeito enquanto pertencente a essa sociedade.

Todo entendimento da educação formal que Arroyo (2011) apresenta, as conformações para que a educação ganhe vida dentro da escola e também possa extrapolar seus muros, buscando contribuir para que os sujeitos diversos tornem-se cidadãos de direitos, tudo isso reforça o cerne desta pesquisa - como as catadoras, sujeitas implicadas nas práticas

---

8 Análise da presidente Maria, da Coopersoli Oeste, que participou de avaliação do curso do PTS e afirmou a importância de conhecimento por parte das catadoras para saberem triar melhor o material. Caderno de campo, agosto/2022.

educativas juntamente com técnicas da SLU, se percebem e atuam em prol de uma cidade sustentável.

Brandão (2012) afirma que vivemos um tempo de grandes desigualdades e exclusão, que ainda temos os deserdados da terra, os pobres, aqueles que são colocados à margem. O peso da sociedade desigual recai sobre eles e também são eles que estão à frente das lutas e movimentos sociais. O Movimento dos Sem Terra (MST) e os movimentos étnicos, por exemplo, são experiências de articulações sociais que têm se configurado de tal maneira que se tornaram mobilizadores das diversas categorias identitárias que fazem parte da ordem social deste tempo (Caldart, 2012; Gomes, 2017).

Para o autor, este é um tempo em que as lutas e os movimentos são vários e muitas vezes efêmeros, mas o empoderamento de organizações autônomas emancipatórias ainda é a saída para a construção de um mundo melhor. No que se refere à educação, Brandão (2012) chama a atenção para o momento em que se vislumbra no cenário a possibilidade de grandes transformações. Ainda oscilamos entre manter a rotina ou ousar o novo, mas propostas concretas, alternativas de trabalho educacional e práticas escolares têm merecido especial atenção dos governos.

Ao dialogar com Brandão (2012), esta pesquisa desejou estabelecer um vínculo com a educação formal na perspectiva da humanização, apropriação e abertura para a concepção de educação como local de sociabilidades, de espaço que se constrói no fluxo e movimento das pessoas e das relações que se constituem. Não é possível falar em educação pública sem lembrar Paulo Freire (1993), sem dizer da sua capacidade de nos provocar para a realização de uma educação emancipadora e libertadora, que responda às diferentes realidades, que promova a ação comunitária, estabeleça parcerias e potencialize as redes e articulações da ação pública, ampliando assim os horizontes.

Paulo Freire (1993) buscava, de forma consciente e coesa, a construção da cidadania e dizia que uma educação democrática não é possível realizar à parte de uma educação para a emancipação dos sujeitos. A educação emancipadora defendida por Freire pressupõe uma prática que atinja a todos, sem exceção. Que essa prática pedagógica seja o motor propulsor de uma sociedade mais justa e fraterna, baseada nos direitos e deveres assegurados a todos.

A educação formal tem ainda hoje o grande desafio de superar conflitos, desigualdades e disfunções, descobrir o potencial educador e investir na superação de um modelo fragmentado, descolado das pessoas e das suas reais necessidades. É necessário investir na justiça social e materializar diferentes projetos educativos, estabelecendo a importância da participação de todos nas decisões e na formulação de acordos e pactos que se desdobram numa

escola melhor para ensinar e aprender; tudo isso exige, fundamentalmente, uma política séria e comprometida com as pessoas e suas comunidades.

## **1.2- Educação como prática emancipadora e libertadora**

Caminhando na senda de melhor alicerçar teoricamente o debate proposto nesta pesquisa, nos aproximamos do conceito de Educação Libertadora. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1993), apresenta esta conceituação para um ponto importante que perpassa esta pesquisa de mestrado, que é a Educação como prática formativa de sujeitos conscientes, críticos e capazes de melhor compreender a realidade social que os cerca. Segundo Freire (1993), a educação popular ou libertadora se constitui em um processo de aprendizagem que rompe com o paradigma da educação bancária, que se mantém presa estritamente às questões de conteúdo, sem reflexão, o que impede sua percepção como sujeito do seu tempo.

Para Freire (1993), a educação deve ser carregada de solidariedade, de cumplicidade, de coletividade. A educação deve oferecer e contribuir na formação política do sujeito e nutri-lo com as transformações necessárias, para que seu tempo histórico tenha sentido e movimento a partir de suas ações. Não há educação que seja mais revolucionária do que aquela que vai conscientizar as coletividades por uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana. Esses movimentos precisam ter sua identidade direcionada para a liberdade.

Romper com a estrutura vigente envolve um processo gradativo de percepção e reconhecimento dos sujeitos em toda a sua consciência humana. A educação deve ser vista como prática para a liberdade, para a conjunção dos esforços coletivos e humanos frente à transformação social. Assim sendo, acreditamos que os movimentos sociais são atores potentes que, no seu anseio por transformações importantes no campo político, econômico e social, clamam por políticas públicas de qualidade, na educação, na saúde, na assistência social, projetos para moradias dignas para a população mais frágil.

Sem querer delimitar fronteiras rígidas, Freire e Nogueira (2002) nos ajudam a estabelecer uma maior aproximação de um entendimento mais concreto de Educação Popular:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer a escola de outro jeito. Em uma primeira definição eu a aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política (FREIRE; NOGUEIRA, 2002, p. 19).

Desse modo, o conceito que sustentou esta dissertação é o de uma educação que seja ferramenta de promoção de justiça social, que possibilite a construção de uma sociedade democrática, com respeito quanto às liberdades religiosas, étnicas e de gênero. Enfim, um mundo que inclua todos os sujeitos em sua totalidade e possibilidades de atuação política. Ao instituir uma educação que promova a formação política e humana criam-se outros percursos para a liberdade e desenvolvimento, para a construção de outra lógica social, em que seja possível o convívio na diversidade.

Não há meio do caminho, mas uma alternativa viável para que a sociedade progrida na possibilidade da inclusão de todos, sem opressores e oprimidos, mas com a lógica da igualdade na diversidade; que todos tenham teto, comida na mesa, se alimentem do capital cultural construído pela humanidade e que este tenha sentido e identidade, como nos ensina Freire (1993). Vemos as práticas educativas de caráter popular, por meio da formação crítica dos educandos, como potenciais experiências a contribuir para subverter a ordem social desigual e, como tal, promover a construção de novas formas de produzir conhecimento e garantir que ele seja a base para a inclusão social e a cidadania.

No que consiste especificamente a experiência pesquisada, ao tratarmos da educação para a limpeza urbana, incluímos sujeitos que atuam na construção de uma prática educativa que contemple melhorias para a população da cidade. Qual seja, as técnicas da mobilização social da SLU e catadoras, trabalhadoras que forjam a sua sobrevivência a partir de práticas ambientais vivenciadas no seu dia a dia e, como essas sujeitas se percebem e atuam frente aos desafios das práticas educativas que tratam da questão ambiental.

As cooperativas de materiais recicláveis, ao proporem uma nova modalidade de produção coletiva, estão em um movimento social potencialmente educativo e transformador. As relações de trabalho são apreendidas no dia a dia, discutidas e reinventadas. O cenário do galpão não é o mesmo de uma fábrica. No galpão, a vida pulsa, com as relações interpessoais em permanente diálogo, conflitos pessoais e a própria dinâmica do trabalho perpassam a rotina. Mas há um propósito comum que é garantir a sobrevivência do empreendimento e os recursos para todos os implicados no trabalho.

Nesta linha, educação não é persuasão, mas uma capacidade de diálogo, de entrar na relação pedagógica com a escuta, com a intenção também de aprender. A realidade, segundo Freire (1983), deve sempre mediatizar o processo educativo. A educação não é ser entregue, mas mediatizada pela realidade para e com os sujeitos nela implicados. A educação é verdadeira quando “encarna a busca permanente que fazem os homens, uns com os outros, no mundo em que e com que estão, de seu Ser mais” (p.14) Essa educação, emancipadora e libertadora, traz

para os sujeitos o desafio de se tornarem críticos. De assumirem a condução de suas vidas.

No contexto em que se elaborou esta pesquisa, o encontro entre técnicas – supostas detentoras de um conhecimento sobre resíduos sólidos – e catadoras – sujeitas enredadas de sua história na lida cotidiana e no aprendizado, na prática sobre resíduos a serem reciclados –, pressupôs-se que esse momento se estabeleceu como construção mútua de conhecimentos. Que estas se reconhecessem como agentes ambientais da cidade, traçando um caminho para o êxito da coleta seletiva tanto na produção dentro do galpão, agregando ao produto seu valor sócioprodutivo, como, também, ampliando uma adesão da cidade ao projeto sustentável.

Nessa linha, como nos ensina Freire (1983) é necessário um despertar para que essa experiência de ensino aprendizagem supere as práticas tradicionais que obscurecem a realidade, sobrepondo outras questões descoladas da construção histórico-cultural de todos os homens. Essa modalidade de produção desafia a todos para prosseguirem na elaboração do trabalho, na aprendizagem a partir da lida com os materiais recicláveis. A autogestão de um negócio é desafio para essas catadoras, que até alguns anos atrás eram desconsideradas e invisibilizadas na sociedade, de forma bastante acentuada.

Atualmente, as catadoras encontram um pouco mais de espaço, a partir de movimentos em prol de uma cadeia produtiva de materiais recicláveis. Sem embargo, clamam por serem vistas como uma categoria de trabalhadoras. A figura da catadora associada à imagem de uma educadora ambiental ainda precisa percorrer um longo caminho. Hoje, as perspectivas para esse processo de produção são desafios constantes, dentre eles, o de serem reconhecidas em sua função de propulsoras de uma nova lógica de lidar com as questões ambientais, na proposta de uma forma de produção alternativa e agregadora de renda.

As catadoras de materiais recicláveis recriam uma alternativa que se contrapõe à lógica existente a do mercado, ao resistir, coletivamente, no trabalho nos galpões onde se determina a construção de um resultado, de geração de renda que contemple o sustento de todos, indistintamente. Esse é o sonho que organiza e que instaura uma nova ordem, transformadora e transmutadora de uma ordem social que exclui e que determina quem ganha e quem não ganha.

A construção do sonho de um galpão em franco processo de trabalho é a negação do que já está posto, rompe com um futuro que se coloca como dado e sem esperança para os mais humildes, mais pobres:

O nosso testemunho, pelo contrário, se somos progressistas, se sonhamos com uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana, deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em

face dos fatos, defende a capacidade do ser humano de avaliar, de comparar, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo. (FREIRE, 2002 p. 27).

Segundo Freire (2002), é inadmissível não se movimentar em prol da vida humana. Sair da desumanização é o sentido que a educação deve apontar, promover dignidade, solidariedade, apreensão da vida frente aos acontecimentos do presente. As práticas educativas devem ter a perspectiva de se tornarem construção de processo rumo a uma vida mais digna. O aprendizado, a busca de novos conhecimentos sobre a produção e triagem, é o que permite a continuidade do trabalho como forma de estar inserido no mercado de venda de recicláveis.

Diante do exposto, novamente recorremos a Freire (2002), quando afirma que é preciso o sonho e a utopia, para que o caminho rumo às transformações sociais seja pleno, carregado da subjetividade própria do humano. Esse caminho precisa, também, de planejamento, de estratégias para se atingirem os objetivos sonhados. E os objetivos precisam ser coerentes com o seu tempo histórico, enfrentar os conflitos que existem diante da possibilidade de mudança:

A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta (FREIRE, 2002, p. 26).

Para Freire (2002), a realização de um sonho é um ato político, fruto de muitas lutas e superação de obstáculos. E os sonhos das classes subalternizadas por um passado histórico colonial e escravocrata em nosso país, ainda não libertas desse passado, bem como das relações construídas no presente, reforçam esse histórico. Nessa seara, os galpões de materiais recicláveis na condução feita por catadoras implica o sobrepujamento de inúmeras questões ainda tão emergentes no que se refere à superação do estigma da invisibilidade, a necessidade de visibilidade de mulheres negras e periféricas coordenando o empreendimento, a disputa por mercados para os materiais triados, a aprendizagem de gerir o próprio negócio, se fazer presente na cadeia de produção de um mercado disputado e seletivo e dele tirar o sustento para todo um grupo.

O processo formativo da humanidade, de socialização dos sujeitos, se perde nas brumas do tempo e remonta tempos imemoriais. É por meio da educação que as novas gerações são forjadas, se tornando sujeitos funcionais para a organização social, construindo sua vida, o aprendizado dos ofícios passados de uma geração a outra. Segundo Brandão (1981), essa educação foi sendo pautada na prática, na rotina dos dias. De acordo com o autor, a educação

adquiriu um outro lugar na sociedade moderna, um espaço de privilégios para poucos ao longo da história da humanidade.

Se num primeiro momento temos o ofício, o exercício da sobrevivência sendo atribuído a todos e todos deveriam conhecer e aprender, num outro momento, os saberes se dissociam da função primeira que é a sua prática, de fato. Os conhecimentos tomam uma forma em que as representações daquilo que se fez ou se tem adquirem uma outra função social: uma divisão entre aqueles que sabem e aqueles que não sabem. Assim, o saber popular ficou vinculado ao conhecimento do ofício específico de cada artesão, restrito a esse campo e um saber elitizado pairando sobre estes exercia o poder, o controle sobre tudo que era produzido, mesmo que para a sobrevivência de todos:

Assim, a educação como prática em si mesma e a escola como o lugar físico do seu exercício representam um desdobramento do processo de expropriação do poder comunitário sobre a totalidade do saber necessário (BRANDÃO, 1981, p.15).

Essa dissociação entre o saber escolar e o saber popular foi um divisor de águas na promoção de uma educação universal. Nem todos tinham a garantia da aquisição dos conhecimentos promovidos pela escola. A inserção social que ocorre para as classes menos favorecidas, em todos os sentidos, é o trabalho, que é a porta de entrada para a vivência em sociedade. Brandão (1981) nos afirma que os indicadores da educação básica mostram que a grande parcela da população frequenta as séries iniciais e acaba abandonando o caminho da formação, para ingressar no trabalho, que é o caminho da sobrevivência.

Nessa seara, foi preciso considerar os movimentos sociais como propulsores da luta por melhores condições de vida e são esses movimentos educativos que articulam os coletivos. Pode-se dizer que as pessoas envolvidas se aprendem como sujeitos de direitos. Os movimentos sociais, na década de 80, articularam a participação em defesa do reconhecimento das diversas identidades e contra preconceitos e discriminação, impulsionaram a criação de novos significados para as relações sociais e lutaram para que os grupos minoritários pudessem contrapor-se aos mecanismos que os subordinavam.

Gohn (2005), traz a discussão estratégica do relevante papel dos movimentos sociais na ruptura com o conservadorismo nas relações sociais. É na luta por melhores empregos, melhores salários, que se encontra o fundamento das possíveis mudanças. Para a autora, o modelo participativo não é uma receita que se aplica e imediatamente apresenta resultados, mas é um processo que amplia a possibilidade de transformação.

Nesse contexto, encontra-se a educação não formal como um trilhar de perspectivas

para processos emancipatórios dos indivíduos, que, em sua essência cidadã, possuem um leque de direitos presentes na esfera social, bem como deveres de uns com os outros. É o que a autora define como democracia participativa. Aquela que permite a participação de todos(as) não apenas na esfera política, mas social, econômica, cultural. É preciso acessar esses processos para garantir participação que, segundo Gohn (2005):

(...) gera atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões. Destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Os defensores da democracia participativa inovam com sua ênfase na ampliação dos espaços de atuação dos indivíduos para além da escolha dos governantes e inovam também ao destacar o caráter pedagógico da participação (GOHN, 2005, p.36).

Com esta reflexão, Gohn (2005) destaca a estratégia pedagógica inserida nos movimentos sociais, o quanto valioso é o coletivo reivindicar mudanças comuns a todos(as) os(as) envolvidos(as) e validar seu papel enquanto sujeitos dentro de uma sociedade. No bojo desses movimentos em prol de uma vida com qualidade e sustentabilidade em todos os seus aspectos, é necessário compreender a relação entre cidade e consumo, tendo como referência as pessoas que constroem socialmente os espaços.

Para tanto, torna-se importante contextualizar os territórios e entender como os vários sujeitos se percebem e atuam nos diferentes espaços, seja nas comunidades, nas cooperativas, no que se refere ao lixo gerado por todos nós e para onde ele vai. Nesse sentido, a intenção foi evidenciar os significados e as representações do processo de mobilização das pessoas em torno da construção sustentável do meio ambiente em Belo Horizonte, tendo em vista as relações entre técnicas da mobilização social da SLU e as catadoras de materiais recicláveis.

### **1.3- Educação ambiental**

Podemos afirmar que educação ambiental é importante componente no processo de formação e mobilização do cidadão. É a partir da educação ambiental que se promove a construção de uma vida social mais sustentável, em que os sujeitos se percebem e vão atuar em prol de melhores condições de seu ambiente (qualidade do ar, da água, do solo). Essa busca amplifica para a sociedade a necessidade de um olhar mais atento face aos desafios climáticos então existentes, tais como altas temperaturas e chuvas torrenciais fora de seu tempo. Esses desafios vêm para acarretar a vida em sociedade; a dinâmica da coletividade também corre riscos de ruptura, salientando-se que a ideia do “salve-se quem puder”, de acordo com

Guimarães (2004), pode vir num crescendo assustador.

Este modelo de sociedade está pautado na exclusão, na opressão e na qualidade de vida destinada a privilegiados. A educação ambiental deve ir para além da preservação da natureza e dos biomas, ela deve ser a construção de uma trama de saberes que envolvam escolas, instituições públicas, mundo produtivo, a sociedade como um todo. E deve ser pautada nos princípios ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, como pontua Silva (2005).

A educação ambiental, como prática transformadora, requer um constante e permanente aprimoramento, que de acordo com Silva (2005):

(...) promova o diálogo da diversidade e a troca efetiva de olhares e saberes, buscando respostas e rompendo a visão tradicional e utilitarista, reforçando a noção decuidado com o meio ambiente, despertando em cada indivíduo o sentimento de pertencimento, participação e responsabilidade (SILVA, 2005, p.10).

Buscando esse conceito norteador de educação ambiental, temos em Loureiro (2004) uma discussão sobre a construção da identidade ambiental como uma ação constante e permanente que busca envolver a todos(as) em práticas educativas ambientais. Segundo o autor, essas práticas tornam-se direito para os(as) que habitam uma cidade que pode ser mais sustentável e mais inclusiva, promovendo o direito à qualidade de vida, fundamental para os cidadãos. Nesse mesmo percurso, encontramos valiosas reflexões de Carvalho (1998), que traz uma discussão sobre a construção de um sujeito ecológico, face à diversidade necessária para se entender e se incluir, construção essa de uma identidade individual e coletiva em vista dos graves problemas enfrentados no planeta como um todo.

Para Carvalho (1998), o sujeito ecológico deve aprender a “ler” a sua comunidade e o espaço que ocupa, contribuindo para um mundo ambientalmente educado, lidando com a singularidade desse espaço, para a sua preservação sustentável. Essa leitura ambiental deve vir carregada de um olhar para a diversidade de cuidados que o meio ambiente nos convoca a ter perante o uso excessivo dos recursos naturais, numa sociedade de consumo desenfreado e produtos hiperdescartáveis, grandes centros urbanos com trânsito constante e poluente, indústrias alimentícias produzindo produtos com baixo valor nutricional. A diversidade da devastação, como nos coloca Carvalho (1998), é assustadora. Exige uma permanente aprendizagem de caminhos para mitigar o impacto causado pela depredação ambiental, seja na forma do consumo, seja na forma de ocupação nos grandes centros urbanos. Essa educação ambiental, formando o sujeito em seu locus, deve ser permeada não apenas pela educação

escolar, mas pelas práticas de sua rotina ao lidar com o resíduo sólido, redução do gasto de água em casa, economia de energia elétrica, por exemplo.

Trazemos à baila a contribuição de Gadotti (2012), não somente nos conceitos de Educação Popular, mas ainda na discussão de um novo paradigma para a construção de uma vida sustentável e inclusiva. O autor acrescentou valiosas análises para este estudo. Ele propõe que seja estabelecida uma visão mais ampla para as práticas de uma educação ambiental, que preserve e cuide dos biomas, que as cidades repensem suas formas de ocupação; enfim, lança luz sobre uma visão mais humanizadora do meio ambiente que nós, seres humanos, ocupamos.

Gadotti (2012), propõe uma educação para viver em aprendizagem com a natureza, trazendo o conceito de uma ecopedagogia. Segundo o autor, a ecopedagogia inclui a educação ambiental como um segmento de seus pressupostos e amplia a urgência em se fazer uma pedagogia para a sustentabilidade. Faz-se urgente um movimento que traga um novo desenvolvimento planetário, enquanto seres humanos, desmontando-se os já existentes projetos sociais, econômicos e políticos. É um chamado que Gadotti (2012) coloca como um novo paradigma para a existência na terra, que está tão devastada e oprimida.

Enquanto um dos autores de referência da pedagogia do desenvolvimento sustentável, Gadotti (2009), destaca alguns princípios da educação ambiental para sociedades sustentáveis e reponsabilidade global, que podem nos revelar a compreensão que os adeptos da Ecopedagogia têm da Educação Ambiental:

A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade;

A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações;

- A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar;

A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas;

A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis;

A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos neste planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos. (GADOTTI, 2001, p.85-88 )

Na construção de uma educação ambiental que possua em sua pauta ações voltadas para a transformação social e que respalde a participação de toda a sociedade, Loureiro, (2004), faz apontamentos que permitem dizer que é possível uma nova relação com o meio em que

vivemos. Trata-se de ações voltadas para o estabelecimento de práticas educativas que incorporem aqueles(as) que se encontram alijados(as) de sua participação na sociedade dita democrática, distanciados(as) de seus direitos a uma vida saudável e mais humana. O autor nos permite ir além das causas ambientais, para nos adentrarmos nas práticas educativas e sociais que permitam a todos os cidadãos o entendimento de sua importância para o cuidado com o nosso planeta. Nesse ínterim, podemos dizer que a educação ambiental como práxis libertadora e emancipatória para o tecido social pode, sim, permitir avanços na construção de uma sociedade com mais justiça social e, também, justiça ambiental. É o que o autor define como construção da identidade ambiental.

Destaco ainda em Loureiro (2004), o que ele contextualiza como o panorama de uma sociedade com mais justiça social e inclusiva. Aborda a relevância de um outro caminho para que a sociedade conduza uma nova forma de vivenciar o espaço em que vive, outra relação com a questão ambiental. O autor salienta que os movimentos sociais em prol do meio ambiente ganham dimensão para repensar as práticas educativas para um consumo possível diante dos impactos gerados pela sociedade do descarte. É premente a condução de uma educação ambiental voltada para a inclusão de todos.

A educação ambiental passa por momentos de mudanças, vive a necessidade urgente de ressignificar a mobilização e o entendimento dos sujeitos que habitam os territórios. Diante das tensões vividas nas cidades, cresce a preocupação por sabermos mais sobre as condições do planeta, por entendermos mais como vamos reagir às condições ambientais, o que poderemos e teremos nesses novos tempos.

Ainda trafegando por esse debate, Gallo (2002) afirma que a micropolítica, aquela garimpada nas salas de aula, nos espaços públicos, em movimentos sociais e políticos, permite um percurso que vai aglutinar mais envolvidos do que as construções macropolíticas, pensadas em gabinetes e que não ecoam para além de suas paredes.

A contribuição de Rodrigues (2001) na complementação dessa discussão faz-se salutar visto que:

A formação humana resulta de um ato intencional, que transforma a criatura biológica em um novo ser, um ser de cultura. Esse ato denomina-se Educação. Em resumo: a Educação é um ato intencional imposto de fora sobre uma criatura que deve ser formada como ser humano. Sendo um ato intencional e externo, ele é desempenhado primeiramente pelos que antecedem na vida social os que estão sendo formados. Nesse sentido, Kant igualmente assegura que a geração mais velha deveria educar a geração mais nova (RODRIGUES, 2001, p.240-241).

Esta reflexão de Rodrigues nos desafia a pensar na Educação como um caminho intencional para a construção do mundo humano, com suas ações e atitudes para a realização da vida. Nada é mais revolucionário que educar para a vida, para a sua manutenção através das gerações e para a consagração do coletivo. Quando consagramos a educação como um ato político e aglutinador do conjunto da sociedade, ela pode se tornar um canal para movimentos mais transformadores, como o ambiental, por exemplo, que propõe uma nova ordem social em prol da salvação do planeta.

Com esse suporte conceitual, pretendeu-se trilhar pelo caminho de buscar compreender as práticas educativas desenvolvidas por técnicas da mobilização social da SLU, bem como pelas catadoras da cooperativa de materiais recicláveis, dialogando com a COOPERSOLI Barreiro, no campo da educação não formal e da educação ambiental com a cidade de Belo Horizonte. A proposta foi a de compreender essas práticas, se elas tornaram possível a construção de mudanças nos hábitos das pessoas quanto ao consumo, quanto ao entendimento de descarte correto e a relação que se estabelece entre técnicas e cooperadas na construção dessas práticas.

Perfazer essa pesquisa requereu investigar, recolher esclarecimentos sobre essas práticas, ou seja, até que ponto elas permitiram entender a educação para a limpeza na cidade, onde podem ser aprimoradas. Nesse diálogo com os conceitos citados, não se pretendeu esgotar o assunto, mas favorecer a análise das perguntas evidenciadas nos objetivos desse estudo.

#### **1.4- As Questões da realidade social**

Segundo Goffman (2022), a figura do catador é associada a uma imagem com as marcas do estigma por ser alguém que vive do lixo, que revira aquilo que já não tem valor, que sobrevive de algo que foi jogado fora. Essas imagens estereotipadas, esses estigmas, repercutem de maneira direta nos modos de vida dos referidos sujeitos, bem como no acesso ou não de seus direitos. Mesmo hoje, tendo sua imagem associada àqueles que lidam com práticas educativas ambientais, vive sua jornada à margem da sociedade, sem direitos trabalhistas, com ganhos parcos e pouca garantia dos direitos como moradia, saúde e educação, fundamentais para sua existência. Podemos ainda considerar que ser cidadão é não apenas ter seus direitos garantidos, mas compreender a importância desses direitos para o percurso da vida. Assim, pressupõe-se que a escola, como nos aponta Ribeiro (2002), vai desempenhar um papel importante para que estudantes se tornem, de fato, sujeitos que compreendam a sua inserção social e a sua participação na sociedade de maneira efetiva, com seus direitos e deveres.

A escola passa a ser o lugar onde possivelmente estão os conhecimentos necessários para que os sujeitos compreendam e apreendam a sua participação social, a sua inserção enquanto, também, atuantes e pertencentes ao convívio social. De acordo com Ribeiro (2002), homens e mulheres não nascem sabendo sobre seus direitos e deveres, estes estão presentes nos currículos das instituições escolares que conferem ao estudante o conhecimento sobre a sociedade em que está vivendo. Se o direito do acesso aos meios de formação é negado, homens e mulheres ficam à margem da sociedade em que vivem.

Ainda segundo Ribeiro (2002),

É indiscutível a importância que os diferentes movimentos sociais conferem à escola. Da mesma forma, pensadores modernos identificam a educação como um caminho para a conquista de direitos sociais. Assim, no que tange à cidadania, parece haver um consenso de que a sua conquista implica o conhecimento de direitos e deveres por meio de uma sólida educação escolar básica (RIBEIRO, 2002, p.115).

No entanto, esse acesso nem sempre é universal como deveria ser, conforme estabelece a Constituição de 1988:

Art. 205. A **educação, direito** de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.  
(BRASIL, 1988)

Por maiores que sejam os avanços da escola pública brasileira, esta ainda não inclui aqueles destituídos de uma identidade enquanto sujeitos sociais. A cidadania, neste caso, define como sujeito aquele que possui moradia fixa, endereço, documentos de identificação, enfim, que possua “visibilidade” social (Ribeiro, 2002). Moradores de rua, catadores de materiais recicláveis, sejam avulsos ou organizados, encontram-se na linha de exclusão.

Na análise desta pesquisa, esses sujeitos catadores(as), identificados como potencialmente agentes ambientais, a partir de sua atuação frente à coleta seletiva em Belo Horizonte, ainda buscam reconhecimento e valorização de seu papel social e permanecem na vigília para que haja reconhecimento da sua importância, frente aos desafios que se apresentam ao assumirem a condução da coleta seletiva na cidade. Além da identidade social, enquanto agentes ambientais, fixam a importância da coleta seletiva no tempo presente.

Práticas educativas têm contribuído para que a cidade seja sustentável, bem como, essas mesmas práticas, vêm ampliando a discussão sobre o ciclo produtivo do material reciclável,

diminuindo os altos impactos ambientais causados pela exaustão e exploração dos recursos naturais. De acordo com Krenak (2020), há necessidade de refletir sobre a construção de um sujeito descolado de sua posição cidadã, sendo, inicialmente, consumidor. Esta análise nos desafia a pensar quais as estratégias para uma nova configuração social que repense práticas sociais como aquelas entremeadas por “ter” alguma coisa, visto que o descarte tornou-se ação cotidiana e o consumo uma meta a ser conquistada.

Ainda segundo Krenak (2020), as grandes corporações buscam nos sujeitos sociais a sua função primeira, que é a de consumir para obter um determinado objeto que nem sempre possui valor para a existência humana. Neste sentido, o alerta do autor quanto aos cuidados com a nossa mãe Terra, não tem a ver com ações para mitigar a depredação ambiental; diz respeito à humanização que precisa acontecer, com o pensar de forma mais revolucionária, mudanças prementes para que a existência humana ainda persista no nosso planeta.

É possível dizer que Krenak (2020), nos provoca a construir verdadeiras pontes de preservação para nos reconfigurarmos enquanto seres humanos, pensando na mãe Terra como um organismo vivo. Para ele, não há dissociação entre nós e a Terra. É preciso promover, novamente, esse encontro, pois é nele que reside a possibilidade da nossa continuidade como seres vivos no planeta. São possíveis estratégias face a tantos desafios para se conscientizar que o consumo nos leva a ignorar a diversidade de todas as formas de vida. Essa caminhada nos leva a repensar qual o real motivo de nossa passagem por esse planeta, que o “ter” precisa dar lugar ao “ser”, esse paradigma rompido deixa para as gerações futuras recursos naturais para a sua sobrevivência.

Para Krenak (2020), o desafio é que se possa resgatar o sentido de sermos seres humanos constituídos em nossa diversidade e pluralidade, para uma vivência mais plena na Terra. Ele nos desafia a buscar nossa humanidade, descartar a ideia de sermos consumidores, de sermos predadores da seiva que nutre nossa própria existência, perceber que a mercadoria, algo externo a nós, apenas nos distancia da possibilidade de continuarmos vivos no planeta.

Nessa análise, o autor acredita na sensibilização da humanidade, na sua subjetividade que promova um outro olhar para a comunidade, o território que habita, a existência, o coletivo e convoca a humanidade a resistir à homogeneização que o consumo nos propõe como forma de experimentar a vida em todos os seus sentidos. Essa cosmovisão é possível e necessária para que a nossa vida tenha sentido e plenitude e que inclua a todos, eliminando as desigualdades da sociedade do capital em que vivemos.

Gadotti (2009) trata de um novo termo que possa abranger de forma mais efetiva a promoção de uma causa ambiental mundial: a ecopedagogia, já abordada anteriormente. Esta

busca promover o sentido das coisas a partir da vida cotidiana. A proposta da ecopedagogia é revolucionária:

Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais (GADOTTI, 2009, p. 1).

A proposta do movimento discutido por Gadotti (2009) é de uma nova humanidade, com uma visão holística para a vida a ser preservada na Terra. Ecopedagogia está ligada a um projeto utópico que convida a desmontar todas as estruturas econômicas, sociais e políticas para a construção de uma nova ordem mundial, de acordo com o autor. A pedagogia para um desenvolvimento sustentável propõe que os sujeitos se apropriem dessa consciência ambiental (Gadotti, 2009). Essa leitura de uma nova visão ecológica, a pedagogia da sustentabilidade, é a correlação entre ser humano, desenvolvimento e Terra:

Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado de seus princípios. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo (GADOTTI, 2009, p. 2).

A preservação ambiental necessita ir além da relação saudável com o ambiente, mas colocar no centro dessa discussão o sujeito, seu cotidiano e sua existência. Estar no mundo, pertencer a um organismo vivo, como o planeta Terra, é missão da pedagogia da sustentabilidade. Gadotti (2009) identifica esse olhar como uma outra visão humanizadora e perceptiva do organismo vivo que é a Terra. Essa nova percepção de lugar onde vivemos permite retirar o sentido de que os recursos naturais estão ao nosso alcance para serem explorados infinitamente. Isso é ilusão. O esgotamento das águas, do solo, a poluição do ar, dos oceanos está visível e, cada vez mais, violentos. A depredação sistemática dos ecossistemas levará a humanidade à sua extinção. É preciso uma pedagogia para a Terra, para a sua salvação, para que homens e mulheres possam garantir a sua sobrevivência de forma coletiva e amorosa. É na perspectiva de uma educação para a sustentabilidade que é possível uma morada na Terra.

## CAPÍTULO 2- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo, fiz reflexões importantes que evidenciaram o propósito desta pesquisa. Ao mergulhar no galpão da Coopersoli Barreiro, juntamente com um caderno de campo no qual fui registrando o que acompanhava, pude entender um pouco mais sobre as práticas que laboriosas mulheres trouxeram para a sua lida cotidiana. Não sem relevância, o processo de trabalho engendrado pelas técnicas da SLU, na mobilização social, também foi alvo de observação e de reflexões para a construção desta pesquisa.

Estabeleci como norte, dois métodos e um instrumento de pesquisa dentro da pesquisa qualitativa: a pesquisa documental, observação participante e as entrevistas semiestruturadas, para que o desenho da pesquisa tomasse forma e também atingir os possíveis percursos do que foi objeto de hipótese, qual seja, o encontro de técnicas e catadoras da Coopersoli Barreiro na constituição de um caminho para a gestão da coleta seletiva em Belo Horizonte.

No período compreendido entre fevereiro de 2022 a fevereiro de 2024, estive em acompanhamento de um trabalho, o PTS (Projeto Técnico Social), tendo a oportunidade de observar a capacitação ofertada pela Empresa Ângulo Social, terceirizada que ganhou a licitação conforme processo número: 01.054.880/21-03 SLU/DRJUR, contrato 01/2022, com recursos da Caixa Econômica Federal, no projeto Avançar Cidades, do ano de 2019.

Este programa contempla empreendimentos sócioprodutivos no meio ambiental (no caso, as cooperativas), para receberem acompanhamento técnico-social e maquinário para a sua modernização. No caso, a Coopersoli Barreiro, juntamente com outras cinco cooperativas existentes em Belo Horizonte, foram contempladas para receberem as informações de como utilizar equipamentos, bem como, capacitações importantes constitutivas de sua prática diária.

É importante salientar que o Projeto Técnico Social sempre foi pauta de discussão no Fórum Municipal Lixo e Cidadania<sup>9</sup>, quando as catadoras representantes das seis cooperativas elencaram as suas expectativas para a capacitação a ser ofertada. O Projeto Técnico Social (PTS) foi elaborado pela equipe técnica de mobilizadores sociais da SLU, que debruçou sobre uma proposta de formação para os(as) catadores(as).

Após a elaboração, o projeto foi entregue às empresas participantes do processo licitatório que escolheram a proposta que melhor desenvolvesse os quesitos enumerados. O encontro para

---

9 Reuniões regulares a que têm assento o poder público, instituições envolvidas com as discussões dos resíduos sólidos (ONG's), catadoras das cooperativas de materiais recicláveis de Belo Horizonte, é um grupo paritário para discutir os rumos da coleta seletiva na cidade.

a elaboração dessa proposta ocorreu no início do ano de 2019, tendo o seu desdobramento prático no início de 2022. Este recorte feito por esta pesquisadora teve o objetivo de analisar no cotidiano presente as questões que permeiam o processo de trabalho das catadoras.

Após o processo licitatório, a empresa ganhadora iniciou uma série de encontros com a equipe técnica de mobilização social, para prosseguir na construção dos módulos para a capacitação técnica das catadoras. É importante salientar que todo o processo teve o acompanhamento da equipe de mobilização. Elaborei um caderno de campo importante, com falas e sugestões feitas por todas as envolvidas quando da realização desses encontros.

Nas escritas das falas e entrevistas, há informações sobre outras vivências de formação e de construção de estratégias para a gestão da coleta seletiva. No entanto, o momento mais presente permitiu uma observação mais detalhada do trabalho de capacitação e permitiu absorver mais os processos vivenciados por todos os sujeitos envolvidos na construção da gestão da coleta seletiva na capital de Minas.

A metodologia utilizada está ancorada nos cânones do que chamamos de uma pesquisa de cunho qualitativo, tendo como principais instrumentos de coleta de dados, a observação participante, as entrevistas semiestruturadas com técnicas da SLU e com catadoras da Coopersoli Barreiro, além da análise de documentos oficiais e registros dos encontros e das reuniões. A pesquisa intencionou colocar em evidência os significados, as representações e a mobilização dessas sujeitas em torno da construção sustentável do meio ambiente em Belo Horizonte.

Faz-se necessário pontuar uma questão que também pautou minha pesquisa. No que diz respeito às entrevistas, todas foram realizadas com mulheres, entre técnicas e com as catadoras no próprio galpão, em intervalos de trabalho que foram combinados para esta realização. É bom ressaltar que os nomes que aqui aparecem são reais, tanto das técnicas quanto das catadoras. Esse recorte, em princípio por questões do perfil (envolvimento com o empreendimento galpão da Coopersoli no seu processo de consolidação), foi tomando forma por caracterizar o desenho e a configuração do trabalho desenvolvido no empreendimento. Todo o trabalho da Coopersoli Barreiro foi e é realizado predominantemente por mulheres, mesmo tendo em seu quadro alguns homens. Na verdade, a história que percorre toda a constituição desse espaço de trabalho foi realizada e contada por mulheres.

Ao completar 25 anos de existência, as cooperativas têm no orgulho das cooperadas, todos os passos que deram, os acertos e desacertos, para chegarem até o presente. Na bagagem dessas mulheres estavam todas as expectativas de uma chance de sobrevivência, possibilidade de cuidarem dos filhos e serem independentes. Neste sentido, mães e chefes de família se

reuniram para implementarem essa trajetória. Na condução desse percurso, encontraram, também, mulheres que tornavam reais as possibilidades de virem a ser donas de seu próprio negócio. Na esfera pública, mulheres também conduziam as possibilidades de garantir o êxito do empreendimento, o galpão de reciclagem de materiais e juntas forjaram o seu espaço de trabalho.

A presente pesquisa buscou responder a seguinte questão norteadora: como as práticas educativas das técnicas do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização (DP PSM) constroem, juntamente com as catadoras da Coopersoli Barreiro, uma gestão da coleta seletiva em Belo Horizonte e, nessa prática, como se percebem e atuam em prol de uma cidade sustentável? A educação não formal é o centro do trabalho dos(as) técnicos(as) da SLU, visando trazer para a cena educativa a realidade dos sujeitos implicados na construção de novos saberes, enquanto geradora de mudanças que podem significar o futuro de gerações vindouras.

É importante destacar que as catadoras possuem lacunas enormes na formação escolar, segundo relatos das mesmas e busquei investigar, como são construídas essas práticas educativas, considerando que os sujeitos implicados precisam amalgamar percepções, conhecimentos e, conjuntamente, tornarem o encontro desses saberes, uma educação para a libertação coletiva, num processo histórico de formação humana. É fundamental frisar que essa superação do que já sabido para a evolução do saber, de acordo com Freire (1983), é uma junção de sujeitos na busca de uma construção coletiva que traga para todos os envolvidos na trama educativa, elementos para uma efetiva construção de caminhos para a gestão da coleta seletiva.

## **2.1- A pesquisa qualitativa**

Para se dedicar à pesquisa qualitativa, Strauss e Corbin (2008) dizem que um/a pesquisador/a necessita ter ou desenvolver algumas características importantes. Precisa gostar de trabalhar com dados e não ter medo de usar a sua experiência para analisá-los. A presente pesquisa pretendeu utilizar essa referência para chegar a possíveis conclusões diante de tantas indagações que envolvem as práticas educativas da mobilização e se elas possibilitaram enriquecer o processo de trabalho da Coopersoli Barreiro.

Na pesquisa qualitativa, há um processo complexo e ele não pode ter pressa em se concluir. O que hoje pode representar um risco, diante dos prazos rígidos de apresentação dos resultados de uma pesquisa de mestrado. Todavia, acreditamos piamente nas potencialidades metodológicas para que, ao final, tenhamos um trabalho exitoso em seus intentos.

Em se tratando de uma pesquisa de cunho qualitativo, há que se ressaltar que a mesma

precisa estar aberta para rever procedimentos, reavaliar ações, voltar atrás quantas vezes forem necessário, evitar as certezas durante a pesquisa, levar a sério as palavras, as ações e sentimentos das pessoas, ouvir atentamente, observar com cuidado, buscar a riqueza dos dados, ter capacidade para selecionar, comparar, manter a integridade dos dados; enfim, envolver-se no trabalho para não tirar conclusões apressadas, ter paciência para chegar ao significado e resultado da análise.

Na pesquisa qualitativa, as técnicas devem servir para o/a pesquisador/a ver além do que é comum, num processo gradativo, paulatino, que implique compreender de uma nova maneira a vida social. Portanto, a metodologia deve ser flexível e criativa, e o pesquisador precisa afastar-se do que está vendo e ouvindo para depois retornar e comparar - o que é igual, o que é diferente – na busca de promover análise e não juízo de valor. Assim, essa trajetória de análises nos espaços de pesquisa – galpão da Coopersoli Barreiro e DP-PSM da SLU – buscou os sujeitos que atuam e interagem nesse espaço, ora se aproximando, ora se distanciando nos propósitos de suas atuações, para que as práticas possibilitem a construção de novas respostas às questões apresentadas.

Neste sentido, é salutar a análise dos dados e Strauss e Corbin (2008) contribuem com a seguinte afirmação:

Como analistas, queremos construir teoria criativa, fundamentada e densa. Fazer isso exige sensibilidade para aquilo que os dados dizem e capacidade de reconhecer quando nossas próprias tendências, ou as de nossos participantes, interferem em nossa análise (STRAUSS e CORBIN, 2008, p. 101).

Pesquisas qualitativas não prescindem do trabalho efetivo em diálogo com a teoria fundamentada, e essa teoria sempre é resultado de um relacionamento bem próximo entre coleta de dados, sistematização, análise e, posteriormente, a criação de uma possível teoria. Strauss e Corbin (2008) apostam que o ordenamento conceitual, que é a organização dos dados em categorias, faz com que se possa antecipar uma teoria. E, para se obter esse ordenamento, é importante ter um pensamento crítico e criativo, estar aberto para explorar as várias possibilidades, as várias formas de expressão, desenvolver a capacidade de fazer perguntas, nomear categorias e extrair esquemas inovadores.

Strauss e Corbin (2008) afirmam que em relação às descrições “alguns vão usar nossas técnicas para gerar teoria, outros com o objetivo de fazer descrições muito úteis ou ordenamento conceitual”. Ou seja, uma descrição é bem feita é uma contribuição importante; nem sempre a construção de uma teoria é a meta de todos.

A concepção apresentada por Strauss e Corbin (2008) serviu de força motriz e me motivou a realizar o trabalho. Eles apresentam a pesquisa qualitativa de uma forma cuidadosa e vinculam ao/à pesquisador/a grande responsabilidade para alcançar os resultados. Esse apontamento, sem dúvida, desafia o pesquisador, mas sobretudo, apresenta-lhe as possibilidades que vislumbrará encontrar, ao realizar o trabalho.

Outra reflexão que permite um olhar mais diversificado no trato dos diferentes instrumentos a serem usados numa pesquisa é a contribuição de Uwe Flick (2013), ao definir que a pesquisa social só tem sua razão de ser, a partir da capacidade do pesquisador em construir uma ponte com o objeto de seu trabalho, no caso, os sujeitos em análise. Essa metodologia nos leva a perceber o quanto os dados coletados, a observação no campo e as entrevistas constroem uma interlocução entre o pesquisador e o pesquisado, levando a uma outra perspectiva para se analisar as informações coletadas.

A pluralidade numa pesquisa propicia uma maior interação com o objeto estudado, permite ampliar conceitos e as possíveis afirmações. Essa pluralidade que Flick (2013) define como a qualidade na pesquisa qualitativa, nos confronta com fontes que trazem à baila elementos que, muitas vezes, estariam limitados no uso de apenas uma metodologia. Não obstante, Flick (2013) sugere que essa pluralidade torne-se o caminho para a construção de uma realidade e suas múltiplas versões, permitindo um olhar para o objeto de estudo mais de inclusão do que de observação.

No caso desta pesquisa, ao lidar com dados presentes em documentos oficiais (da SLU e da Coopersoli), observação participante e entrevistas semiestruturadas, esse alinhamento de informações poderá assomar discussões que permitam novas constituições de diálogo entre os sujeitos envolvidos, despontando o que foi construído, o resultado e o percurso ainda a ser feito.

### **2.1.1 – Pesquisa documental**

No contexto específico da pesquisa ora apresentada, a pesquisa documental foi enriquecendo e possibilitando responder algumas questões que dizem respeito ao DP-PSM, sua história e práticas desenvolvidas ao longo de sua existência, bem como trouxe um retrato real do que foi a constituição da Coopersoli Barreiro, seus primórdios até a consolidação do galpão no Jatobá IV. Através de documentos elaborados pelo Departamento, em forma de registros de encontros e reuniões, apreenderam-se as possíveis construções de um percurso para a coleta seletiva em Belo Horizonte, dando indicativos das estratégias utilizadas nesse trabalho, em conjunto com esta cooperativa.

O material gráfico desenvolvido com apelo/campanha de adesão da população à coleta seletiva, por exemplo, é uma peça informativa que se tornou um instrumento importante nas práticas educativas elaboradas e veiculadas pelos técnicos e estagiários vinculados ao DP-PSM. Presentes nesses documentos institucionais, verificaram-se apontamentos demasiado importantes sobre os encontros, combinados e propostas acordadas entre os sujeitos envolvidos. O material mais recente sobre coleta seletiva, por exemplo, foi fruto de discussões em encontros entre catadoras e técnicas da mobilização.

Alguns documentos são relevantes, como os registros dos encontros do Fórum Municipal Lixo e Cidadania - espaço constituído por catadoras, representantes do poder público municipal para debates e discussões sobre a coleta seletiva do ponto de vista local, bem como também informações relacionadas aos vários fóruns nacionais de catadores. Propiciam a corresponsabilidade entre os sujeitos participantes na organização e concretização dos projetos, servindo-nos de elementos para enriquecimento da análise. É bom ressaltar que todas as avaliações e reivindicações das cooperativas ficam nesses registros de reuniões do Fórum.

No entanto, resta dizer que a coleta de dados da SLU teve algumas intercorrências em função da mudança de sede da autarquia<sup>10</sup>. Fontes documentais importantes encontram-se estocadas em caixas arquivo, dificultando o manuseio para a pesquisa. Esse material é parte integrante do Centro e Memória e Pesquisa da autarquia, que iniciou seu processo de organização de fontes documentais há cerca de 30 anos.

O material estocado foi conduzido para a nova sede e será alvo de reorganização, sendo, em seguida, encaminhado para o Arquivo da Cidade de Belo Horizonte, o qual oferece melhores condições de guarda e seleção do material. Outrossim, independente dos obstáculos enfrentados, reforço que tal situação não serviu de embargo à conclusão da pesquisa aqui apresentada, bem como não influenciou no sentido de apresentarmos dados e elementos os quais nos propusemos no início do processo.

### **2.1.2 – Observação participante**

Diante do exposto, uma ferramenta metodológica que nos pareceu ter grande potencial de contribuir para o êxito da pesquisa foi a Observação Participante. Encontramos uma ampla literatura que fundamenta e referencia o uso dessa modalidade de investigação para a busca de

---

<sup>10</sup> Mudança de sede da SLU, tendo sido o CEMP acondicionado em caixas de arquivo, dificultando o manuseio de documentos.

possíveis respostas para pesquisas nas Ciências Sociais, conforme nos aponta Correia (2009):

A Observação Participante é realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador com os actores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjectivas para que possa haver a compreensão de factos e de interacções entre sujeitos em observação no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. Podemos considerar que a observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista semiestruturada ou livre, embora também com outras técnicas como análise documental, se bem que a mesma possa ser aplicada de modo exclusivo (CORREIA, 2009, p. 31).

A partir dessa metodologia, o investigador pode compreender, apreender e fazer parte do meio em que estava inserido para a realização da pesquisa. Essa forma de investigação aproximou o pesquisador do lugar onde estavam inseridos os sujeitos de sua análise, proporcionou as condições para vivenciar boa parte de suas experiências cotidianas, como são suas representações sociais no espaço em que estão atuando. Enfim, a partir dessa técnica, foi possível alavancar dados que responderam às hipóteses de pesquisa levantadas.

Flick (2013) mais uma vez ratifica a importância desse método de coleta de dados, pois o pesquisador se desnuda, também, para entender os processos do que investiga. A observação participante vem carregada de vozes, inflexões e mesmo afirmações que o(a) pesquisador(a) precisa se debruçar para traçar o curso de sua pesquisa. O método de Triangulação em pesquisa, segundo Flick (2013), possibilita ao pesquisador potencializar o material pesquisado, ampliar as abordagens feitas frente aos sujeitos em questão, no caso, as catadoras da Coopersoli e técnicas do DP-PSM.

Diante do meu lugar de atuação, reconheci ser esse o maior desafio na investigação proposta por essa pesquisadora. O olhar já familiarizado macula a percepção, o intuito foi de se despir para uma observação menos obtusa, menos parcial. Premente foi dialogar com as informações de forma a prosseguir nos objetivos da pesquisa ora proposta, deixando de lado juízos de valor diante de fatos já conhecidos e vivenciados. Esse desafio transitou em toda a pesquisa, seja com dados documentais, cadernos de campo, entrevistas semiestruturadas.

O desafio para julgamentos antecipados, ortodoxos e panfletários precisou do lugar de objetividade e racionalidade na elaboração das respostas que almeja serem respondidas. O pragmatismo no espaço de trabalho, construção coletiva de práticas educativas a serem levadas para as demandas que ora surgem ao longo desse tempo de trabalho, exige um olhar de alguém participante, mas, também, que dê lugar à pesquisadora para o êxito da pesquisa.

É certo que, segundo Strauss & Corbin (2008), o envolvimento com o objeto de pesquisa não isenta o(a) pesquisador(a) de ter sua visão particular, mas deve ter a clareza de que um projeto de pesquisa, com perguntas e indagações a serem buscadas, deixará lacunas e possibilitará outras tantas investigações. Nesta pesquisa, várias questões levantadas permitir que outras reflexões apareçam, pois a trajetória dos sujeitos é dinâmica e fluida, possui continuidades e descontinuidades, face às mudanças do poder público, próprias do contexto democrático. Em alguns momentos, a proposta de um maior investimento nas políticas públicas pode ser prioridade e, em outros, pode recrudescer.

Assim, contextualizando, a observação ocorre em momentos em que a pesquisadora acompanhava algumas atividades de capacitações que aconteceram nos galpões das cooperativas de materiais recicláveis de Belo Horizonte. Esses encontros foram bimestrais, com uma equipe contratada pela SLU. Em um caderno denominado caderno de campo, várias impressões foram registradas para que auxiliassem na fundamentação da pesquisa. Essa observação permaneceu na execução da pesquisa ao longo do ano de 2023. Este trabalho faz parte da rotina dos técnicos da mobilização social do DP-PSM, tendo, assim, uma regularidade.

A pesquisadora acompanhou, mais especificamente, a Coopersoli Barreiro, onde se fundamentou suas indagações sobre os processos de trabalho de uma cooperativa. Os registros foram contribuindo sobremaneira para mais detalhes e impressões acerca da realidade dos galpões. Estar próximo do objeto de pesquisa deu à pesquisadora, possibilidades de elaborar e reelaborar as incertezas e certezas. Permitiu que, ao observar, pode confrontar com os dados de outras fontes que fizeram a tessitura dessa pesquisa.

### **2.1.3 – Entrevista semiestrutural**

Em relação direta com a pesquisa documental e com a observação participante, o uso de entrevistas semiestruturadas emergiu como fator capaz de ampliar o espectro de percepção e análise dos elementos emergentes no campo de pesquisa. Para a compreensão do uso de entrevistas semiestruturadas, busco em Manzini (1990/1991), considerações importantes que pontuam esta metodologia de trabalho de campo:

(...) a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 1990/1991, p. 154).

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas por roteiros previamente elaborados (conforme anexo a esta pesquisa), que continham informações de âmbito social, econômico e cultural. Nessa modalidade de entrevista, a pesquisadora já tinha uma linha preestabelecida para conduzir a conversa e dar condições ao entrevistado de interferir na organização das informações coletadas. Nas entrevistas semiestruturadas, houve a construção de uma relação entre pesquisadora e entrevistadas, possibilitando uma atmosfera de empatia.

Essa atmosfera ofereceu condições de maior troca e maior possibilidade de fala daquelas que narraram as questões do ambiente em que estavam inseridas, das relações que estabelece, a sua percepção quanto aos processos de trabalho ali desenvolvidos. Esse formato não esteve construído de forma rígida e formal, mas com uma estrutura que permitiu à pesquisadora percorrer não apenas as perguntas já elaboradas, mas, também, outras que puderam contribuir com a construção das histórias envolvidas com o tema pesquisado.

A entrevista semiestruturada contribuiu para que o(a) entrevistado(a) possa falar sobre seu trabalho, suas vivências, sem se ater a uma forma rígida de perguntas e respostas, mas sujeito partícipe de uma conversa que forneça dados, para os quais, numa entrevista preestabelecida, estruturada, não seria possível essa construção.

As entrevistas ocorreram com as técnicas do DP-PSM, envolvidas em um acompanhamento histórico junto à Coopersoli Barreiro, evidenciando os sujeitos em seu espaço de trabalho, no seu fazer cotidiano, como se percebem, como se sentem, como se veem, quais expectativas constroem a partir do processo de trabalho que torna possível a sua existência e, sobretudo, o que aprendem e apreendem desse cotidiano. As catadoras entrevistadas deram voz ao que constituem enquanto vivências e aprendizagens na rotina do galpão.

A escolha das técnicas entrevistadas levou em conta a história de cada uma junto a esse empreendimento, bem como o perfil técnico no processo de trabalho. As catadoras entrevistadas vivenciaram inúmeros acontecimentos sobre a formação da cooperativa, os percalços, os avanços que aconteceram ao longo de sua história. O perfil delas concatena elementos importantes, cujos relatos são sobre os primórdios da cooperativa, a sua organização e a caminhada até se tornar um galpão de triagem de materiais recicláveis, bem como a sua relação com as técnicas do DP-PSM, como se formaram os vínculos e as trocas de saberes do trabalho em constante evolução.

As entrevistas foram feitas com 2 (duas) técnicas da mobilização social da SLU e 4 (quatro) catadoras da Coopersoli Barreiro. O procedimento segue as orientações colocadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com termos de consentimento livre e esclarecido aprovados.

Essa pesquisa, devidamente aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, recebeu o número CAAE 68228323.0.0000.5525.

## CAPÍTULO 3 - LÓCUS DA PESQUISA

### 3.1 - Superintendência de Limpeza Urbana - SLU

A Superintendência de Limpeza Urbana é uma autarquia da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, criada a partir da Lei Municipal nº 2.220, de 27 de agosto de 1973, na gestão do prefeito Oswaldo Pieruccetti, com o objetivo de prestar serviços de coleta de lixo domiciliar, varrição de ruas, limpeza de córregos. De acordo com o site da Prefeitura de Belo Horizonte:

A Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) é a autarquia municipal responsável pela elaboração, controle e execução de programas e atividades voltados para a limpeza urbana de Belo Horizonte. Criada em 1973, a SLU presta serviços de coleta domiciliar de lixo, varrição, capina, aterramento de resíduos, coleta seletiva, reciclagem de entulho e compostagem, entre outros. O trabalho da SLU é realizado em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável referendados na Agenda 21, minimizando os efeitos ambientais negativos decorrentes da geração de resíduos e maximizando os benefícios ambientais, sociais e econômicos para o município. (Disponível em [www.pbh.gov.br/slu](http://www.pbh.gov.br/slu), 01/07/2023).

A autarquia criou uma destinação adequada para os resíduos sólidos de Belo Horizonte, a partir da desapropriação de uma fazenda na Região Noroeste da capital. A Fazenda Taiobeiras, atualmente onde estão localizados os bairros Jardim Filadélfia, Pindorama, Novo Glória e Glória e onde foi construído o aterro sanitário da BR 040, em 17 de fevereiro de 1975. Assim, na década de 1970, a área de 145 hectares tornou-se o local para que todo o resíduo sólido da cidade chegasse para ser aterrado.

Entre os anos 1973 a 1992, a forma de tratar o resíduo de Belo Horizonte era a partir de uma usina de triagem, dentro do aterro da BR 040<sup>11</sup>. A usina, inicialmente, foi projetada para receber cerca de 150 toneladas por dia. O processo permitia que o lixo fosse triado antes de ser aterrado, o aterro era controlado. Esse processo de tratamento do lixo inicia na capital uma forma inovadora de gestar o lixo coletado, buscando superar os lixões presentes em algumas áreas da cidade.

Anterior a esse período, havia no entorno da cidade de Belo Horizonte alguns locais de destinação do lixo produzido pela população. A região onde hoje se encontram os bairros Salgado Filho e Betânia, outrora denominada Mato da Lenha, era destino certo para os resíduos sólidos da cidade. Ali, uma comunidade vivia da “catação”. Restos de comida, metal e outros

---

11 Usina Dano, com uma inovação tecnológica já utilizada em outros países. Ver BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana na Belo Horizonte Centenária. Belo Horizonte. 2000 176 p. Limpeza Urbana, Memória SLU.

faziam a renda daqueles que sobreviviam do lixo. Próximo dali, no Morro das Pedras, havia também um local dessa destinação irregular, onde moradores em situação precaríssima disputavam tudo o que ali chegava. De acordo com Dias (2002), o lixo da cidade era transportado por caminhões carroceria e, na região Oeste, tinha o seu destino final.

Uma tragédia, ocorrida na década de 1970, nessa localidade então conhecida como Boca do Lixo, vira noticiário nacional e o poder público se vê no dever de dar um outro destino para o lixo da capital. A tragédia deixou vários feridos e 15 mortos (SLU, 2000). Ao fazerem uso do lugar para cozinhar, moradores da localidade acabaram por explodir parte da área, tomada pelo gás metano proveniente do lixo ali depositado. Esse ocorrido trouxe para a cena política da capital o que já era motivo de preocupação das autoridades: o lixo doméstico.

Essa forma de destinar o lixo de Belo Horizonte era observada com preocupação, mas sem nenhuma solução pelo poder público. Até que esse grave acidente ocorre no local, tendo repercussão nacional. O poder público vê-se pressionado então a humanizar e modernizar os serviços de coleta e limpeza da cidade, garantindo que caminhões mais modernos, bem como espaços de destinação do lixo fossem mais adequados.

É nesse contexto que a Fazenda Taiobeiras, localizada na região Noroeste da cidade, onde estão os atuais bairros Pindorama, Novo Glória, Jardim Filadélfia, Coqueiros, dentre outros é desapropriada e sua área se torna o primeiro aterro. De 1973 a 1992, todo o lixo coletado de Belo Horizonte foi destinado ao aterro da BR 040, triado e, depois, aterrado, ainda sem o tratamento de um aterro sanitário. O volume do lixo aumentou consideravelmente nessas décadas, tornando a usina construída obsoleta, sem condições de realizar sua função de beneficiamento.

A partir da década de 1990, há uma mudança significativa no tratamento e gestão de resíduos que transformou o aterro da BR 040, em aterro sanitário. Há a implantação de um tratamento dos resíduos sólidos, considerando o quantitativo que chegava ao aterro, algo em torno de 2000 toneladas/dia. Torna-se, então, um aterro sanitário, com tratamento não apenas da forma de aterragem, somando-se a isso a preservação do solo e das águas subterrâneas.

O manejo diferenciado começa a ser construído, com a inserção de experiências de participação popular. Essa participação foi uma das propostas para se elaborar um programa de gestão de resíduos sólidos de forma diferenciada, em que a população tinha também o seu papel na limpeza da cidade. A SLU, a partir de seus agentes públicos, vai construir um “Programa de Manejo Diferenciado e Reciclagem de Resíduos”, em consonância com a Agenda 21 (agir localmente, pensar globalmente). A gestão de resíduos busca tirar a população do seu alheamento quanto aos caminhos do lixo. O manejo dos resíduos, nesse momento, buscava,

segundo a SLU, tratar os resíduos da construção civil e dar uma destinação para os resíduos orgânicos (coleta de grandes geradores). Essas premissas, segundo o Programa, tendiam a diminuir o grande volume de resíduos a serem conduzidos para o aterro da BR 040, mitigando um grave problema gerado pelo volume de descarte observado.

Em entrevista concedida, Clarissa Germana, técnica de carreira da SLU, fala sobre o formato de trabalho que se constituiu num universo de possibilidades para lidar com assunto tão complexo e, ao mesmo tempo, tão destituído de valor que é o lixo:

É um casamento feito ao longo de uma história que eu só tenho, literalmente, a agradecer. Processo esse que conduz, dessa condução desses anos todos. Então quando eu entrei na SLU, então ela já tinha mobilização nos seus cinco anos de história, quatro anos e tal, quase cinco, e eu já entrei num período que ainda estava no fervedouro, no auge, no encantamento, numa disposição, uma equipe imensa de pessoas, no trânsito de fluidez de projetos, de mil discussões, de preparação, porque era desafiador, eu já entrei sabendo disso, que é desafiador se pensar a presença de um lugar que tem uma equipe interdisciplinar, que é fantástico, pensando junto com a engenharia, para dialogar com uma capital, exatamente um tema tão difícil que perpassa algo que diz respeito a cada pessoa que mora aqui. Então falar disso era desafiador, mas eu vim de uma história também de atividades sociais (...) (Clarissa Germana, técnica SLU )

O desafio dos(as) técnicos(as) da mobilização social era o de acompanhar os serviços prestados pela SLU à população de Belo Horizonte, garantir a participação popular nas diversas frentes de trabalho dos garis, trazendo para a cena urbana a corresponsabilidade para com a limpeza urbana. Slogans como “cidade limpa é a que menos se suja” percorreu todo o território da capital, buscando visibilizar o serviço de varrição realizado pelas então denominadas “formiguinhas”.<sup>12</sup>

Com essa proposta, técnicos da área social e humana vão abraçar o acompanhamento dos vários projetos da engenharia, da arquitetura na autarquia, destacando-se, como exemplo, as reciclagens do entulho da construção civil onde todo o resíduo limpo advindo da construção civil era transportado para uma área para ser triturado e se tornar sub-base para pavimentação de ruas e praças.

Havia também a reciclagem dos resíduos orgânicos coletados em grandes geradores (sacolões, supermercados, feiras) e destinados ao pátio de compostagem no aterro da BR040, que misturados a podas de árvores trituradas, sendo essa matéria revolvida e deixada em temperatura ideal para a transformação em adubo, este era destinado para escolas públicas e plantio em praças e parques da cidade.

---

12 Termo popular para designar as servidoras que varrem as ruas da capital. Idem, ibidem.

Outros programas que perpassam os espaços da cidade foram ou são desenvolvidos pela SLU, como a implantação de Pontos Limpos, lugares que são alvo de descarte irregular de lixo recebem um tratamento com plantio, limpeza e pintura de meio fio, além de placa de “Proibido Jogar Lixo”, a partir de vistoria e planejamento para essa ação; Programa Carroceiros, em parceria com a UFMG, capacitava carroceiros e tratava os animais condutores das carroças, que recolhiam entulhos, além de móveis, podas de árvores e outros, de moradores que viessem a solicitar a prestação de serviço.

Esses materiais tinham como destino, as Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV); Programa Alimentar em parceria com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutrição, tendo sido montada uma cozinha, no Mercado do Cruzeiro, para o preparo de legumes com alguma avaria, que não eram comercializados, a serem utilizados em sopas e saladas; Programa Agente Comunitário de Limpeza Urbana, que consistia na inserção de trabalhadores da própria comunidade na realização de varrição, coleta e capina, dentre outros que, ao longo de sua história, foram desenvolvidos para tratar e gestar os resíduos sólidos na cidade com a perspectiva social e de geração de renda.

## COLABORE COM O GARI

- Não jogue lixo ou entulho em vias públicas, córregos, lotes vagos, bueiros e encostas. Além de poluir a cidade, os resíduos entopem bocas de lobo e podem provocar enchentes.
- No trânsito, respeite os cones de sinalização. Eles estão ali para proteger os varredores, que trabalham para deixar a cidade melhor.
- Respeite os dias e horários de exposição do lixo para a coleta. Evite deixar os resíduos na rua por mais tempo que o necessário.
- Embale corretamente seu lixo em sacolas resistentes, bem fechadas e de tamanho adequado, para evitar que elas se abram e espalhem os resíduos. Lixo mal-condicionado, além de exalar mau cheiro, atrai animais e insetos vetores de doenças.
- Proteja o vidro e outros materiais perfurocortantes (estiletas, pregos, lâminas, espetos) com algo resistente antes de colocá-los na sacola. Pressione as tampas das latas para dentro. Assim o garf não vai se ferir.
- A velocidade do caminhão de coleta varia de 5 a 7 km/h. Se estiver no trânsito seguindo um veículo da limpeza urbana, tenha paciência.



## COLETA DE LIXO TEM DIA E HORA

**HORÁRIO**

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB

EXPONHA OS RESÍDUOS SOMENTE NESSES DIAS.



Panfleto com dicas de conscientização e informações sobre os dias de coletas de lixo.  
Produção: DPPSM e Assessoria de Comunicação/SLU - 2021

Todos esses programas foram acompanhados pela equipe de mobilizadores sociais da SLU, com o objetivo de conscientizar a população da cidade como um todo, com a proposta de gerir o lixo doméstico de forma mais adequada e sustentável. Além desses programas, há

um acompanhamento das atividades realizadas pelas cooperativas de materiais recicláveis, com visão técnica e social dos empreendimentos. Esse Departamento, outrora uma Assessoria de Comunicação Social, tornou-se uma espécie de interlocução entre as comunidades e os serviços ofertados pela área operacional da SLU.

Atualmente, a prestação dos serviços de limpeza atinge quase a totalidade de bairros da cidade, com uma regularidade de três vezes na semana, na periferia, e, com regularidade diária, na Região Centro-Sul. Além dos serviços, de varrição de ruas e praças e da capina de vias, ocorre também, a partir de um planejamento para atender toda a cidade, a limpeza do leito dos córregos, especialmente em períodos de seca, para que estejam menos assoreados quando do período das chuvas.

### **3.2 – Departamento de Políticas Sociais e Mobilização da SLU**

Um dos eixos do Programa de Manejo Diferenciado vai agregar, também, a criação de uma estrutura que pudesse dialogar com os munícipes:

Esse diálogo se mostra tanto mais importante à medida que se constata a necessidade de se alterarem hábitos nocivos da população urbana com relação às questões da limpeza da cidade. Portanto, pretende-se, paulatinamente, conscientizar os cidadãos da sua parcela de responsabilidade na manutenção da limpeza das vias e logradouros públicos por onde transitam.”<sup>13</sup>(SLU, 1994)

E foi com a estratégia de fazer ações para divulgação dos serviços operacionais da SLU, que, em 1993, foi criada a Assessoria de Comunicação Social, vinculada ao gabinete da autarquia. A proposta, inicialmente, era aliar práticas educativas a um trabalho que mobilizasse a população de Belo Horizonte para boas práticas na limpeza urbana. O trabalho tomou formas lúdicas, com visibilidade, trazendo para a cena da rua centenas de garis para comemorações cívicas, como o Dia do Trabalho.

Esse trabalhador, então invisibilizado por executar uma atividade considerada menor, vista como indigna, destinada às classes pobres e sem formação, dentro da nova proposta da autarquia, adquire visibilidade e importância. Não foi um processo fácil e tampouco imediato. No entanto, o propósito era inserir o trabalhador da limpeza urbana na cena da rua, com a população percebendo a importância desse trabalho para uma cidade limpa e sustentável ambientalmente.

---

<sup>13</sup> Dados institucionais. Programa de Manejo Diferenciado (1994)



“SLU Fora do Ar” -  
Praça Sete

Trabalhadores da limpeza urbana apresentando na rua, a importância do seu trabalho para a população. 1996  
Fonte: Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana. Limpeza urbana na BH centenária. 2000

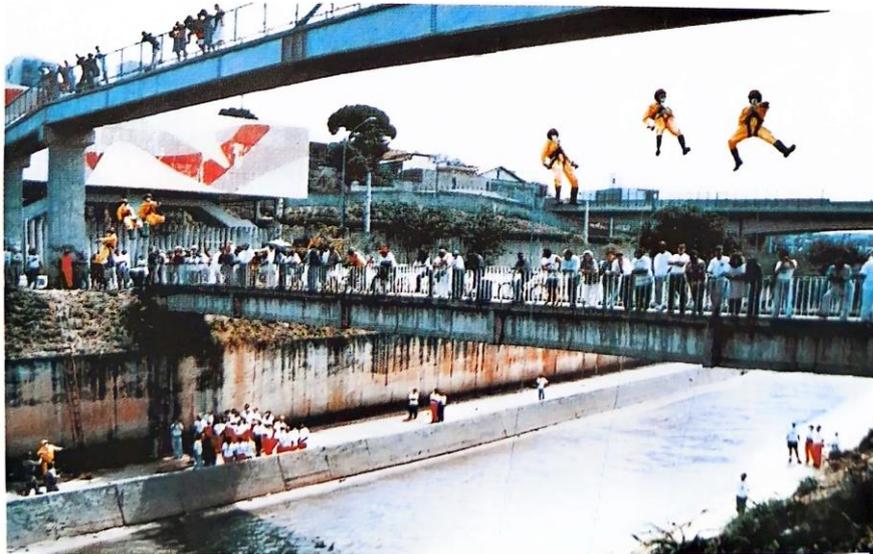
Práticas educativas promovidas pelos técnicos da mobilização social chegaram aos morros de vilas e favelas, levando informações aos moradores sobre como lidar com o lixo doméstico e como manter a comunidade mais limpa. Esse trabalho de caráter educativo foi processual e, aos poucos, tornou-se uma estratégia importante para se falar do lixo nosso de cada dia.<sup>14</sup> A cena urbana foi ocupada por técnicos que viram no lúdico uma maneira de captar a atenção da população para assunto tão sem visibilidade, que era tratar o seu lixo. Atores desenvolvem performances em praças públicas, transportes coletivos, enfim invadem a rotina dos moradores da capital.

Um grupo teatral, de nome “Até tu, SLU?”, fazia esquetes que iam ao encontro do gosto popular, por tratarem de cenas do cotidiano ao lidar com o lixo. Esses atores entravam em cena nas praças, parques, avenidas, escolas, dentre outros espaços públicos, na perspectiva de visibilizar o lixo, quem o gera e os garis, aqueles que cuidam dos resíduos. O teatro de rua popularizou a empresa que cuidava da limpeza da cidade e deu visibilidade a quem tanto percorria as ruas para limpá-las.

Outro exemplo de atividade, com relação a limpeza dos cursos d’água foi a ação dos garis com uniformes estilizados, realizando um rapel para atingir as margens do Ribeirão Arrudas, um dos principais rios a céu aberto, da cidade recebia diariamente, toneladas de

14 Dados de relatórios técnicos do DP-PSM, 2012/2019.

entulhos. Todas as ações tinham o propósito de colocar a emoção a serviço da conscientização. Os recursos cênicos e da palhaçaria entoavam slogans a favor da limpeza urbana, em favor do meio ambiente.



Garis fazem rapel para limpar as margens do Ribeirão Arrudas, 1996

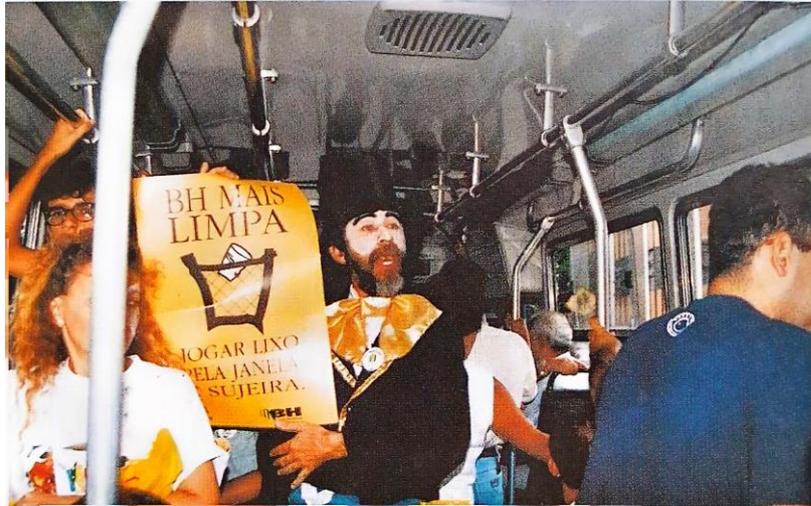
Fonte: Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana. Limpeza urbana na BH centenária. 2000

Na semana do Meio Ambiente, no começo de junho, atores adentravam ônibus, pedindo à população para não jogar lixo pela janela, apresentavam os sujeitos responsáveis pela limpeza da cidade, tudo de forma a buscar a visibilidade das garis responsáveis por manter a cidade limpa.<sup>15</sup> Outro momento emblemático foram as oficinas nos parques da cidade, locais onde a mobilização levava informações sobre os serviços e demonstravam a importância da produção de adubo, a partir de resíduos orgânicos misturados a podas de árvores trituradas.

As oficinas tinham a parceria de outras secretarias para enriquecer o momento de lidar com uma forma alternativa de reciclagem.<sup>16</sup> Além disso, destacam-se eventos como o Gari Fashion, com desfiles de uniformes estilizados, tendo por modelos os próprios garis. Essas cenas marcaram um momento de consolidação do trabalho de educação para a limpeza urbana na cidade.

15 BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana na Belo Horizonte Centenária. Belo Horizonte. 2000, 176 p. Limpeza Urbana, Memória SLU.

16 Práticas educativas desenvolvidas pelos técnicos da mobilização social . DP-PSM 2012/2019



Atores do grupo teatral, **Até tu, SLU?** em cena, nos ônibus de Belo Horizonte, 1996

Fonte: Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana. Limpeza urbana na BH centenária. 2000

É salutar dizer que o investimento do poder público priorizando as discussões da educação ambiental no âmbito da limpeza urbana vai ao encontro às mudanças de paradigmas que, em escala mundial, já se evidenciavam como necessárias: a discussão dos rumos do nosso planeta. As reflexões sobre o consumo excessivo e desenfreado gerando a saturação da matéria-prima mostram que é preciso estruturar o trabalho social a serviço da preservação da natureza, no caso, um olhar para a gestão dos resíduos sólidos.

No ano 2000, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, através da lei nº 8052, criou o Departamento de Políticas Sociais e Mobilização (DP-PSM) da SLU, dentro da nova estrutura organizacional da Casa. Esse Departamento teria *status* de um setor específico para se pensar e articular as diversas práticas educativas elaboradas pelos técnicos da mobilização social. A mudança trouxe consequências importantes no processo de organização do trabalho da equipe, na elaboração de estratégias educativas que ultrapassam o lúdico e uma série de práticas educativas no âmbito não formal, estruturaram a ação desses(as) técnicos(as) junto à cidade de Belo Horizonte.

O trabalho da mobilização social ficava mais incorporado às ações da área operacional da autarquia, tendo independência para criar estas estratégias educativas. O norte de condução das práticas educativas desenvolvidas por esse departamento fundamentou-se nos princípios básicos da educação ambiental, constantes Art. 4º da lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999)

Até os anos 1990, falar sobre o lixo remetia-se à imagem de um caminhão, com os “lixeiros” jogando os resíduos coletados de porta em porta, em caminhões carroceria, conforme relato de uma catadora<sup>17</sup>. Esse serviço ainda não atingia todos os bairros da cidade, muito menos vilas e favelas, que viviam atormentadas pela sujeira de becos e locais de descarte irregular, segundo dados institucionais. A figura do catador já compunha o centro urbano e era vista com olhos desconfiados, pela maioria da população, que entendia ser um trabalho duvidoso e sem futuro.

Essas imagens de grandes carrinhos pelo centro, no entanto, demonstravam que o trabalho realizado tinha significado e valor para um conjunto da população oprimida pela miséria e com pouca oportunidade de ingresso em um trabalho formal, de carteira assinada. A população moradora nas ruas da capital encontrava na “catação” do lixo dos comércios, uma maneira de diminuir a fome e as necessidades mais primárias para continuar a sua sobrevivência.<sup>18</sup>

Nos anos 1990, há um redimensionamento das práticas educativas que se propagam no que Oliveira (1995) define como “ecologização”, um chamado para que práticas de conscientização e de apelo para os cuidados com o meio ambiente se fortaleçam. Uma das técnicas entrevistadas relembra o tempo de sua incursão no então recém-criado DP-PSM, em que percebia as expectativas de se criar um trabalho que fortalecesse, na Capital, as discussões da educação ambiental, onde o processo criativo e educativo acompanhava as ações operacionais de maneira efetiva.

No início da criação do DP-PSM, houve a priorização para visibilizar as práticas educativas dos mobilizadores sociais, através de atividades em praças, parques, escolas e ruas da cidade. Trazer para a cena da rua não apenas a prestação dos serviços da SLU, mas colocar

---

17 Relato registrado no caderno de campo, outubro/2022.

18 Dados de fontes documentais da autarquia SLU, 2018.

a importância da integração da população com o poder público, para a eficiência dos serviços de varrição, de limpeza de córregos, da coleta de lixo domiciliar.

Evidentemente, muitos percalços atravessavam a proposta discutida internamente pela nova gestora, problema sociofuncional, baixa valorização dos servidores públicos que lidavam diretamente com os resíduos sólidos, enfim, questões que foram elencadas como prioridades e que tentavam ser solucionadas dentro da proposição de conduzir o trabalho técnico e a aproximação com a população da cidade na gestão dos resíduos. O modelo de manejo e gestão dos resíduos sólidos, que se apresenta como inovador, busca trazer para o centro das discussões os caminhos do lixo. Na perspectiva dessa gestão, nada seria satisfatório se não houvesse a corresponsabilidade dos moradores da capital com os resíduos que produzia.<sup>19</sup>

Nesse percurso, a mobilizadora social Clarissa avalia e rememora a história dos(as) catadores(as) no seu processo inicial de trabalho:

Quando eu entrei, já havia um trabalho feito com a ASMARE, principalmente, que era o que existia de mais evidente, um trabalho feito principalmente com os catadores com trajetória de rua, e que, de alguma forma, tinha a necessidade, o desejo de que eles pudessem ter mais dignidade também de trabalho. Então, considerando a ASMARE como uma grande pioneira dessa história, já havia um grupo dentro da mobilização que trabalhava isso, envolvido também com a questão do setor social. (Clarissa, técnica, SLU).

As mudanças nos anos 1990 reverberaram nos propósitos do DP-PSM, quanto aos resíduos sólidos: políticas públicas voltadas para a sustentabilidade do planeta; a implementação de propostas de correção dos rumos indicadores de como o lixo vinha sendo tratado; a melhoria do desempenho das pessoas em termos de consumo<sup>20</sup>.

A partir da consolidação do DP-PSM com uma equipe interdisciplinar que propagava para a cidade todos os serviços desempenhados por garis, engenheiros, arquitetos e com um aporte administrativo, este vai desempenhar um papel importante na educação para a limpeza urbana da cidade. Pelo viés da coordenação de projetos, a população participa e se organiza, nem sempre com os resultados esperados. Isso pela própria nuance da educação, entendida como processo e não como efetivamente um dado estatístico. A mobilização social vai construindo os seus caminhos, para se estabelecer na capital como um grupo que discute as práticas para a limpeza urbana.

O Departamento criou e construiu formas de trazer para a cena da limpeza urbana, os

---

<sup>19</sup> Idem, ibidem

<sup>20</sup> Dados de documentos institucionais do DP-PSM/1996.

moradores da capital, a partir das inúmeras práticas elaboradas para esses sujeitos: reuniões, oficinas, ruas de lazer, vistorias, eventos que buscam promover a consciência para a limpeza urbana, como ação de todos os sujeitos. Em momentos de observação e conversas com colegas, eles enfatizaram, sempre, a necessidade constante de persistir nos processos até então construídos para o trabalho educativo.<sup>21</sup>

### **3.3 - O Trabalho dos(as) mobilizadores(as) sociais**

O trabalho dos(as) mobilizadores(as) sociais da SLU comemora, neste ano de 2024, 30 anos de atuação na capital das Minas Gerais. O trabalho de cunho interdisciplinar acontece em diferentes regiões da cidade, buscando envolver a população na busca de solução para os problemas advindos dos resíduos sólidos. Por ser um tema complexo e pouco visível, mas, no seu paradoxo, algo que é realizado cotidianamente por todos, é razão de construção de estratégias para que a população saia do seu alheamento frente ao lixo do dia a dia.

Slogans, frases alusivas ao tema, nos idos anos 1990, foram criados e propagados pela cidade, pelas comunidades, como forma de despertar os sujeitos para uma prática mais consciente de cuidar de seu espaço e garantir que a limpeza urbana, de fato, permanecesse como um serviço “percebido” por todos. Nas atividades de campo, em comunidades da periferia da cidade, técnicos(as) buscavam promover a educação ambiental com um mote para a corresponsabilidade.<sup>22</sup>

Os primeiros passos para essa parceria só vão se concretizar, legalmente, nos anos 2000, com a promulgação da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), na qual um artigo estabelece, para os municípios, a construção de uma corresponsabilidade: a gestão compartilhada. Um capítulo inteiro trata da importância da educação ambiental e da participação popular, os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)<sup>23</sup>.

O programa de mobilização social, em constante elaboração, ao longo de três décadas de atuação trouxe para a cidade, um diferencial em relação ao tratamento dos resíduos sólidos. Possibilitou a escuta aos sujeitos da capital quanto ao destino dos resíduos sólidos e soluções para a limpeza urbana. Entendendo, outrossim, a educação como processo e a educação não formal como uma prática em permanente elaboração de estratégias, a equipe interdisciplinar

---

21 Dados de caderno de campo do DP-PSM/ 2018.

22 Dados institucionais dos relatórios do DP-PSM 2012/2019.

23 Idem, ibidem.

levou para os sujeitos da capital, informações sobre os destinos do lixo.

Em conversas, colegas técnicos(as), que chegaram no início da década de 1990, destacaram o quanto ainda a população era desinformada e alheia em relação aos caminhos percorridos pelo lixo coletado no cotidiano da capital. Era salutar dar continuidade às informações necessárias para o envolvimento de todos na limpeza da cidade. Esse era o desafio desses(as) técnicos(as).

Um colega afirmou que partiram do que estava posto como uma rotina de serviço, varrição, capina e coleta do lixo domiciliar, para o morador de uma comunidade entender os caminhos para a limpeza de sua região. Era preciso estabelecer um laço, uma conversa, uma reunião, com um conjunto de pessoas envolvidas na solução de problemas que o lixo vinha trazendo. Uma série de combinados e acertos entre os representantes de uma comunidade buscava a solução de um dado problema ou que, pelo menos, ele fosse mitigado.

O combinado contava com o aprendizado também de técnicos sobre a parte operacional da SLU, para ofertar o serviço e esse ter a possibilidade de resolver os problemas advindos do lixo.<sup>24</sup> A figura do “lixeiro”<sup>25</sup> sempre foi querida e reverenciada, especialmente na periferia da cidade. A função do trabalho desse servidor precisava ser resgatada no diálogo e conversas esclarecedoras e de entendimento da comunidade.

O que se fazia na prática era visível, mas para onde o lixo era destinado? O que era possível fazer para minimizar problemas de lotes vagos com lixo sendo jogado de forma irregular? Essas questões foram fruto de encontros, reuniões e combinados realizados com diferentes comunidades, em diferentes ruas da capital. As respostas a essas indagações foram chegando à medida que se estabelecia o diálogo para o entendimento e a importância do comprometimento de todos(as), para a solução dos tantos problemas advindos de resíduos sólidos jogados em qualquer lugar, a qualquer hora do dia.<sup>26</sup>

---

24 Idem, ibidem.

25 BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana na Belo Horizonte Centenária. Belo Horizonte. 2000 176 p. Limpeza Urbana, Memória SLU

26 Idem, ibidem.

### ACONDICIONAMENTO ESPECIAL DO LIXO DURANTE A PANDEMIA



**O descarte do lixo doméstico em tempos de pandemia exige muito cuidado.** Os resíduos sólidos devem ser acondicionados de modo a garantir a segurança das famílias e dos profissionais da coleta. Para isso, siga as orientações:

- 1** Embale em uma sacolinha máscaras cirúrgicas, toalhas e lenços de papel, luvas descartáveis e papel higiênico, antes de ir para o lixo.
- 2** Coloque os resíduos em saco impermeável e resistente à ruptura.
- 3** Respeite os limites de peso e espaço (dois terços) do saco.
- 4** Feche com laço ou nó e coloque em um segundo saco com as mesmas características.

Fonte: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) - Câmara Técnica de Resíduos Sólidos

**Não exponha materiais tóxicos e infectantes, resíduos de saúde e orgânicos para o recolhimento da SLU. Cuide da limpeza da cidade. Sempre que manusear algum resíduo, higienize as mãos com água e sabão. Se possível, use também álcool 70%.**

### URPV UNIDADE DE RECEBIMENTO DE PEQUENOS VOLUMES

Pequenos volumes que não podem ir para o lixo comum devem ser encaminhados para as URPVs mantidas pela Prefeitura em diversos locais da cidade.

<b>PODE</b> ser levado	pneus (limitado) · madeira · terra · metais gesso · pedras · concreto · telhas · tijolos
<b>NÃO PODE</b> ser levado	lixo doméstico · animais mortos · resto de comida eletrônicos e outros produtos tóxicos

### ENCONTRE A URPV MAIS PRÓXIMA

Lista completa em [pbb.gov.br/urpv](http://pbb.gov.br/urpv)

Ao entregar os resíduos, use máscara e mantenha a distância mínima de 2 metros entre você e as outras pessoas.

**NORTE**

**Aeroporto:** Av. Washington Luiz, 945 - São Bernardo (próximo à Rua Edna Quintel e ao Aeroporto da Pampulha)

**Bacurauas:** Rua Adolfo Bezerra de Menezes, 215 - Campo Alegre (próximo à Rua dos Bacurauas)

**Jardim Guanabara:** Av. Lucas de Oliveira, 505 - Jardim Guanabara (próximo ao final da Rua Professor Rubens Gueilli)

**Saramenha:** Av. Basílio da Gama, 5 - Tupi (esquina com Av. Saramenha)

**Botão de Rosa:** Rua Chefiera, 1 - Etelvina Carneiro

**PAMPULHA**

**Paqueta:** Avenida Presidente Tancredo Neves, 4.200 - Paqueta

**Dona Clara:** Rua Rita Alves Castanheira, 50 - Dona Clara (próximo à Rua Orozimbo Nonato)

**Garças:** Rua Reinato Fantoni, 20 - Enseada das Garças (esquina com Av. Francisco Negrão de Lima)

**Liberdade:** Rua Flor de Índio, 105 - Liberdade (esquina com Rua Aimé e Sempê McPherson)

**Santa Amélia:** Av. Deputado Anuar Menhem, 550 - Santa Amélia (esquina com Rua Conceição Maia)

**São José:** Rua Cristiano Pereira Salgado, 200 - Manacás | Jardim São José (esquina com Rua Mathilde Souza Boy)

**VENDA NOVA**

**Céu Azul:** Av. Luiz Cantagalli, 52 - Céu Azul (esquina com Rua Maria Gertrudes Santos)

**Rio Branco:** Rua Augusto dos Anjos, 1.983 - Piratininga (esquina com Rua Efigênio Nunes Pereira)

**São João Batista:** Rua Elce Ribeiro, 340 - São João Batista (esquina com Rua Bernardino de Oliveira Pena)

**Vilarinho:** Av. Vilarinho, 4.441 - Letícia

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS URPVs**  
SEGUNDA A SEXTA-FEIRA: 7H ÀS 18H | SÁBADO E DOMINGO: 7H ÀS 16H

Panfleto informativo sobre a localização das URPV – Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes  
Produção: DPPSM e Assessoria de Comunicação/SLU - 2022

No caderno de campo foram registrados vários trabalhos desenvolvidos. Tenho guardado momentos em que uma comunidade inteira queria um basta para a propagação de ratos e baratas, provenientes do lixo jogado de forma indevida, e as dinâmicas realizadas, em conjunção de esforços com nossa ação, para o sucesso de eliminar áreas de destinação irregular de lixo domiciliar. Moradores abraçaram a causa para a solução dos problemas, equipe da mobilização contribuindo para fortalecer o movimento contra o lixo irregular. Esses movimentos, tão bem retratados nas reflexões de Freire (1989), são materializados a partir de uma ação dialógica, em que os sujeitos envolvidos na resolução de um problema, estabelecem um entendimento dos caminhos a serem percorridos.

No trabalho dos mobilizadores sociais, várias ações no campo precisavam, exclusivamente, da escuta, do entendimento daqueles de alguma forma desassistidos pelos serviços de limpeza urbana e que clamavam por uma solução para os seus problemas. Na prática educativa desses mobilizadores, várias ações foram exitosas, outras nem tanto e outras sem resolução alguma. Um exemplo que pode elucidar melhor essas práticas foram as ações em parceria com os agentes de saúde, numa das primeiras epidemias de dengue de Belo Horizonte, entre os anos de 2008 a 2009. Saíram a campo técnicos da mobilização SLU e agentes de endemias dos centros de saúde.

Os processos de trabalho se basearam em conversas, diálogos com moradores(as), para que pudessem contribuir na atenuação da grave epidemia, além de cuidar melhor de resíduos sólidos, destinando-os adequadamente para a coleta domiciliar regular de sua região. Esse trabalho contribuiu, em grande parte, para reduzir os focos do mosquito, embora a epidemia tenha persistido por muito tempo no ano de 2009.<sup>27</sup>

O trabalho de campo, onde a discussão envolvia a operacionalização de serviços de limpeza pública, exigia, também, a compreensão de todos os sujeitos envolvidos na construção de uma alternativa para o enfrentamento das dificuldades advindas do descarte irregular. As práticas educativas não formais não possuem uma delimitação, elas se propagam e reverberam ou não. Nem sempre a solução se estabelece.

Em uma vila da região Noroeste, por exemplo, moradores se reuniram na rua principal exigindo a limpeza da mesma. Ela recebia os serviços de limpeza uma vez por semana. Os moradores entenderam que era preciso, então, um movimento que fizesse com que todos zelassem pela limpeza semanal. Esse entendimento só foi propício e possibilitado com a entrada da Associação de Bairro da Pedreira Prado Lopes nas conversas que realizaram de porta em porta com os moradores, mostrando o quanto era importante a manutenção do local limpo, assegurando, assim, a saúde de todos ali residentes.

Este exemplo demonstra, em certa medida, alguns dos percursos da educação não formal, na construção de caminhos que assegurem, na prática, a segurança de moradores frente a um espaço degradado e poluído. Ao se perceberem como agentes que precisam zelar pelo seu espaço de moradia, moradores se mobilizaram e agregaram boa parte daqueles que também se interessavam pela rua limpa e cuidada.

De acordo com Freire (1989), “o conhecimento (...), exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante.” O autor nos aponta que a educação não pode ser estática, distanciada do mundo real. Ela deve ser permanentemente dialógica.

No roteiro de trabalho dos(as) técnicos(as), a ideia de conhecer a especificidade de cada local e buscar, com as estratégias construídas, adequações às demandas de determinada comunidade foi constante. Não é possível definir o trabalho como bem-sucedido em todas as suas incursões. Nem sempre havia empatia por parte do conjunto de moradores, com o desejo de mudar hábitos quanto ao descarte do lixo, mas vigorava um trabalho que buscou e busca tratar os resíduos sólidos com aqueles mais diretamente afetados: a população da cidade de BH.

---

27 Registro de reuniões com os centros de saúde, agentes de zoonoses, 2009.

Nessa linha, bairros, vilas e favelas são, prioritariamente, o território de atuação das práticas educativas para a limpeza urbana. Tratar do tema lixo doméstico é tarefa que exige uma pluralidade de movimentos para envolver a população e ela se perceber no trato e cuidado de seu território. O mesmo ocorre quando se fala do consumo como uma ação que tem suas consequências e essa percepção só existe a partir do momento em que o sujeito se coloca no lugar de consumidor mais contumaz. A sociedade capitalista monetarizou tempo, lazer, objetos nem sempre úteis ou necessários para a existência humana. É o que chamamos de fetiche<sup>28</sup> do consumo.



Panfleto sobre Coleta Seletiva – Projeto Ponto Verde  
Produção: DPPSM e Assessoria de Comunicação/SLU - 2021

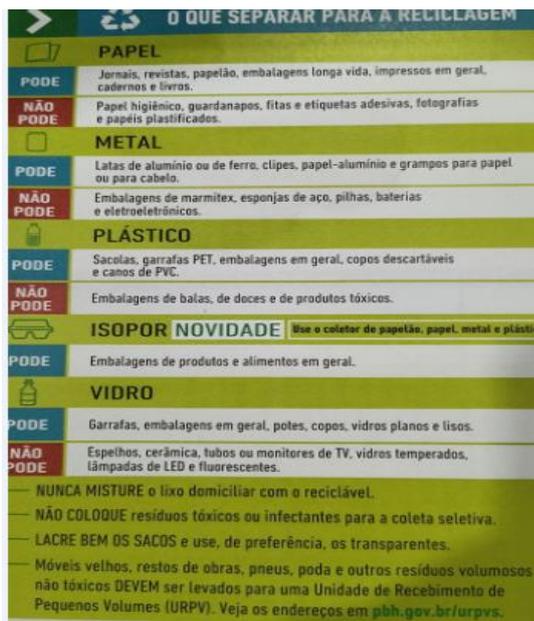
Comprar nem sempre significa adquirir algo de que realmente a pessoa necessita. O desordenado consumo trouxe consequências nefastas para o nosso planeta. Recursos naturais foram e persistem sendo sangrados à revelia de produção de mercadorias esvaziadas de sentido e de uso.<sup>29</sup> Dessa forma, essa atividade moderna humana se naturaliza e torna-se quase que associada à existência daquele que consome.

Se consumir é um ato do homem, o consumo vem sendo redimensionado e recebendo novos significados em função do excessivo descarte. Assim, o trabalho das catadoras, até então considerado subalternizado, adquire *status* de uma função importante e necessária (mesmo que ainda tímida), para que materiais com potencial de reciclagem retornem para a cadeia produtiva. Aliado ao retorno do ciclo produtivo, também há que se entender que as empresas possuem o interesse de manutenção de sua produção, bem como obter lucros.

28 BARBOSA, Livia. Sociedade de consumo. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004.

29 Idem, ibidem.

Essa reflexão acerca das possibilidades de manter um ciclo produtivo, sem utilizar matéria-prima da natureza, requer mudanças de ordem estrutural na sociedade de consumo. Temos um grande movimento a ser feito mundialmente, para que tenhamos melhores expectativas quanto ao futuro de nossa permanência no planeta. Há que se pensar em estratégias de mudanças estruturais econômicas, políticas e culturais. Reciclar é preciso, mas transformar é pauta urgente para a humanidade e seu futuro.<sup>30</sup>



Panfletos com lista de material que pode ser reciclado  
Produção: DPPSM e Assessoria de Comunicação - 2022

A mudança no olhar para as catadoras não se modifica da noite para o dia. Ainda é um movimento municipal, estadual e nacional que pressiona o Congresso, para votar leis que dignifiquem essa modalidade de trabalho nos municípios do país, buscando uma atenção mais cuidadosa tanto da sociedade civil quanto do poder público<sup>31</sup>. Essas mudanças vão ao encontro à Lei nº 12.305, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, promulgada em agosto de 2010.

A lei marca uma nova era na gestão dos resíduos sólidos no Brasil, pois propõe e estabelece a descentralização da destinação adequada dos resíduos de forma municipalizada. É a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, PMGIRS. Em Belo Horizonte, as discussões tiveram início em 2017, com a elaboração de um planejamento estratégico para os próximos 20 anos.

O plano inclui, de forma inédita, em discussão, um eixo que agrega a participação

30 Idem, ibidem.

31 MNCMR, 2021 reunião colegiada.

popular: a gestão compartilhada. Afinal, o que é a gestão compartilhada? É definida pela participação mais efetiva da comunidade na gestão dos resíduos dos municípios, incluindo todos os sujeitos envolvidos: população e poder público. Essa relação precisa estar em sintonia, para a construção de novos paradigmas quanto à geração do nosso lixo de cada dia. É preciso assegurar o acompanhamento de um planejamento e, por conseguinte, uma comunidade atenta às necessidades de entender que os caminhos do lixo são, também, de sua responsabilidade:

O PMGIRS-BH é um instrumento de planejamento estratégico municipal, que contempla as diretrizes e ações para o manejo ambientalmente adequado e sustentável dos resíduos, assim como para a educação ambiental e mobilização social, em um horizonte de 20 anos, sendo, assim, um Plano que enfatiza a sustentabilidade econômica e ambiental e a inclusão social (SLU, 2018)<sup>32</sup>

Nessa construção, as associações e cooperativas de materiais recicláveis encontram-se mais fortalecidas e reconhecidas como setores estratégicos, para um ciclo produtivo dos materiais descartados que não precisam ir para o aterro sanitário. É nessa linha que o PMGIRS se torna um instrumento articulador para que o trabalho das catadoras fique mais reconhecido e necessário para a construção de uma nova lógica quanto ao destino dos resíduos sólidos.

Todo o trabalho de construção do PMGIRS foi acompanhado pelos técnicos do DP-PSM, tendo uma forte representação nas discussões e definições mais técnicas que chegavam, vindo com a anuência das comunidades participantes do processo. O trabalho das técnicas, carregado de intencionalidades para a condução do processo de trabalho nos galpões, precisava vir com uma articulação mais dialógica com aqueles diretamente envolvidos: as catadoras. Nada se movimenta a contento, se vier com a intenção de ser resolvido sem uma escuta, sem a construção de percursos e possibilidades. É preciso entender que há erros e acertos, que é possível o sucesso, mas, também, o insucesso.

Esse encontro deve ser o diálogo de quem observa e acompanha, de forma institucional, os processos socioprodutivos do que representa uma cooperativa de materiais recicláveis com aquele que, na sua luta cotidiana, vai superando e apreendendo, na prática, as possibilidades do desenvolvimento de sua atividade laboral. Esse encontro precisa do que Freire (1993) nos elucida: a educação libertadora deve vir despida de neutralidade e de lado. A educação é comunicação, é superação das dúvidas (que não se encerram), é construção de caminhos que ora se encontram, ora se distanciam para, logo ali adiante, se cruzarem novamente e encontrar soluções e novos conhecimentos.

---

32 Dados de documentos institucionais do DP-PSM, 2018.

Ao proferir a palavra “técnica”, há que se conferir um conceito diferenciado, como nos ensina Freire (1993), para os sujeitos cognoscentes (educador-educando) versus (educando-educador). Há tensão e interesses, há marcas humanas de cada lado que se propõe, no diálogo, construir práticas e soluções para o pleno desenvolvimento do trabalho. É importante frisar que esse desenvolvimento não é linear, não é perfeito, mas o seu percurso pressupõe investigar, analisar, recriar ações do cotidiano do trabalho.

Nessa construção, Freire (1983) reforça a importância de uma educação voltada para a interlocução entre aqueles supostamente que sabem, mas precisam também aprender, e aqueles que, supostamente, não sabem tanto, mas, na realidade, sabem bem mais do que acham que sabem. Essa dialética da relação de construção do conhecimento nos leva a definir o verdadeiro caminho do campo cognitivo: sempre estaremos aprendendo/aprendendo algo. Não há momento em que não estejamos nesse lugar da aprendizagem, seja de ter uma nova ótica sobre algo já antigo e conhecido, seja na novidade constante daqueles que participam do ato de aprender.

### **3.4 - A Coopersoli Barreiro**

A Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região (Coopersoli-Barreiro), empreendimento filiado à Cooperativa Central Rede Solidária dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais (Redesol MG), busca promover o desenvolvimento social e a inclusão socioproductiva dos(as) catadores(as).

O galpão de triagem está localizado no Bairro Jatobá IV, e foi construído pela Prefeitura de Belo Horizonte. O projeto foi elaborado para a construção de também outros 6 galpões, para atender a uma demanda que já vinha sendo discutida junto a esses grupos produtivos: um espaço específico para a triagem de materiais recicláveis, com a organização de uma associação ou cooperativa para uma maior solidez do trabalho coletivo.

O grupo produtivo, constituído basicamente por mulheres, foi proveniente das comunidades Conjunto Residencial Conquista da União, o Corumbiara (uma ocupação que lutava pela titulação de suas terras), Independência e o Jatobá IV. As mulheres, então interessadas nessa modalidade de trabalho produtivo, se juntaram e iniciaram, em 2003, as atividades dentro do galpão.



Unidade de Reciclagem Jatobá IV – Silvana Presidente da Coopersoli  
Crédito da foto: Alberto Cunha

Para se chegar até o presente momento, muitas buscas e muito conhecimento foram sendo edificados para conhecer a peculiaridade da atividade de reciclagem e gestar o espaço onde esta acontecia. Tudo foi novo e desafiador. A proximidade com outras organizações que já faziam esse trabalho foi decisivo para que essas mulheres entendessem o propósito de sua ação:

A gente abre esse portão no dia 15 de agosto de 2003. É uma data que vai ficar na minha memória, porque foi daqui que eu tenho orgulho demais de ter iniciado esse passo na minha vida. Eu fico emocionada só de voltar esse tempo. A gente abriu esse portão e aí nós entramos. Era muito material, a gente não conhecia o material, a gente só conhecia o PET. E aí a gente teve que buscar ajuda de capacitação para entender e conhecer os materiais.” Silvana, presidente da Coopersoli.

(...) a proposta era da Prefeitura de Belo Horizonte então no primeiro momento foi aqui na Regional junto com a GERLU Barreiro que na época era Nessília, William, Vanuzia e aí a SLU veio junto porque ficou sabendo deste trabalho, que o galpão era para este fim. Então chamava pras reuniões que era com Andrea Fróes ainda na época, Patrícia Garcia, era o pessoal mais antigo, né! E a gente então juntou as 4 comunidades que era aqui a nossa onde a gente já tinha começado o trabalho, Curumbiara que tinha conseguido a verba do parlamentar. É... do Deputado Virgílio Guimarães, É... o Jatobá IV e... o Independência que é a área Naf, Núcleo de apoio à família. Então estas 4 comunidades fez a formação, fez a capacitação. Foram 47 pessoas num primeiro momento fazendo a capacitação, fazendo a formação É... no primeiro

momento a gente fazia a coleta cada um no seu bairro, centralizava e a prefeitura levava, a SLU levava né . É... a GERLU Barreiro levava pra gente até o galpão e aí a gente foi implantando, buscando as empresas é e aí, é... (...) (Neli, catadora – Coopersoli.

Nessa entrevista, as catadoras Silvana e Neli lembraram a proximidade da SLU para que pudessem seguir em frente com a proposta do galpão. Essa realidade foi se modelando, tendo apoio, e as catadoras foram se organizando, para aprenderem e conhecerem mais sobre o funcionamento de um galpão de materiais recicláveis, segundo as catadoras. A ideia de iniciarem um trabalho próprio deu um sentido para a existência dessas mulheres. Elas precisavam incorporar a responsabilidade para dar curso ao processo de trabalho ainda pouco conhecido. As formas de trabalho coletivo, com o tempo, foram se reestruturando e, de acordo com Silvana, catadora da Coopersoli, com a “vontade de dar certo” foram se adaptando às necessidades e dinâmica da produção.

### **3.5 - O Atravessamento dos processos formativos institucionais: Projeto Técnico Social (PTS) e sua inserção na organização do galpão**

É importante um relato sobre o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) que, em seus princípios/fundamentos, tem o eixo estratégico da contrapartida da formação das catadoras no desenvolvimento do trabalho com a modernização das suas atividades. O Trabalho Social do Ministério das Cidades, de acordo com a Portaria número 21, de 22 de janeiro de 2014, é uma iniciativa que promoveu o desenvolvimento de programas que agregavam, não apenas estruturas físicas, mas, também, um planejamento que garantia formação, capacitação e inserção social dos participantes.

No caso de Belo Horizonte, o Trabalho Social veio como incremento à ampliação da coleta seletiva na capital, a partir de um contrato estabelecido, no ano de 2019, com a Prefeitura, realizando um acordo de prestação de serviços com as associações e cooperativas de materiais recicláveis. Esse acontecimento foi um salto de produtividade que, há muito, estes galpões aguardavam:

O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (Belo

Horizonte, Portaria 21, de 22/01/2014).

Foi possível a sua aplicabilidade na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2014, junto às cooperativas e associações de catadores(as) de materiais recicláveis. É bom registrar que esse trabalho já havia ocorrido no ano de 2010, denominado PTTS, com a coordenação do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização da SLU. Nas intervenções de saneamento, o desenvolvimento do Trabalho social é obrigatório, observando as exigências de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de resíduos sólidos, de drenagem urbana, sustentável e manejo de águas pluviais, de saneamento integrado e de desenvolvimento institucional.

A partir desta análise e entendimento, as ações institucionais necessárias para a elaboração e execução do Trabalho Social contemplava a temática resíduos sólidos, incluindo aí as cooperativas de caráter sócioprodutivas, que foram beneficiadas, não apenas com a modernização do trabalho, a partir de maquinário, mas também, com a capacitação técnica para compreender esta modernização:

Articular e integrar políticas públicas em todas as fases do Trabalho Social, de forma a promover a multidisciplinaridade, intersetorialidade e a sustentabilidade das intervenções, fomentando condições para o processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazos, com a criação de arranjo institucional que possibilite a articulação de políticas públicas e estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração, implementação e acompanhamento do objeto pactuado; Fornecer ao MCIDADES e à Instituição Financeira, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas no Trabalho Social, visando ao acompanhamento e à avaliação do processo e seus resultados. (SLU, documentos institucionais DP-PSM, 2014)

A adaptação das cooperativas aos sistemas produtivos semimecanizados exige a criação de novos processos de trabalho relacionados à triagem e à readaptação de diversos aspectos organizacionais. Essa mudança organizacional, promovida pelo incremento de tecnologia nos galpões, impacta diversas áreas da organização. O trabalho social exerce a importante função de desenvolver um processo participativo com os cooperados, no sentido de compreender as mudanças e buscar soluções que atendam às especificidades de cada organização.

Nem todas as cooperativas em Belo Horizonte trabalham com o sistema de esteira, que exige uma capacidade de sintonia entre os trabalhadores, por trazer mais rapidez à triagem. E nem todas querem trabalhar com este sistema. Há resistência e não veem vantagens. Há a

necessidade de se dialogar com as trabalhadoras sobre a importância de maior agilidade do trabalho, para uma produção mais satisfatória, buscando tratar sobre a possibilidade de modernização como um elemento que garantirá maior eficiência para todos os envolvidos.

Aqui não funciona o convencimento, mas promover o sistema, para que seja visto, na prática, como outras cooperativas funcionam e como chegaram à conclusão de ser importante esse formato de trabalho na triagem.<sup>33</sup> O trabalho desenvolvido com as cooperativas pretende fornecer elementos de vivência e troca de saberes para a modernização. Alguns relatos dos cooperados, apresentados no diagnóstico, “sobrevivemos da cooperativa”; “geração de renda”; “ambiente familiar e laços sociais”; “melhoria da autoestima”; “antes daqui eu não tinha o que tenho em casa”; “muitos já saíram do programa Bolsa Família”. Demonstraram os benefícios do trabalho nas cooperativas e associações para suas vidas.

De acordo com o diagnóstico das Cooperativas e Associações para a atualização de dados do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólido de Belo Horizonte (PMGIRS-BH), de 2018, o número de cooperados/associados por cooperativa é a seguinte:

### COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES



	TRIADOR	MOTORISTA	PRENSISTA	CATADOR NÃO TRIADOR	ADMINISTRATIVO
ASMARE	24	01	05	00	03
ASSOCIRECICLE *	22	01	01	00	01
COOMARP Antônio Carlos	09	00	01	00	01
COOMARP Caldas da Rainha	13	02	01	00	04
COOPEMAR	24	01	04	00	02
COOPERSOLI	15	01	06	00	05
COOPESOL Leste	20	03	02	00	04
COOPERSOL Venda Nova	07	00	02**	00	02**
*Triadores executam múltiplas funções.					
**São as mesmas pessoas.					

Tabela 1 - Doc. atualização de dados PMGIRS, julho 2018, pdf

33 Caderno de campo 2022 – Esta discussão sobre o uso de esteira para otimizar o trabalho é ponto ainda de resistência para algumas cooperativas que preferem o sistema de cada um fazer a triagem com o “bags” (grandes sacos de rafia em que são acondicionados os materiais a serem triados e os já triados).

## COMPOSIÇÃO POR GÊNERO

	MULHERES	HOMENS
ASMARE	24	10
ASSOCIRECICLE	12	10
COOMARP		
Antônio Carlos	08	03
COOMARP		
Caldas da Rainha	16	04
COOPEMAR	28	06
COOPERSOLI	20	06
COOPESOL Leste	23	09
COOPESOL Venda Nova	05	04
<b>T O T A L</b>	<b>136</b>	<b>52</b>

Tabela 2 - Doc.atualização de dados PMGIRS, julho 2018, pdf

É importante destacar que, dos 188 cooperados/associados, 136 são mulheres, correspondendo a mais de 70% do público beneficiário do presente PTS<sup>34</sup>, dado que reforça a importância da realização do presente PTS e seu potencial de geração de benefícios para o público envolvido.

No acompanhamento e na execução desse PTS (2014), a equipe de mobilização social da SLU foi estratégica, pois vivenciou e elaborou, juntamente com os(as) catadores(as), as necessidades e expectativas do crescimento do empreendimento. Em seu depoimento, a técnica Clarissa expôs como foram se delineando os caminhos para que a discussão, dentro do empreendimento, ocorresse para ter o seu desenvolvimento. Segundo ela, num primeiro momento, a SLU buscou entender a dinâmica e trajetória dos(as) catadores(as) então existentes (e eram muitos) no centro da cidade. O mapeamento aconteceu juntamente com a área social, nos anos 1990. A ideia era ver outras perspectivas de atividades para esses catadores e uma delas era a regionalização, através da construção de galpões de triagem de materiais:

Então a história, acredito, que começou a regionalizar porque estavam espalhados pelas cidades e esses trabalhadores e o meu trabalho então foi vários momentos, tanto na pesquisa, teve um período que a gente teve a oportunidade de pesquisar pessoas que estavam na rua fazendo triagem, estavam sendo denunciadas, expulsas, maltratadas, tinham diversas inserções. Com a formação feitas por regionais. Eu tive especificamente contato com todas as cooperativas em épocas diferentes desse tempo todo e peguei em fases diferentes, elas todas vivenciando peculiaridades do momento, apesar do problema raiz de todas ser o mesmo, mas de alguma forma perpassava uma peculiaridade de como aquelas pessoas, elas estavam naquela cooperativa e o pensar numa estrutura de local, as pessoas que vão estar ali, as condições daquilo ali, resíduo para chegar, como vender, quer dizer, a dinâmica do que

34 Mudança na sigla do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), ficando Projeto Técnico Social (PTS).  
Fonte: Caderno Ministério das Cidades, 2014.

a gente chama da cadeia produtiva da Reciclagem (...) (Clarissa, téc.da SLU).

Nesse período, a técnica relatou que os percursos teriam que ser de aprendizagem, de formação, de organização e, mais que tudo, de escuta. Esse cuidado é desvelado em sua fala, rememorando que todos, naquele momento, estavam aprendendo sobre a organização de um galpão. Ela relembrou o trabalho que realizou junto à Coopersoli Barreiro e, na ocasião, o galpão estava em reforma. O recurso destinado para a capacitação dos(as) catadores(as) tinha o objetivo de tratar de temas que haviam sido levantado como relevantes para a execução do trabalho:

(...)é um trabalho social, e no caso, então, foi feito pela nossa equipe da mobilização, em apoio com outras instituições contratadas na época no processo, que respondiam por isso. E eu entrei nisso exatamente no momento em que elas estavam sonhando com o Galpão Novo, estavam em processo de reforma lá, e o sonho dessa possibilidade, da dignidade do trabalho, porque o Galpão vinha apropriar uma situação ergonômica, uma situação de ter uma cobertura, uma dignidade, literalmente, de trabalho, que pudesse acolher esses trabalhadores que trabalham com resíduo e para fazer que o fim não seja o aterro. Então eles são um princípio muito fundamental. Então, às vezes que eu tive o espaço, foi no primeiro PTS, essa empresa conduziu, então tinham dinâmicas de trabalho, foi lá que eu percebi, observando mais que eles direcionaram, fizeram o trabalho, o tanto que as práticas utilizadas ou a metodologia utilizada pela mobilização é fantástica nesse sentido, porque a gente ia pelo viés de uma metodologia da escuta, uma metodologia da arte, da escuta por um viés, assim, exatamente do dia a dia dessas pessoas, do cantar, então isso fazia diferença na manifestação das necessidades. E a partir dali, conduziam falas, conduziam apropriações e a gente construiu processos, que é a obrigação do técnico, de transcrever para essa linguagem, como possibilidade de escutar ali e transformar isso numa ocupação efetivamente. (Clarissa, técnica da mobilização social – SLU).

Esse primeiro PTS (2014), acompanhado pela equipe técnica da mobilização, colocou sujeitos, técnicos(as) e catadores(as), em face de uma aprendizagem coletiva. Decidiam e interrogavam o objeto novo, no caso, o galpão em reforma, que seria o espaço para a triagem dos materiais. Em consonância com o que nos ensina Freire, (1989), “o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Implica invenção e reinvenção”. Neste sentido, o conhecimento técnico, embora necessário, precisava vir envolto em escuta e entendimento do que era preciso ser feito para que o grupo produtivo caminhe com as próprias pernas. É na mediatização da realidade que o processo educativo se inseria. Técnicos(as) e catadores(as), ainda numa construção de trabalho, apreendiam desse lugar o que podia ser explorado e desenvolvido, enquanto trabalho coletivo.

Clarissa ressaltou que no início do trabalho, com capacitação técnica para os

catadores(as), foi um momento de um caminhar junto e com as estratégias de tratar de um tema, tão inovador e tão novo, com um olhar mais coletivo:

Saíam sonhos, saíam possibilidades, saía, acima de tudo, a manifestação de como que eles veem o trabalho e é isso que a gente precisa fazer como técnica escuta, de quem faz o trabalho buscar um caminho de dignificar aquilo ali, então os PTS vieram com esse propósito e a minha experiência foi de inserção, foi um pouco menor no primeiro PTS, o segundo eu tive uma inserção maior porque foi de condução interna da própria mobilização e coordenei isso e aí nós utilizamos, pois é, a data que agora me foge, mas tem exatamente, foi por volta de 2014, 2015 os primeiros PTS, mais ou menos isso, é com isso um deles nós utilizamos fazer a capacitação deles levando com uma excursão e uma atividade o dia inteiro lá no Aterro, na Unidade de...de Educação Ambiental do nosso Aterro da Br 040. (Clarissa, técnica da mobilização da SLU).

O Projeto Técnico Social, construído com sujeitos – técnicas e catadoras – naquele momento, trouxe a possibilidade de desenvolver uma forma de trabalho em que todos foram aprendendo uns com os outros. Para os encontros foram utilizados os recursos didáticos com referência no teatro, roda de conversa, percepção ambiental do que era um aterro sanitário, tudo para a constituição desse coletivo. Essas etapas foram muito especiais para o envolvimento de todos com a proposta de entender o significado da gestão de resíduos recicláveis. O uso de práticas educativas lúdicas, como o teatro ou a contação de histórias, endossava a realidade de nossa cidade. As esquetes trouxeram para a cena da aprendizagem, como as pessoas percebiam o caminho do lixo a ser reciclado, acrescentando-se a importância dele para a comunidade.

Com a contação de histórias, os procedimentos eram vivenciados de forma divertida e com um final de história construído coletivamente.<sup>35</sup> Os recursos lúdicos utilizados traziam diversão e emoção para o assunto tão complexo quanto os resíduos sólidos. Pensar que cada um de nós produz o lixo e que ele pode ter um destino melhor, mais “próspero”, era o que os artistas incluíam em suas falas. A visita ao aterro sanitário causou e ainda causa espanto por parte das catadoras. Ao adentrarem num espaço que imaginam ser um lixão a céu aberto, se deparam com um grande maciço sendo remodelado a cada caminhão que vai chegando.

O assombro remontou ao que imaginavam de uma outra realidade que não aquela, a de grande parte desse material ser destinado ao seu ciclo produtivo de não ser aterrado, juntamente com o que vão conhecer, o rejeito. Como a técnica relata, tudo era muito novo e

---

35 Grupo teatral Até Tu SLU? 2010. Ver BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana na Belo Horizonte Centenária. Belo Horizonte. 2000 176 p. Limpeza Urbana, Memória SLU

havia uma expectativa para o êxito do empreendimento. Então, esse coletivo buscava soluções e sanava as dúvidas. A união das catadoras também envolvia a empatia, o entendimento da necessidade do bom convívio, para que o resultado esperado surgisse. Entender o significado de uma cooperativa passava por vários trabalhos em conjunto, que engloba o conhecimento do material a ser conhecido, sua forma de venda e quem ia comprar.

Nos anos de 2011 e 2012, um PTS vem para a construção de um galpão para a Asmare. Neste processo, aconteceu a compra de um galpão na Rua Ituiutaba, região do bairro Prado, Belo Horizonte. A contrapartida seria a formação para os vinculados(as) a essa associação, mas a intervenção da SLU, no processo, garantiu que os catadores(as), de todas as cooperativas e associações da cidade, participassem da capacitação, uma oportunidade em que pudessem contribuir com o que gostariam nesses encontros:

“A gente buscou inicialmente várias discussões com a equipe técnica interna, com toda ela nessa diversidade, pegamos todas as experiências que a gente já tinha, pegamos, começamos a ver as necessidades, tinha uma pesquisa de necessidade de todos eles (catadores), de temáticas e coisas, foi feito, e nós juntamos com isso uma discussão que foi por vários meses com o pessoal, a equipe técnica da assistência social. O que foi legal para poder fazer exatamente assim, essa transição, porque eles já tinham um trabalho elaborado e a gente precisava dar continuidade, mas não podia partir do nada. Então, teve uma parceria de várias reuniões, com várias discussões e tiramos, inclusive o primeiro módulo foi praticamente coordenado pelo pessoal (assistência social) a partir da experiência deles. Utilizamos muito o recurso de entrevista com as cooperativas e utilizamos muita ideia de pesquisa. Mesmo para ter uma ideia do que fazer.” (Clarissa, técnica da mobilização social – SLU).

O resultado desse trabalho foi considerado muito positivo por todos os envolvidos. O trabalho de campo, as reuniões da equipe técnica, o encontro com os(as) catadores(as), posteriormente, propiciaram uma capacitação, visando ao objetivo da reciclagem de materiais, garantindo uma maior consciência sobre o empreendimento galpão. Todos os envolvidos – técnicos(as) e catadores(as) – se apropriaram desse conhecimento em torno do fazer, do empreender.

Para uma das catadoras, a aproximação com a SLU, num primeiro momento, tinha o objetivo de buscar informações, até que a parceria possibilitou que elas entendessem o propósito de aprenderem a lidar com o próprio negócio. No início da cooperativa, Neli fala que a Administração Regional do Barreiro, na pessoa da senhora Neusinha Santos, propôs a elas uma organização do trabalho, que era um empreendimento que a Prefeitura iria patrocinar, para que os catadores pudessem ter um lugar para executarem esse trabalho de reciclagem<sup>36</sup>.

O trabalho social exerce a importante função de desenvolver um processo participativo

---

36 Caderno de campo, setembro/2022.

com os cooperados, no sentido de compreender as mudanças e buscar soluções que atendam às especificidades de cada organização. Sendo assim, o trabalho social justifica-se por ser fator preponderante para garantir os ganhos de produtividade estimados pelo incremento tecnológico. O trabalho da SLU, desenvolvido com as cooperativas, buscou fornecer elementos de vivência e troca de saberes para uma possível modernização.

Em 2009, a SLU, através do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização, propõe, organiza e estabelece o funcionamento do Fórum Lixo e Cidadania, tendo como objetivo uma discussão mais paritária sobre o trabalho da coleta seletiva, da reciclagem e dos variados aspectos do empreendedorismo. Além disso, vai procurar promover a capacidade crítica, laboral e associativa juntamente com as/os trabalhadoras/es. Essa foi uma ação de trabalho social, tanto no conteúdo como no método. O ganho dessa ação mostrou-se positivo, as cooperativas, inclusive a Coopersoli Barreiro, receberam um tratamento integrado dos diversos fatores intervenientes no processo produtivo, valorizando tanto os aspectos relacionados ao eixo educação sanitária e ambiental, como a abordagem sobre a saúde individual e coletiva.

Segundo relatório de acompanhamento do Fórum, março de 2009, nele se destacou a preservação do ambiente externo e interno dos galpões de reciclagem, perpassando toda discussão pelas relações sociais e de mercado, ainda refletindo o quanto é importante o gerenciamento eficaz e produtivo do empreendimento das cooperativas. Em entrevista com uma Cooperada, Silvana (atual presidente da Coopersoli – 2024), a mesma destaca o Fórum Lixo e Cidadania como uma prática que contribui para o bom resultado em termos de produtividade e ganho financeiro real para os catadores, além das formações socioambientais.

Vale destacar alguns pontos de reflexão sobre o Fórum Lixo e Cidadania e seus avanços:

Então, a gente iniciou nos trabalhos em 2003, e aí foi registrando, a gente começou todo mundo fazendo a mesma coisa dentro do Galpão, mas uma coisa que a gente sempre pensou que é importante, essa questão de ter uma representação política dentro da cooperativa. E pensando nesse sentido, a gente viu a importância de a gente ter um espaço para discutir nossas demandas, porque a gente pensava, assim, em algumas coisas, mas a gente tinha que ter um espaço para a gente discutir todas as cooperativas. E foi assim que foi pensado. Um espaço que a gente chama Fórum Lixo e Cidadania. A princípio a gente inaugurou esse fórum numa escola, no Parque Municipal, que tinha uma escola e foi lá que a gente conseguiu. Porque tem que ter nossos parceiros que são envolvidos na questão nossa, nessa questão da coleta, em várias outras questões. (Silvana, presidente Coopersoli).

Esse espaço de discussão revigora e amplia as perspectivas de funcionamento do trabalho ambiental que as cooperativas se empenham em realizar. Nos encontros, são relatadas

as dificuldades, os avanços e, sobretudo, o fortalecimento das parcerias necessárias, para que o exercício do trabalho conjunto cooperativa e poder público tenha sucesso. Nesse lugar de discussão paritária, o poder público precisa ter a escuta, acatar, também, as decisões votadas, mesmo que não seja o que gostaria de definir. O mapeamento das decisões leva a uma construção permanente de passos a guiarem o projeto de coleta seletiva na cidade. Nada se constrói sem o conflito, sem o debate e sem o espírito de crer no desenvolvimento das ações concernentes ao lixo. Algo que tanto tem gerado preocupações climáticas e que precisa mitigar seu excesso no planeta.

Outra ação do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização que merece destaque é o trabalho de mobilização social se vinculando a parcerias que podem contribuir, para que as mesmas enriqueçam o trabalho das cooperativas. Toda equipe busca mobilizar a sociedade para a coleta seletiva e divulgar seu caráter de destinação social<sup>37</sup>. A equipe adquiriu confiança frente aos catadores, ao trazer propostas de práticas de organização e acompanhamento das cooperativas na ação direta com a população de Belo Horizonte.

As atividades de mobilização social acontecem nos formatos de mobilização junto aos cooperados para caracterização socioeconômica dos mesmos; oficinas de formação para os educadores sociais que vierem trabalhar com esses sujeitos; acompanhamento e participação nas atividades de capacitação<sup>38</sup>; além de mobilizar recursos financeiros para investir na ampliação dos equipamentos de triagem, a fim de melhorar a logística de produção dos galpões. Toda a construção das práticas educativas a serem desenvolvidas enfatiza a importância da construção coletiva.

Nesse cenário, a roda de conversa, com dinâmicas para que a partilha fosse efetiva e produtiva, tinha a participação de todos os envolvidos. Era fundamental o entendimento de todos(as) quanto ao processo a ser desenvolvido. As dinâmicas traziam o quanto era valiosa a participação de todos na construção do empreendimento que atingiria toda a população da cidade e sua implicação com esse projeto. Os momentos de chegada de maquinários, com vistoria de técnicos da mobilização e dos engenheiros da SLU no galpão, eram utilizados para descobrirem, juntos, a sua eficácia, a forma de uso, quando usar, quanto de tempo otimizado. Todos os momentos de encontros possibilitavam trocas, mesmo que não tivessem avanços nas discussões, ainda que não fossem propositivos, mas essa ligação trazia a construção de conhecimentos frente aos empreendimentos<sup>39</sup>.

---

37 Dados dos relatórios dos técnicos do DP-PSM 2012/2019.

38 Relatórios dos técnicos da mobilização da SLU 2012/2019

39 Relatórios dos técnicos da mobilização da SLU 2012/2019.

É bom ressaltar que nem todos os encontros foram satisfatórios ou produtivos. Os embates, ausências de uma maior consistência técnica para discutir sobre determinadas formas de organização do trabalho, catadoras desconfiadas do que “recebiam” no galpão, sem conhecerem as razões da chegada dos materiais, desconhecimento de tempo de cada um para compreender todo o desenrolar das práticas ali realizadas. Tudo isso trouxe momentos de tensão, necessidade até mesmo da presença do superintendente da SLU, para maiores esclarecimentos quanto às reivindicações para terem algum subsídio do poder público. Esses momentos envolviam novas reuniões e encontros para chegarem a algum acordo, quanto ao trabalho no galpão, o que o poder público poderia ampliar ou não as reivindicações.<sup>40</sup>

De acordo com os relatos das reuniões do Fórum Lixo e Cidadania entre os anos 2009 a 2014<sup>41</sup>, o processo de formação do Programa de Coleta Seletiva do município de Belo Horizonte começou com a formação dos trabalhadores das cooperativas. Baseado em uma metodologia participativa, previa a formação dos catadores por meio de oficinas/cursos distribuídos em temas elencados pelos próprios catadores: I) Cidadania, Sociedade e Trabalho; II) Saúde, Meio Ambiente e Cadeia Produtiva da Reciclagem; III) Organização, Produção e Gestão; IV) Formação de Lideranças e Gestão dos Empreendimentos; V) Noções de Informática. É bom acrescentar que esses tópicos elencados foram sendo construídos ao longo de vários encontros, até se tornarem realidade para as necessidades dos cooperados.

O planejamento das ações e a aplicação dos recursos baseiam-se em debates, proposições, articulações e busca de soluções para problemas encontrados no programa de coleta seletiva e na capacitação. Para a formatação dos módulos, aconteceram oficinas de planejamento com os educadores que atuaram na capacitação.<sup>42</sup> Essas oficinas tratavam da concepção do programa, recursos didáticos, linguagem e tempo necessário para tratamento dos temas. A escolha de profissionais com habilidade em educação popular e experiência comprovada nos temas, a participação das equipes técnicas da SLU e a experiência cotidiana dos cooperados foram primordiais para a construção de uma interação de confiança e troca. Os conteúdos foram abordados a partir dos conhecimentos e potencialidades dos catadores, buscando valorizar seus saberes e promover a autonomia desses sujeitos.

Como desdobramento da formação, surgiu a necessidade de se elaborar uma cartilha<sup>43</sup>,

---

40 Idem, *ibidem*.

41 Idem, *ibidem*. Na impossibilidade de consultar as atas desses encontros, os relatos dos técnicos que acompanharam o fórum Lixo e Cidadania atestaram a sua validade enquanto espaço de discussões e construções de ações das cooperativas de Belo Horizonte.

42 Idem, *ibidem*

43 Anexo cartilha.

que pudesse explicitar a Cadeia Produtiva da Reciclagem. O título escolhido para essa cartilha foi “Manual de Apoio aos Empreendimentos de Materiais Recicláveis”, cuja elaboração do conteúdo, imagens e destaques diversos ficaram a cargo de todos os educadores, equipe técnica da SLU e, especialmente, dos cooperados que se sentiram, segundo avaliação realizada a posteriori, construtores e personagens dessa complexa cadeia.<sup>44</sup>

A utilização dos galpões, para a realização das capacitações, favoreceu o estudo da cadeia produtiva e a compreensão de que muitas melhorias ainda devem ser efetuadas nesses espaços a curto, médio e longo prazo. A alta rotatividade existente entre os cooperados coloca esse espaço como estratégico, para que os envolvidos entendam a função do lugar de produção e daí retirem os seus ensinamentos. Não se pode deduzir que tudo ali está em franco funcionamento, sem os conflitos e dificuldades, mas averiguar que os cooperados se percebem nessa atividades e que ela desempenha a função de lhes garantir proventos para a sua existência, este é o fundamento das discussões educativas nesse espaço de trabalho.

A formação da REDESOL, Rede Solidária de Comercialização de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi uma ação desenhada durante a execução da formação promovida pela SLU, que se consolidou e continuou atuante. Essa organização em rede é estratégica para o fortalecimento dos empreendimentos. Outra ação da SLU que procurou garantir a formação mais detalhada das cooperativas foi a implementação de planilhas eletrônicas alimentadas pelos cooperados, facilitando o processo das cooperativas, trazendo à tona o cumprimento do disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº12.305/2010, que prevê a coleta seletiva em parceria com cooperativas e o controle social dessas através de mecanismos que garantem à sociedade participação no processo de planejamento e avaliação dessa política.<sup>45</sup>

Além disso, as planilhas também conseguiram agilizar a avaliação periódica das atividades, seja pelos(as) técnicos(as) da SLU, seja pelo grupo beneficiário buscando proporcionar melhorias na alocação dos recursos humanos e financeiros. A relação de parceria entre a SLU e cooperativas resultou num plano de trabalho com papéis definidos, investimentos e prazos estabelecidos, impulsionando a compreensão sobre produção, estoque, termos técnicos importantes para os catadores se apropriarem.

Pelo acompanhamento das cooperativas, tentou-se promover mais organização e resultou no estabelecimento de metas em relação aos processos de sustentabilidade para o programa de coleta seletiva. É fundamental destacar que essas metas foram fruto de encontros,

---

44 Relatórios dos técnicos da mobilização social 2012/2019

45 PNRS (2010).

debates, idas e vindas em discussões que, nem sempre, tiveram o avanço esperado. A prática do município na gestão dos resíduos considerou esse investimento como um resultado da política de limpeza urbana que foi implementada ao longo dos anos.

Esse movimento de construção das práticas educativas perdura a partir da permanência da instância Fórum Lixo e Cidadania. É importante dizer que todas as construções realizadas e discutidas com as catadoras, nem sempre, resultaram em algo produtivo. A realidade, muitas vezes, aflorou mais os conflitos do que propriamente soluções para se colherem bons frutos – empenho de todos, permanência no espaço, otimização da triagem. Muitas vezes, as reuniões permitiram mais resolver algum problema interpessoal pontual do que trazer mais enriquecimento para o trabalho.<sup>46</sup>

### **3.6 – O Barreiro Como Campo de Luta**

Não se pode tratar da história da Coopersoli Barreiro, sem se referir ao território onde ela floresceu e está situada. O Barreiro é uma região pertencente à cidade de Belo Horizonte, sendo uma das mais antigas regiões da capital. Antes da concretização da nova sede do governo de Minas, a área onde hoje está localizado o Barreiro, já era ocupada por grandes fazendas e sítios, que produziam alimentos para aqueles que ali passavam rumo à região centro-oeste do Estado, bem como, a comunidade do entorno era beneficiada com a produção. Na construção de Belo Horizonte, nas proximidades do Barreiro, um olhar atento das autoridades sobre essa região se fixou na riqueza de seus mananciais de água, proporcionando uma abundante produção de alimentos, garantiria mesa farta para aqueles que iriam residir na nova cidade.<sup>47</sup>

---

46 Caderno de campo dezembro/2022. Um encontro que seria para uma vistoria tornou-se um momento para resolverem uma “querela” entre colegas, para que o trabalho não ficasse tão prejudicado.

47 Histórias de Bairros de Belo Horizonte: Regional Barreiro/coordenadores: Cíntia Aparecida C. Arreguy, Raphael R. Ribeiro - Belo Horizonte: APCBH, ACAP-BH, 2008. 62 p.



Foto aérea do Barreiro 1949 Fonte: Arquivo Público Cidade de Belo Horizonte

Estes fatos reportam ao final do século XIX e já ensaiando os primeiros passos para o século XX. Com terra boa e abundância de cursos d'água, a região passa a ter a sua função de “celeiro” de alimentos. Em 1855, temos a informação da construção da Fazenda do Barreiro, a qual teria a finalidade do cultivo de alimentos. Em seu entorno, vários colonos, de diferentes nacionalidades – brasileiros, italianos, portugueses e alemães – passam a se ocupar da produção.<sup>48</sup>

Até então, o governo do Estado garantia subsídios para a produção, mas, após algum tempo, são interrompidos. E mesmo assim, os colonos ali permanecem. Nessa região, no início da nova capital, foi construído o Palácio dos Governadores, diante das qualidades do lugar – clima aprazível e belezas naturais. Esse Palácio está localizado onde hoje fica o Parque das Águas.



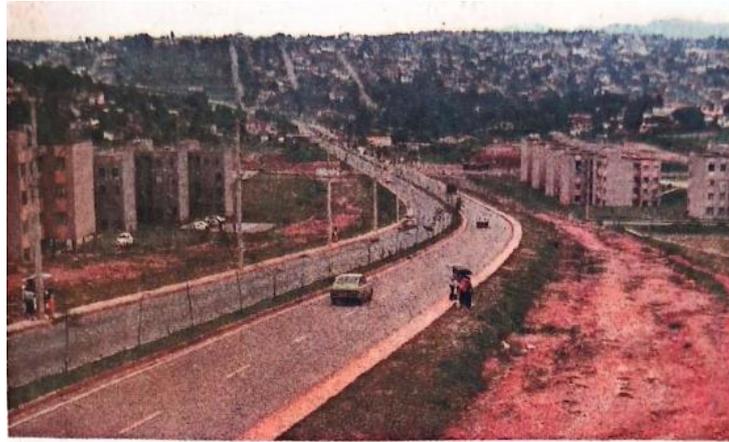
Parque Ecológico Burler Marx – Parque das Águas, 2000  
Fonte: Arquivo Público Cidade de Belo Horizonte

Ao longo de sua história, a região passa por um novo desafio: vai aumentando sua

---

48 Idem, ibidem.

população e, estrategicamente, possui áreas para a instalação de indústrias. A partir da década de 1950, algumas importantes indústrias são ali construídas, como é o caso da Mannesmann, que terá uma grande demanda por mão de obra. O povoamento do Barreiro é inevitável. Trabalhadores dos mais diversos lugares começam a migrar para a região.



Via do Minério, 1980 - Fonte: Arquivo Público Cidade de Belo Horizonte

Uma via de acesso estratégica é construída para se chegar ao Barreiro: a Via do Minério. Uma parte da ferrovia que atravessava a região centro-oeste também passa ao largo, trazendo moradores em busca de emprego e moradia. Diante dessa ocupação populacional, outras demandas, além do emprego, passam a surgir: saneamento básico, abertura e pavimentação de ruas e avenidas, moradias. A expansão habitacional, nos idos anos 1950, será uma das grandes bandeiras das comunidades ali presentes. Várias ocupações se assomam na região, como é o caso da Vila CEMIG, Vila Santa Cecília.<sup>49</sup>

Sem água e luz, os moradores passam a se organizar em movimentos sociais, para reivindicar, junto ao poder público, condições mais salubres para a sua sobrevivência. Na década de 1960, a Companhia habitacional de Minas Gerais - COHAB/MG, inicia a construção de conjuntos habitacionais, sendo primeiro o Conjunto Habitacional Vale do Jatobá.

---

49 Idem, ibidem.



Avenida Olinto Meireles, 1972 - Fonte: Arquivo Público Cidade de Belo Horizonte

O Barreiro possuía um centro comercial, cuja principal avenida era a Olinto Meireles e seu entorno cercado por bairros com estrutura bem precária. Essa realidade coloca uma dicotomia que precisava ser repensada. O território começa a ser procurado como alternativa de emprego, face à implantação da estrada de ferro, bem como de um conjunto industrial emergente. Pessoas provenientes da capital passam a residir nas proximidades desse centro industrial e outras necessidades emergem. Moradia, saneamento, energia elétrica, água potável. Essas urgências começam a fazer a pauta de organização dos moradores da região, entendendo que, juntos, podiam conquistar melhores condições de vida.<sup>50</sup>

Se num primeiro momento há uma intensa procura da região por suas condições de terras férteis e bons mananciais de água, num outro, há uma migração intensa com o objetivo de ingressar em uma das indústrias ali instaladas. A densidade populacional leva às mais diversas necessidades de sua população periférica: morar por ali, constituir a vida, ter um emprego. Moradias irregulares recortam a paisagem e surge o Jatobá, a Vila Castanheira, a Vila Pinho, a Vila Santa Rita, dentre tantas outras ocupações. Nessas comunidades, nascem associações que buscam trazer para os seus territórios melhores condições de vida. Os movimentos reverberam na jovem capital e já se prenunciam como nascedouro das organizações mais robustas na década de 1950.<sup>51</sup>

Essas comunidades percebem a importância de sua organização e o quanto podem se beneficiar com conquistas, a partir de lutas mais articuladas. É no bojo desses movimentos que as comunidades apreendem a importância de sua unidade. Os movimentos sociais, segundo Gohn (2002), moldam a estrutura de suas comunidades, a partir do momento em que se percebem como geradores de soluções para a grande precariedade da periferia. Nesse universo,

---

50 Idem, *ibidem*.

51 Idem, *ibidem*

outras reivindicações nascem já com uma aprendizagem apreendida. É na luta que se fazem as grandes mudanças, e a região do Barreiro viverá transformações, principalmente diante da necessidade de moradias para seus habitantes.

A iniciativa do poder público, num primeiro momento, era de minimizar o problema, desprezando-o, mas a comunidade, se percebendo e se colocando como sujeitos de seu tempo e de suas necessidades, se organiza e busca alternativas para a solução de seus problemas. Nesse movimento pró-moradia na região do Barreiro, vários núcleos de sem-casa passam a existir, numa expectativa de verem suas lutas concretizadas na conquista da moradia própria. São vários os exemplos de organização, que passam a ter o reconhecimento público de sua força. Nos anos 1990, a comunidade dessa região conhece a experiência do Orçamento Participativo – uma modalidade de gestão dos gastos públicos, em que a população opina, debate e escolhe as prioridades a serem atendidas para cada regional da cidade de Belo Horizonte.

Esse modelo de gestão orçamentária nasceu na administração do prefeito Patrus Ananias, que buscou uma estrutura de poder público mais democrática e de esquerda. A sua gestão foi pautada na “inversão das prioridades”, sendo a construção de casas populares um de seus pilares. Dessa forma, dentro do projeto do Orçamento Participativo, as comunidades represadas em suas demandas por casa própria apareceram maciçamente nas plenárias de discussões.<sup>52</sup>

Essa experiência em Belo Horizonte trouxe mais esperança para as comunidades do Barreiro, bem como, de outras regionais que viviam o espectro das ocupações irregulares, favelas sem saneamento, uma triste realidade para as famílias mais vulneráveis. Foram nas plenárias desse programa do governo municipal, que alguns conjuntos habitacionais se tornaram realidade, através da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL – que passou a acompanhar os empreendimentos votados pela população como mais prioritários. Se há um represamento para a construção de moradias populares por parte de governos federais, em 1993, em Belo Horizonte, iniciou-se possibilidades de conquista da casa própria pelas famílias da periferia da cidade.<sup>53</sup>

Tanto é fato essa questão, que Marli, uma das catadoras entrevistadas, relembra o movimento em que participou para conquistar a sua moradia:

Eu entrei aqui porque eu moro no conjunto lá, que é Conquista da União, aí a gente ficava, quando a gente mudou para lá, ficava aquela turma de mulher ociosa lá na rua, a gente até ficava batendo papo e tudo, aí a Nelly, mas a

52 Dados do projeto de governo Gestão Patrus Ananias – Arquivo CEMP, 1996.

53 Dados do projeto de governo Patrus Ananias, gestão 1993/1996

Silvana, elas faziam parte de uma instituição, eu acho, não sei nem se é instituição que fala, mas negócio de moradia, essa parte da moradia. Então, foi até elas conseguirem esse apartamento, a gente mora lá agora, foi a gente participar da reunião.”(Marli, catadora na Coopersoli Barreiro).

Falar de uma instituição que discutia o problema da moradia, de que duas outras mulheres faziam parte, nos mostra que havia já uma organização existente para entrar nas reuniões do orçamento participativo com a pauta única para construção de casas populares e/ou apartamentos para os de baixa renda. Assim, vemos uma série de iniciativas que culminou na construção de apartamentos e de casas populares que deram origem ao Conjunto Habitacional Ernesto do Nascimento, Jatobá I, Jatobá II, Jatobá III, Jatobá IV, dentre tantos outros.

É nesse desenrolar de movimentos populares que se pode afirmar que a educação não formal encontra seu nascedouro. Em espaços fora dos muros da escola convencional, vão se constituindo saberes que a vida demanda, quer seja no trabalho, nas plenárias e reuniões em que se discutem as exigências de uma vida digna. É a educação que se aprende no mundo da vida, através dos processos de compartilhamento e, o mais importante, na prática dialógica. Pela comunicação efetiva, acontecem os acertos, os erros, a construção de caminhos e, se tiver que refazê-los que sejam feitos; avanços e reorganização de estratégias irrompem para se atingir um objetivo.

É o que nos afirma Gohn (2010), quando nos aponta as dimensões e os lugares onde se é possível produzir saberes através da educação não formal:

Outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes, vieram à tona, tais como os que advêm do mundo das artes, do mundo feminino, das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas por meio da educação não formal. (GOHN,2010, p.8)

Na constituição da região do Barreiro, ao longo de sua história, a organização de mulheres para a implantação da cooperativa Coopersoli, foi como um processo complementando o outro. A técnica Vanuzia tem a seguinte reflexão: “elas precisavam não apenas da moradia, mas cuidar desta moradia, pagar a luz, a água, o alimento para elas e os filhos”. Na luta pela moradia, as mulheres se viram com a necessidade de terem o seu ganho, que possibilitasse o cuidado com os filhos e a manutenção da casa própria conquistada. Havia aí uma urgência para a sobrevivência.

## CAPÍTULO 4 - UMA COOPERATIVA REAL

Na aproximação com a Coopersoli Barreiro, Vanuzia, técnica da mobilização social e que também exerceu outras atividades relacionadas à coleta seletiva, afirma que o grupo de mulheres que conheceu veio de uma mobilização pró-moradia e atuavam efetivamente no orçamento participativo da habitação, nos anos 2000. Essa organização permitiu que outros laços de luta se fizessem na região do Barreiro com grande precariedade para a vida daqueles que ali moravam:

(...) Eu me lembro do grupo da Neli, que era lá no bairro Itaipu, ali indo para Ibité. Que ela vinha de uma luta, por exemplo, da luta pela habitação. Então, assim, tinha experiência na época do orçamento participativo da habitação. Então, o grupo da Neli ali no Itaipu veio dessa luta. O grupo aqui da Vila Corumbiara já era uma luta de reconhecimento, do título fundiário, da ocupação em regiões que não tinha nenhuma condição de salubridade. Igual a Vila Corumbiara, então o grupo do Águas Claras, foi um encontro que existia várias demandas, vários desejos, várias necessidades, especialmente dessas mulheres. Elas tinham uma luta pela habitação, pelo saneamento, pelo trabalho remunerado, pelo trabalho digno, e elas viram nessa questão da coleta dos resíduos recicláveis, da reciclagem, uma chance de se organizarem. Então assim, foi muito baseado na intuição inicialmente. (Vanuzia, técnica da mobilização social, SLU).

Essas mulheres almejavam a independência financeira, queriam apostar em uma atividade que lhes trouxesse renda e, ao mesmo tempo, garantisse a possibilidade de cuidarem da casa. O projeto de fazer renda com materiais recicláveis veio de maneira improvisada, faziam a catação nas ruas, em algumas empresas e triavam em um galpão no Conjunto Habitacional Conquista da União. Num lugar não permanente:

Ninguém sabia muita coisa sobre isso. O que era necessário para formar uma cooperativa, quantas pessoas precisavam ter, que tipo de especialidade que elas precisavam. Ninguém sabia muito disso, mas sabiam da necessidade e de um desejo de que alguma maneira, de que de alguma maneira, se elas estivessem trabalhando, em cooperação, até mesmo sem saber do que é o termo cooperativo, mas trabalhando juntas, trabalhando no sentido de unir suas vontades para desenvolver alguma coisa, que melhorasse o patamar de vida que elas estavam. Eu acho que partiu muito disso. De uma certa ignorância no bom sentido. Assim: nós não sabemos bem o que nós queremos, mas nós temos tanta necessidade que se a gente for trabalhar junto, a gente talvez consiga coisas melhores. Eu acho que foi muito nesse sentido. Foi bem intuitivo, assim, pelo que eu me lembro. Lá, pelos anos 2000. (Vanuzia, técnica de mobilização social, SLU).

Nas entrevistas realizadas tanto com catadoras, quanto com técnicas da mobilização social, busquei entender como as relações foram se construindo, ao longo do tempo e como ora

se aproximavam, ora se distanciavam. Na prática educativa estabelecida, percebe-se a busca de um entendimento, a busca para a consolidação de um trabalho das catadoras com visibilidade municipal.

Na sua organização, a Coopersoli, através deste grupo de mulheres, demonstrou o interesse de se tornar, também, um empreendimento, face a uma cooperativa já consolidada na cidade de Belo Horizonte, a ASMARE. Esta cooperativa tem uma trajetória de luta e de inserção no centro da capital, buscando construir um grupo de catadoras que tivessem uma atuação mais inovadora, na perspectiva de se organizarem num empreendimento que trouxessem uma produção mais sólida e constante, saindo do viés da informalidade.

A Coopersoli vai se inspirar, dentre tantas outras motivações, na caminhada consolidada da ASMARE, nacionalmente reconhecida como uma das grandes cooperativas de materiais recicláveis. O interesse em ter um negócio que contemplasse as mulheres chefes de família e mães, vem do movimento pró-moradia, através do qual, Neli catadora e presidente da Coopersoli, juntamente com Silvana, também catadora e liderança na Coopersoli, perceberam o quanto era valioso a união para se conquistar uma vida mais digna.

Com essa expectativa, em entrevista, Neli apresenta os primeiros movimentos que desencadearam a necessidade de gerar renda para as mulheres da comunidade:

Então, a gente veio do movimento sem casa, né? Nós éramos mães, mulheres, chefes de família. Se buscou a habitação, recebemos a nossa unidade habitacional no Conquista da União que é no bairro Itaipu e dentro deste conjunto. E era um dos critérios né, do próprioBNH, né? Na época que era contemplar as mães chefes de família. Então a gente veio pra este conjunto habitacional. A gente não teve um pós morar e muitas mães tinham o tempo ocioso né? Com filhos, mães que até então não sabiam que precisa ter um condomínio, então tinha mães que não tinha como pagar o condomínio, não tinha como pagar uma luz, uma água e a gente via muitas mães sentada na rua, batendo papo, cuidando dos filhos. Os filhos chegando da escola com alguns dever de casa e a gente acompanhava aquilo e a gente via que precisamos de gerar trabalho e renda nessa comunidade. (Neli, catadora da Coopersoli).

Diante da vulnerabilidade, a ausência de um ganho mais constante gerava a insegurança, tendo em vista que a casa própria, paradoxalmente, conferia estabilidade. Era preciso gerar renda para a permanência na nova moradia. A entrevistada relatou que começaram a aparecer possibilidades de o grupo de mulheres da região se juntarem e fazerem o próprio negócio. Viram algumas possibilidades, visto que participavam de movimentos sociais que iam na linha da reciclagem. Já tinham ouvido falar na produção de vassouras nas proximidades da região da Pampulha, e Neli, juntamente com mais algumas mulheres, foram ver a viabilidade do negócio:

Isso, na região da Pampulha. Aí então, nós juntamos algumas mulheres aqui do conjunto, começamos a coletar o pet e pedimos apoio do Serrano. Fomos lá conhecer. A gente viu o projeto que eles tinham. A gente viu que tinha uma fábrica que chamava Xerubim que era em Contagem. A gente pediu o contato, eles deram o contato, nós fomos lá conhecer, eu e Silvana. Voltamos de lá com vontade de fazer o mesmo trabalho. Começamos a coletar a pet. Tínhamos um espaço aqui onde ficava os trabalhadores que construíram o conjunto. Eles deixaram um galpão e esse galpão foi o primeiro que a gente ocupou é, para juntar as pet, lavar. Fazer o corte, a gente não tinha maquinário nenhum. (Neli, catadora da Coopersoli).

Este tempo também é mencionado por Marli, catadora da Coopersoli, que viu nesse negócio, a chance de conquistarem um mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, poderem cuidar de suas casas e filhos:

Então, foi até elas conseguirem esse apartamento, (a gente mora lá agora), foi a gente participar da reunião. Com ela, a gente consegui. Aí elas viram assim, as mulheres estão à toa, né? Assim, vão arrumar alguma coisa pra fazer. Aí elas pensaram, é a gente coletar o pet, pra gente fazer molde pra vassoura, que vendia pra Xerubim. Aí ela chegou aqui na minha porta, perguntou: Maria, você quer fazer parte desse projeto? Falei assim, eu quero. A gente começou a juntar só o pet na rua, a gente coletava na rua, a gente lavava, aí a gente levava as tesouras de casa, a gente cortava e fazia o molde e a gente vendia pra Xerubim. (Marli, catadora da Coopersoli).

Essa primeira experiência com o corte de PET para confecção de vassouras e a sua venda para uma fábrica, foi o passo para juntas se organizarem coletivamente e buscarem uma forma de constituir renda. Segundo Neli, ela e mais algumas foram conhecer o que outras mulheres faziam no bairro Serrano e, depois, agruparam mais outras interessadas e começaram a desenvolver a atividade.

Essa consciência do que precisavam fazer, se constituiu a partir do diálogo, do entendimento das necessidades naquele momento. Juntas, perceberam que precisavam arriscar, precisavam trilhar alguns caminhos e acreditar nos resultados. Freire (1993) salienta o quão é importante refletir sobre a realidade vivida e dela partir com possibilidades de mudança. Nada está abstraído do mundo concreto.

Então a gente foi conhecer como que era esse processo numa fábrica em Contagem e trouxe a receita pra gente começar a fazer. Nós não tinha um maquinário, e cada um, com seu saber, começou a fazer. Um lavavam pet, outras cortavam, a gente cortava com tesoura. Eu mesma não conseguia cortar um pet, mas aí eu fazia outras coisas, tipo lavar, trazer a importância que seria esse projeto pra gente, no futuro, ter um negócio pra gente, mesmo porque nossos filhos eram pequenos e pra nós era importante a gente. (Silvana, presidente, da Coopersoli).

É na busca por novos horizontes que os sujeitos se movimentam se fazendo. A mudança autêntica, segundo Freire (1993), só é possível por intermédio do diálogo, da solidariedade e do companheirismo, especialmente entre aqueles oprimidos e vulneráveis. Freire (1983) afirma ainda que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo.

Com a possibilidade de mudar o curso de suas vidas, essas mulheres arriscaram para o novo, esperançadas com a possibilidade de concretizar o que queriam e necessitavam: o ganho para o seu sustento.

Nosso sonho era grande demais. Nós organizamos a nossa primeira venda das vassouras. Quando a gente foi tirar o transporte, tirar a estrutura. Para agilizar, a gente viu que essa divisão ela ficou muito pouca cada um, deu cinco reais para cada um de nós e eu e Neli ficamos sem receber porque se não seria menos ainda. Então a gente não fez parte dessa divisão. A gente viu que a gente tinha que buscar outros meios porque a gente não ia ser sustentável devido a tanta coisa que a gente precisaria para esse negócio dar certo. (Silvana, presidente – Coopersoli).

O resultado tão aguardado por este grupo não foi satisfatório. A renda conquistada com a confecção de vassouras foi ínfima e isso fez com que algumas mulheres desistissem. Diante do trabalho executado, não houve o retorno esperado. Mesmo diante de um projeto sem resultados, algumas mulheres buscaram apoio no poder público municipal que, já nesse período dos anos 2000, pretendia dar um outro contexto para a coleta de materiais recicláveis.

Com uma gestão mais participativa, Belo Horizonte buscava, também, um modelo de manejo do material reciclável. Algo que já vinha num amadurecimento, ao longo da década de 1990. Esse encontro vai representar para essas mulheres do Barreiro, uma possibilidade de trabalho dentro de um espaço a ele destinado :

Quando eu levei ao conhecimento da Administradora Regional da época que era a Neusinha, Neusinha Santos, ela falou que tinha um outro projeto da prefeitura, que esse outro projeto da prefeitura era para trabalhar toda a coleta seletiva a modelo da Asmare e que ela não podia ajudar a gente, precisava de um carro pra levar o que a gente havia produzido lá pra Xerubim, ela falou que não podia porque ultrapassava o município de Belo Horizonte pra Contagem, não podia ser, então eu pedi a ajuda pra um amigo que levou e eu voltei pra cá e contei pra eles que tinha um outro projeto que era um galpão que tinha sido construído no Jatobá IV é... através de uma emenda parlamentar na época foi... esqueci o nome do parlamentar e... esse tinha construído esse galpão lá era pra finalidade de toda a coleta seletiva. Aí algumas mulheres toparam... (Neli, catadora Coopersoli).

Com a inviabilidade do projeto das vassouras feitas de PET, as mulheres decidiram pela proposta apresentada, naquele momento nos anos 2000, de se estabelecerem no galpão, localizado no Jatobá IV, para triagem de materiais recicláveis. A construção do galpão se deu através de uma emenda parlamentar que, na ocasião, garantiu a efetivação do espaço:

Então, em 2001, nós conseguimos um recurso de 50 mil reais de emenda parlamentar para fazer um galpão, que na época já não dava para nada, 50 mil reais, imagina hoje, né? E foi através da mobilização para esse recurso via emenda parlamentar que a gente. Não tinha nem projeto de galpão ainda, que nós conhecemos o grupo liderado pela Neli, pela Silvana, pela Elis Regina e outras mulheres que estavam articulando para conseguir qualquer tipo de trabalho produtivo. Então, houve também, nesse processo da reforma administrativa de 2000, uma contrapartida institucional da prefeitura que formou uma gerência de desenvolvimento econômico, que, se não me engano, ela estava centralizada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e essa gerência criou, do nada mesmo, nove cooperativas, uma cooperativa de produção em cada regional, então foi a partir dessa experiência que foram formadas cooperativas em todas as regionais. (Vanuzia, técnica da mobilização social, SLU).

Esse projeto veio ao encontro do que observamos como meta nos anos 1990 – uma proposta que materializasse um plano de parceria entre o poder público e os catadores, superando o estigma do perfil das catadoras que, de acordo com Gonçalves (2020), “vulneráveis que vivem do lixo”. As que lidam com a economia circular são vistas como desorganizadas, exploradas, vulneráveis e em pobreza sistêmica.



Triagem de materiais. Cooporsoli Barreiro. Crédito da foto: Alberto Cunha

Prevalencia a invisibilidade e a falta de reconhecimento dessa atividade exercida. E, segundo a técnica Vanuzia, da SLU, havia um desejo político, uma prioridade para que o projeto se tornasse realidade. Os grupos produtivos (assim foram chamados os grupos de mulheres) precisavam de um lugar adequado para iniciarem um negócio mais balizado:

Mas houve lá pelo início dos anos 2000 uma vontade política, um desenho institucional de fomentar de alguma forma, esses grupos produtivos nas regionais. Eles chamavam exatamente de grupos produtivos. Não sabia bem produção de quê, mas chamava de grupo produtivo. (Vanuzia, técnica da SLU).

Com a expectativa de ampliar e tornar mais visibilizado o trabalho da coleta seletiva, o poder público municipal em Belo Horizonte construiu nove galpões, um em cada regional da cidade. A meta era fortalecer o programa da coleta seletiva, diminuindo o volume de resíduos sólidos encaminhados para o aterro sanitário, na ocasião, já em fase de esgotamento. Com o intento, a Prefeitura de Belo Horizonte buscava agregar o trabalho de catadores, espalhados pela cidade, numa organização em que pudessem trabalhar mais eficazmente na triagem dos materiais. É certo que o projeto não vingou em todas as regionais da capital. Alguns galpões foram logo ocupados e iniciaram o processo de trabalho coletivo, outros não agregaram em torno de si um grupo que se dispusesse a iniciar as atividades.



O trabalho de prensagem do material. Coopersoli Barreiro  
Cédito da foto: Alberto Cunha

Segundo a técnica Clarissa, da SLU, a trajetória dos catadores, de uma maneira geral, era muito parecida entre todos. No entanto, pela capacidade de liderar determinado grupo podia ou não ir adiante com o projeto. Muitas mulheres desistiram do processo, por não terem uma liderança que se dispusesse a organizar o trabalho de todas e definir as tarefas (o que torna a existência atual da Coopersoli, ainda mais significativa). No olhar dessa técnica, foi em função disso que algumas regionais acabaram sem ter o seu galpão de referência. Nem todos foram bem-sucedidos no seu intento.

Freire (1989) nos traz uma reflexão sobre as limitações impostas ao agente público, como regras e normatizações que vão impedindo um projeto, que pode trazer grandes benefícios sociais, fica estagnado, à espera de recursos tanto monetários quanto humanos. Segundo Freire (1989), nos formamos e saímos com o desejo de colocar em prática o que aprendemos na teoria. No entanto, nos defrontamos com a instituição que possui seus meandros, leis, normas. Tudo se delinea nesse mundo burocrático e que dá sentido à dinâmica dos serviços públicos. A instituição em que atuamos, de alguma forma, foi idealizada por alguém ou por um grupo. Gestores do poder público buscam atender demandas concernentes a essa idealização. É preciso esforços para que normas e prerrogativas estejam em prol da causa dos menos desfavorecidos, dos mais vulneráveis.

A partir do momento em que o galpão a ser edificado se torna prioridade, o desafio será de encontrar um local onde ele possa ter a sua finalidade, que é a de reciclagem de materiais. A técnica nos lembra que, mesmo o galpão tendo uma função social e que ele venha com objetivos bem delineados, como o de trazer uma destinação mais adequada para resíduos com potencial para retornar ao ciclo produtivo, não foi fácil encontrar um espaço onde ele pudesse ser construído:

Aí nós, como técnicos da prefeitura, nós temos que ir atrás do que é mais difícil numa cidade igual Belo Horizonte, que é um terreno público que permita a construção de um equipamento desse tipo, para esse tipo de atividade econômica. Eu não posso construir um equipamento desse no Mangabeiras, não é só porque as pessoas de lá são ricas, não, é porque a lei de uso e ocupação dos solos também não permite que esse tipo de atividade seja desenvolvido lá. Então onde se gera mais material reciclável, onde estão os mais ricos, aqueles que consomem mais, mas quem paga o preço pelas atividades relacionadas à reciclagem dos resíduos que são geradas nas áreas ricas, são as comunidades periféricas, porque a lei só permite que esse tipo de atividade econômica seja realizado nas periferias. E aqui no Barreiro, em Venda Nova, na Leste, ainda tinha algumas pequenas glebas de terra que era permitido esse tipo de atividade. Então a gente foi assim mais ou menos beneficiado por estar nesse lugar, nessa periferia tão grande e tão cheia de possibilidades igual ao Barreiro e conseguimos localizar um terreno lá na região do Jatobá IV. (Vanuzia, técnica de mobilização da SLU).

A construção do galpão tem início e torna-se realidade. Agora era preciso que o grupo produtivo das mulheres assumisse o espaço. Elas não sabiam ao certo por onde começar, o que reciclar, o que vender e para quem vender. Temos em Pinheiro (2015), uma consideração interessante sobre o trabalho das catadoras no Estado do Rio Grande do Sul. A perspectiva daquelas se assemelha às da Coopersoli. Na fala da catadora Silvana é nítida tal questão:

A primeira pessoa a visitar o espaço foi Vanuzia. (...) Acho que foi em 2001, 2002 que a gente começou. E aí a gente pegou e foi em várias reuniões e vários

tratamentos. E a gente descobriu que já era pensado esse galpão aqui no Jatobá IV pensar em mexer com reciclagem. A princípio, sim, pensava em outra coisa, mas depois pensaram na reciclagem, mas não tinha pensado no grupo, enfim, o galpão estava fechado e aí a gente teve algumas reuniões que a gente teve que participar, né?(Silvana, presidente, CoopersolI).

Ainda na reflexão de Pinheiro (2015), vemos que essas catadoras buscam sua identidade enquanto educadoras ambientais, porém enfrentam uma forma velada de exploração quanto ao desenvolvimento de seu trabalho em parceria com o poder público:

Caminho trilhado para compreender e pertencimentos narrados por catadoras e catadores e, em articulação, contextualizar as tomadas de posição destes em relação à produção simbólica do campo ambiental, espaço social no qual vem consolidando uma posição e em cuja produção tomam parte” (PINHEIRO, 2015, p. 107)

Quando a inauguração do galpão tornou-se mais próxima, as catadoras perceberam o quanto haviam caminhado. Da triagem em um espaço improvisado, no Residencial Conquista da União, para um local com as características de uma produção mais profissional, encheu de esperanças a todas:

A gente nem imaginava chegar ali, sabe? Pensa o quanto a gente mudou, o quanto fizemos para a gente reunir um grupo e trabalhar em um galpão que seria nosso” (...) (Silvana, presidente da Coopersoli Barreiro).

A mudança, assim, vem acompanhada da responsabilidade de dar certo. Não é mais apenas um grupo catando materiais e reciclando, triando perto de casa, mas um coletivo que se dispõe a fazer dar certo um empreendimento:

Quando nos convidaram para visitar o galpão, meu Deus! Quanta responsabilidade nas nossas mãos, aquele seria o momento da gente tentar mesmo um negócio, fazer ele funcionar (Neli, catadora da Coopersoli).



Panorama do galpão da Coopersoli.  
Cédito da foto: Alberto Cunha.

Essa percepção de “ser um negócio” se eleva à medida que há uma negociação entre a instituição Prefeitura de Belo Horizonte e esse grupo de mulheres. Imaginar que a ação que pretendiam desenvolver foi levada como pauta por um poder público evidencia o papel que precisavam cumprir dali para frente. Não seria uma fábrica, mas um processo de trabalho em que todas precisavam entender a importância da colaboração.

Lent (2021)<sup>54</sup> nos aponta uma questão para os acontecimentos no mundo do capital, quando evidencia que há décadas, vivemos a crise de um sistema que perpetua as diferenças, a expropriação de alguns favorecendo a uns poucos. Aponta como necessária a desconstrução dessa forma de se reputar o trabalho e propõe a humanização das relações como propósito de uma nova organização. Temos o desafio de exercer formas cooperativas de produzir; o que é natural do humano e evitar mudanças climáticas, esgotamento de recursos, extinção das espécies; cataclisma que já desponta nesse nosso presente.

É preciso entendimento dessas ocorrências para a nossa sobrevivência. Na fala de Silvana, presidente da Coopersoli, “eu falo que sou doutora no que faço. Sei que meu trabalho traz esperança e não vou desistir”, vemos o quanto de responsabilidade emana da produção e do fazer. Revela o quanto de aprendizagem e valor simbólico reside na construção do trabalho cooperativo. Ao se declarar detentora de saberes, Silvana ensina e apreende a urgência de trazer para o cotidiano, a discussão da importância de seu trabalho de triar o material e devolvê-lo ao ciclo produtivo.

A Coopersoli Barreiro se descobre, a partir de suas catadoras, como um empreendimento inovador e necessário. Executar os serviços do dia a dia e contabilizar o mesmo foi a tarefa mais desafiadora. Como afirma Neli, catadora da Coopersoli Barreiro, “era

54 <http://www.ihu.unisinos.br/608124-oito-falhas-estruturais-na-visao-de-mundo-ocidental-artigo-de-jeremy-lent>

pegar ou largar”. Não havia outro caminho no momento:

A gente foi chamado, conversamos e fomos conhecer o galpão, já construído lá no Jatobá IV. A gente não tinha muito tempo para pensar. Era começar um trabalho ali, ir aprendendo ao mesmo tempo. O grupo topou (Neli, catadora da Coopersoli Barreiro)

Lent (2021) afirma que o trabalho cooperativo é algo imanente à existência do homem. O sistema capitalista desumanizou a humanidade. Recriou formas de produção com o discurso de “produzir para todos” e esse feito dividiu os homens entre aqueles que produzem; os trabalhadores e aqueles que lucram; os donos dos meios de produção, que pagam por esse trabalho. Lent (2021) ainda argumenta sobre a desconstrução desse sistema, permitindo uma nova forma de convivência e de construção de um sistema mais humano, com a valorização do bem-estar, da saúde, da biodiversidade.

Nessa linha, a formação da cooperativa carrega perspectivas de mudança na linha de produção. Não apenas tratando de retornar o ciclo dos materiais para a indústria, mas também, recriando formas de trabalho mais colaborativas. A produção no galpão, na visão das catadoras da Coopersoli, reflete o momento em que vivemos no planeta: é fundamental a preservação dos recursos naturais para a nossa sobrevivência. É de suma importância repensar o consumo.

As pessoas sabem o quanto é desastroso continuar consumindo sem pensar de onde vem o que compramos. Não dá mais para ignorar que o nosso planeta está agonizando. O meu trabalho é sobre isso: eu reciclo para a gente sobreviver aqui na terra.(Silvana, presidenta da Coopersoli).

Os rumos do trabalho no galpão foram construídos com a rotina de aprendizagem. O grupo se dispôs a entender o que era bom para vender, o que não seria reciclado. A visita a espaços que já trabalhavam com reciclagem foi determinante:

A gente procurou aprender, sabe? Com a ASMARE, com outras ONG’s que sabiam fazer a triagem. Sabiam já tratar este material para ele sair do galpão e ser vendido” (Neli, catadora da Coopersoli)

Percorrer esse caminho para a concretização do trabalho requer esforços diários. Convencer a todas ali da importância de cada uma no seu processo, não pára. Aprender e reaprender sobre triagem, armazenamento, pesagem, tudo sendo feito na escala de construir o conhecimento, a partir da rotina do dia a dia. Nesse percurso, há que se pensar no sistema de produção que busca integrar a todos. A forma de trabalho aprendida distoa do sistema opressor de uma fábrica. Não há uma apropriação dos meios de produção por alguns, mas a apropriação

da cooperação de trabalho para um resultado exitoso.

A hierarquia das atribuições funciona em vários momentos da produção. As catadoras realizam as tarefas específicas de contabilidade, emissão de notas, contatos com compradores, para o funcionamento burocrático do galpão. Na necessidade de mais braços para a execução do trabalho de preparo do material a ser vendido, todas se engajam na ação:

Eu faço a parte da contabilidade, eu sempre fui boa em matemática. Eu entrei fazendo a triagem, mas as meninas (Neli e Silvana) viram que eu era boa também para fazer a contabilidade. Então eu triava e fazia as notas, executava essas duas coisas. (Marli, catadora Coopersoli).

Voltando ao sentido da existência do galpão, o empreendimento em 2001, é entregue às catadoras em regime de comodato pela Prefeitura de Belo Horizonte. Essa modalidade adotada, de acordo com uma das lideranças da Coopersoli, criava corresponsabilidade entre as catadoras e o poder público:

Dali para a frente a gente tinha um negócio, tinha que ter resultado. Não era mais um bico, era um empreendimento que envolvia nós e a prefeitura. A prefeitura mantia o galpão: luz, água e nós tínhamos que manter a nossa produção na reciclagem. (Silvana, presidente Coopersoli)

Nessa atmosfera, o trabalho encontra o seu chão. Passava a ter um lugar que precisava tomar a forma de um empreendimento onde a reciclagem era a sua tarefa central:

Não sabíamos muita coisa, a gente precisava aprender... corremos atrás, procuramos a ASMARE, outras organizações que pudessem nos ajudar neste começo. (Neli, catadora Coopersoli).

E tudo foi num caminho de conhecer a dinâmica do trabalho, de buscar compradores, de negociar o produto, de motivar o grupo para aprender a lidar com tudo que ali estava, em formação. Uma das entrevistadas, a técnica Clarissa, afirma que a Coopersoli pode olhar para trás e saber que fez e faz a sua história. Um processo que foi rico e que se manteve entre altos e baixos.

#### **4.1 --. A Liderança feminina frente à Coopersoli Barreiro de Belo Horizonte**

A Educação Ambiental é importante componente no processo de formação do cidadão. É nesse contexto desafiador que mulheres pobres e periféricas tomam lugar, na cena de uma

cidade, assumem a organização das cooperativas e fazem história na relação da cidade com o lixo. O uso de diversificados instrumentos que mobilizam a população em torno da formação ambiental, nos permite conhecer o desempenho das cidades nas capacidades de atuar de forma consciente ou não em relação ao tema. Bruschini (2007), nos alerta para o desafio de as mulheres se inserirem no mercado de trabalho e permanecerem atuando formalmente e criando as condições necessárias para autogerirem a vida e as suas relações com o mundo.

A Coopersoli Barreiro nasceu da necessidade de algumas mulheres lutarem por sobrevivência. Isso por serem pobres e alijadas de uma série de direitos, teoricamente garantidos por lei. Segundo Silvana, uma das primeiras catadoras da Coopersoli, a união dessas primeiras mulheres tornou possível uma organização, para que a cooperativa tomasse a forma de trabalho. Elas tinham como luta inicial, a busca por moradia, uma vez que, não tinham condições de continuarem sobrevivendo pagando aluguel. Então, na década de 1990, ainda em condição bem precária de trabalho, catando papelão para vender nos depósitos localizados no Barreiro, essas mulheres viram na catação, do que era até então, considerado como lixo, a forma de saírem da miserabilidade em que se encontravam.



Silvana, atual presidente da Coopersoli e uma de suas fundadoras  
Créditos da foto: Alberto cunha

Essa identidade vem nascendo à medida que todas têm a mesma necessidade: a da sobrevivência. O mercado formal não abre suas portas para mulheres sozinhas, com filhos. Elas são marcadas pela vulnerabilidade e remarcadas pela ausência de oportunidades de renda. Em uma fala de uma das técnicas da SLU está concatenado, de maneira fundamentada, o que vai unir essas mulheres da periferia:

Sim, elas se encontraram a partir do programa, do orçamento participativo. Elas acabaram se reconhecendo nesse espaço de teve a questão muito forte da

luta pela habitação, que foi o caso do residencial Itaipu, que foi o caso da Vila Corumbiara, o caso do residencial Águas Claras. Então teve muito esse ponto de partida. A pobreza está muito bem retratada nas periferias da cidade por causa dessa questão da habitação. (Vanuzia, técnica da mobilização social da SLU).

Nessa organização em prol de moradias, as mulheres se veem e se percebem na sua vulnerabilidade. Era preciso fazer mais alguma coisa para além da luta por habitação, já em processo. Não era apenas a moradia, mas a sobrevivência, a renda que precisavam para sustentar a casa. Ainda na fala da técnica da SLU, evidencia a condição precária dessas mulheres na busca de superarem as dificuldades advindas da ausência de oportunidades:

Ah! Vai ter moradia? E como é que eu vou pagar a conta de luz, de água, já que o meu apartamento vai ser oficialmente reconhecido pela prefeitura? Eu vou receber uma guia de IPTU, como é que eu vou fazer com as despesas? Então a moradia gera outras. (Vanuzia, técnica de mobilização social da SLU).

É possível afirmar que a cooperativa se transformou na possibilidade de valorização e permanência dessas mulheres na produção, em que a liderança feminina é visibilizada no cotidiano e na vivência com as companheiras de trabalho. Essa liderança pode ser considerada um fator de manutenção das mulheres no espaço de trabalho. Embora as responsabilidades domésticas estejam imiscuídas nas ações do trabalho, pode-se afirmar que as cooperativas, com uma grande presença feminina, consolidam um forte grupo de apoio daquelas que fazem o seu “pão” diário.

Inicialmente, a atividade era solitária, segundo lembrou uma das catadoras, cada família realizava o seu trabalho de revirar o lixo da região do Barreiro. Depois, na mesma condição de dificuldades, viram no coletivo a possibilidade de catarem um volume maior e, com isso, iniciarem uma forma de trabalho que tornasse possível uma sobrevivência mais digna. Perceberam que um conjunto maior de materiais coletados teria um retorno financeiro mais satisfatório e o trabalho duro de catar poderia ser dividido entre todos os envolvidos.

As mulheres que então compunham o grupo eram mães, geralmente solteiras e com filhos pequenos para criar. A inserção no mercado de trabalho formal era algo considerado praticamente impossível. As exigências do tempo para sair de casa, não ter com quem deixar os filhos, essa realidade impedia a maioria das mulheres de alcançar êxito. Na labuta, há uma linha que une essas mulheres no cotidiano de suas vidas. Além do trabalho a ser executado, são prioridades os filhos, a arrumação da casa, a preparação do almoço, a logística para ingressar as crianças na escola e o acompanhamento delas.



Neli, catadora da Coopersoli Barreiro e uma das fundadoras.  
Crédito da foto: Alberto Cunha.

Na organização desse espaço, há uma cumplicidade entre mães, donas de casa, conforme uma catadora mencionou “conversas de mulheres, uma entende a outra”. Isso é vital. Sem elas reconhecerem suas especificidades e se ajudarem, as coisas seriam impossíveis. Relatam que trabalhar entre iguais é melhor, falam “das coisas de mulher”: O ciclo menstrual, a menopausa, a vida sexual, as intuições, são trilhas femininas de vivências. Uma escuta e entende o que a outra quer dizer.<sup>55</sup> Dona Conceição, uma das catadoras mais antigas, diz que nem sempre é harmonioso, “tem umas intrigueiras, adoram uma fofoca, mas, depois, tudo fica bom de novo, a gente precisa uma da outra”<sup>56</sup>.

Hooks (2018) fala desses movimentos sociais eminentemente femininos em que “hormônios” precisam caminhar juntos, mesmo em conflitos, mas unidos. Hooks (2018) ainda argumenta que o movimento feminista negro, face às suas especificidades, atravessou avanços e retrocessos, e ele se fortaleceu exatamente pelas diferenças e peculiaridades das mulheres que toparam a caminhada frente às suas demandas. O que o torna potente e inovador é que as mulheres negras desde sempre estiveram em comunidade, sempre se associando umas às outras

55 Caderno de campo, setembro/2022

56 Idem, ibidem

para encontrarem, juntas, soluções para o seu cotidiano.

Segundo a catadora Silvana, uma das fundadoras da cooperativa, ela tinha melhores condições do que as outras - “elas eram sozinhas e com filhos pequenos para criar, sem ter um emprego que aceitasse elas, com criança de colo”. Então ela e Neli acertaram de buscar uma forma de trabalho que pudesse possibilitar essas mulheres estarem com elas e organizaram o tempo para que elas pudessem estar com os filhos pequenos. Com a oportunidade de terem uma renda, uma atividade que lhes garantisse recursos para manter a casa. As mulheres se viram diante do que precisavam: o apoio mútuo, a colaboração com a produção do trabalho de forma que este trouxesse o que precisavam.



Andreza, catadora, entrevistada, responsável pela parte contábil  
Crédito da foto: Alberto Cunha

Algumas mais velhas, se propuseram a cuidar dos filhos de algumas que tinham mais capacidade e força no manuseio da triagem. Essa cooperação foi assimilada quase que naturalmente. Não podiam deixar a ideia de o galpão escapar das mãos. Ainda segundo Silvana, “quando pensamos nisso, já era o caminho que a gente queria mesmo seguir. A gente só precisava de um grupo para uma encorajar a outra.” Em Tavares et al (2018), há um alerta para a condição da mulher e o acesso ao mercado de trabalho:

Compreender a mulher e, principalmente, sua carreira no espaço da liderança traz elementos para se minimizar a ênfase na crença de que o papel de dona de casa é exclusivo à mulher, enquanto ao homem é imposto a esfera produtiva. A divisão sexual do trabalho exerce não só um papel de oposição e conflito entre os sexos feminino e masculino, mas está relacionado com os jogos de poderes que do trabalho é decorrente. Estereótipos de gênero limitam o acesso da mulher ao mercado de trabalho (TAVARES et al, 2018, pp 1-2)

A ideia de que cada sujeito tem seu papel estabelecido na sociedade é algo construído culturalmente. No caso das mulheres, alguns papéis que lhes foram destinados, quase naturalizados, mas que na verdade, foram socialmente construídos, em algum momento vão

ignorar a vulnerabilidade e a necessidade de sustento delas. Na sociedade patriarcal em que vivemos, o sistema usa como regra a diferença sexual e esta serve como base para justificar a opressão. A ideia de que o espaço público está destinado aos homens, enquanto a reclusão ao lar, com os afazeres domésticos e cuidados com a família é função da mulher, parece algo natural. Funções já previamente definidas.

Essa padronização vem entronizada ao que se estabeleceu para a produção do capital, para o advento do sistema capitalista. A família mononuclear é uma forma de controle, de manutenção desse sistema. É uma maneira de perpetuar a opressão sobre os corpos femininos.<sup>57</sup> Assim, a mulher ocupa um papel que é uma construção social, sendo sua função casar-se, cuidar da casa e dos filhos, como nos ensina Piscitelli (2009). No entanto, essas atribuições nem sempre se conjugam dentro de um padrão estabelecido socialmente:

O conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, de classe social, nacionalidade, idade e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas. (PISCITELLI, 2009, p.6)

Diante do exposto, do contexto em que viviam, encontraram na Coopersoli o suporte e a motivação para a ação feminina no seio da cooperativa. É no trabalho coletivo e solidário que as mulheres encontram condições de trabalho e, ao mesmo tempo, maior flexibilidade para criarem os filhos. É na ação diária que essas mulheres se identificam, se movem, criam os significados que atribuem ao trabalho e às relações que têm construído entre elas. Ao serem indagadas como começaram com o trabalho de catadoras, as entrevistadas afirmaram que “o momento era aquele mesmo: filhos pequenos, aluguel para vencer, não ganhávamos cesta básica, isso foi dando desespero na gente”. Não tendo o que comer, a entrada nesse trabalho veio pela ameaça da fome.

Se situar nesse lugar de completa vulnerabilidade se amplifica com a presença de filhos que também, vislumbram o fantasma da fome. A vida deixa de existir, tudo paralisa para que se resolva o essencial: saciar, alimentar, questão básica para a manutenção da existência. A resistência ganha uma dimensão de luta, de mobilização para a vida. No caso das mulheres, essa permanência na luta pela sobrevivência se dimensiona porque não é apenas a sua vida, mas a vida dos seus, que também precisam ser salvos. A fome atravessa todas as relações, os

---

<sup>57</sup>LUGONES, María. Colonialidade e gênero. 2008. Recuperado de: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara,n.9,p.n9a06,2020..>

conflitos são permanentes, as mazelas se afloram. Uma mulher, sozinha, com seus filhos, tem que se fazer presente no cotidiano para lidar e superar estigmas.

A superação no presente ainda não é tão diferente dos idos anos 1950, quando em seu diário literário, JESUS (2014), de maneira atemporal, chama atenção para a total indiferença dos governos perante a situação de miserabilidade em que muitas vivem. Em seu desabafo “o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”, JESUS (2014), que viveu da catação de papel para manter sua vida e a de seus filhos, percebe-se o quão devastador é o estigma da fome. Pensar na superação e na continuidade da vida, reivindicar avanços nos processos de trabalho é desafio constante para as catadoras.

Além da superação da fome, essas mulheres também atuam na coleta seletiva com um papel importante na educação ambiental. Elas são militantes que transformam o mundo por ações mínimas e cotidianas. É na mobilização, na ação de cada dia, que esse movimento ganha vida e salva o presente, e, quem sabe, também o futuro de uma sociedade. Não se pode desconhecer o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis. É de vital importância que a sociedade tenha conhecimento do trabalho delas. A entrada das catadoras no processo de reciclagem do lixo sensibiliza a população. Elas fazem a divulgação de seu trabalho e tornam sua atuação essencial junto às comunidades.

Ainda que exista uma divisão do trabalho, colocando a mulher no lugar de frágil e dócil, o que se verifica no labor diário das catadoras é uma atuação consciente, forte e determinante, como nos ensina Tavares et al (2018):

Certas características que são atribuídas aos homens e às mulheres são vistas como naturais. Um exemplo é considerar que mulheres são mais dóceis e frágeis e que os homens são rudes e fortes, como também que as mulheres têm maior vocação para serviços domésticos e que homens têm maior facilidade com carros. As relações de gênero devem ser desnaturalizadas, e deve-se crer que essas diferenças de aptidão são construções históricas e não biológicas e ou naturais. A mulher gestora, assim, não deve abandonar suas características femininas (TAVARES et al, 2018, p.5)

Na entrevista com Silvana Assis, presidente da Coopersoli, ela ratifica a importância do engajamento e da disposição para a luta de muitas mulheres que buscavam no trabalho, a sua forma de independência e de sobrevivência, por uma existência digna. A partir do momento em que adquirem a casa própria, o movimento pró-moradia possibilitou uma luta para outras reivindicações. A organização de um trabalho coletivo leva essas distintas mulheres a procurarem assegurar a sobrevivência com um trabalho. Será na catação de materiais recicláveis

que encontram o propósito de continuidade de luta. Assim como a casa própria, o galpão da cooperativa se tornava uma realidade coletiva.

A presidente da Coopersoli ainda relata os desafios de conquistar o mercado e entender a sua lógica. A entrevistada argumenta que elas tiveram receio de não ter nenhuma resposta pelo trabalho que estavam buscando. Não sabiam sobre a reciclagem, mas queriam apostar na luta do conjunto das mulheres que precisavam de emprego e de renda. Nas observações de campo e entrevistas, temos momentos de mobilização da SLU para buscar, juntamente com essas mulheres, uma definição quanto ao trabalho que projetavam realizar coletivamente. O cenário vai se desenhando com a possibilidade de construção de galpões para triagem de materiais e para dar suporte aos grupos produtivos que queriam se inserir nessa modalidade de trabalho.

Esse momento se torna realidade para a Coopersoli. As mulheres se conheceram dentro do Orçamento Participativo, no movimento pela moradia, sendo o poder público definidor do orçamento para a concretização do sonho da casa própria. “A gente queria casa, mas queria comida na mesa, queria condições de trabalhar, queria termos a nossa renda. O caminho que surgiu para nós como possível foi a reciclagem. Primeiro, em um lugar sem estrutura nenhuma, depois a chance de sermos donas de um galpão para fazer este trabalho que ainda estávamos aprendendo”.<sup>58</sup> Relembra uma das catadoras.

As possibilidades de êxito mostravam-se no exercício diário dessas catadoras em fazerem a escolha pelo empreendimento. É certo que ainda fervilhavam muitas questões a serem resolvidas para o trabalho ter resultados: mão de obra, conhecimento mais técnico do galpão, logística para a venda do material, o aprimoramento do novo papel, o de exercer a educação ambiental enquanto mobilizadoras, de fato. Ou seja, no exercício de um negócio próprio, todas as etapas precisam ter o envolvimento de todas.

Vanuzia, técnica da mobilização da SLU, afirma que o trabalho das mulheres passa a ser desafiador no sentido de ter divulgação, de ter autonomia na gestão das atividades que ali seriam desenvolvidas. Essa visibilidade necessária para o trabalho traz para a cena a presença da mulher à frente de seu empreendimento. É ela que precisará de argumentos e atitude para que o negócio caminhe e seja próspero. Adentrar o galpão requer a visibilidade é necessária a coletividade para que o local se consolide como espaço de trabalho do grupo:

Então, esses primeiros momentos de divulgação do trabalho delas, do que era a cooperativa, o que elas pretendiam, como que era a inspeção. Inserção das famílias dentro do grupo, eu acho que esse primeiro momento de

---

58 Neli, catadora da Coopersoli.

fortalecimento do grupo foi muito importante porque elas começaram a aportar uma fala de, olha, eu tenho um grupo de trabalho, eu tenho um endereço, eu tenho um local onde você pode destinar seus recicláveis e eles vão ser triados corretamente e eles vão voltar para a cadeia produtiva e elas mesmas falando isso nas empresas, nas escolas da região, no shopping, isso fez um efeito muito mais abrangente do que eu falando enquanto técnica do serviço público. (Vanuzia, técnica da mobilização da SLU).

Era preciso dizer a que veio, tecer a trama de fazer perdurar um projeto de vida. A partir do momento em que se perceberam no processo da reciclagem e viram que era possível, buscaram a formação e também aprenderam observando os modelos já existentes, no caso da ASMARE, uma realidade bem-sucedida na cidade de Belo Horizonte. Esse é um referencial catalizador, no qual se percebe o quanto de êxito da própria Coopersoli poderia, em grande medida, também reverberar na organização de outras cooperativas.



Triagem dos materiais  
Crédito da foto: Alberto Cunha

Silvana falou que, aos poucos, seu sentimento foi de orgulho por ter conseguido trabalho e renda. Ela se emocionou ao dizer que se sente muito feliz e corajosa. Feliz porque, com a sua luta, criou os seus filhos ao lado do marido e corajosa, porque não sabia ao certo o que seria

delas, mulheres ainda sem entender como era um funcionamento de um empreendimento. Destaca que “ser dona de um negócio, gerenciar as pessoas que estavam ali com a gente e ainda, sem a gente conhecer direito o trabalho, era uma aventura, mas era o que a gente mais queria naquele momento.” Tratava-se de um rico processo de mobilização que, como força motriz, parte das potencialidades do que já se consolidou e fomenta outros exemplos exitosos.

Uma realidade na qual, o que anteriormente era idealizado e sonhado, de maneira até distante, se torna passível de ser realizado concretamente. Fazer parte de um grupo solidário proporcionou às trabalhadoras a possibilidade de conciliar a atividade com a maternidade, devido à flexibilidade de horário, algo que é difícil de ser conseguido no mercado de trabalho convencional. “Aqui na cooperativa, no início, quem podia trabalhar de manhã, vinha de manhã, e quem podia trabalhar à tarde, vinha à tarde, por conta das crianças. Não é todo lugar que aceitaria nós trabalhando daquele jeito.”<sup>59</sup> Conclui Silvana.

Para Lugones<sup>60</sup>(2018), o mercado de trabalho deixa evidente que “o processo é binário, dicotômico e hierárquico”, este espaço não tem como princípio a inclusão de todos. A fragmentação revela que o universo do trabalho é masculino, o poder tem localização certa e o feminino não pertence a esse universo.

Dona Conceição, uma das catadoras da Coopersoli fala que queria ter “a rendinha dela, queria ter o dinheirinho dela”, o salário. E as companheiras de trabalho fizeram-na acreditar que ali ela teria isso. “Eu entrei para a cooperativa porque não tinha lugar que me aceitasse. Eu já tinha pedido emprego em muitos lugares”. Na cooperativa ela foi acolhida. “A gente envelhece, né? E nem todo trabalho aceita a gente. Ainda mais mulher, velha. Eu acho que é assim. A gente não consegue nada e aqui eu consegui fazer a minha vida”. Não apenas a condição de ser mulher reflete as dificuldades de visibilidade social, a idade, a condição de ser periférica, pobre, tudo dificulta essa condição de ser sujeito de sua própria vida. A fala de Dona Conceição nos transpõe a caminhos de opressão vivenciada por tantas outras mulheres que acabaram encontrando na cooperativa o acolhimento que tanto buscavam.

Silvana, presidente da Coopersoli, falou que a aproximação com a SLU, num primeiro momento, tinha o objetivo de buscar informações, até que a parceria possibilitou que elas entendessem o propósito de aprenderem a lidar com o próprio negócio. No início da cooperativa, Neli, uma das catadoras entrevistada, explicita que a Administração Regional do

---

59 Andreza, catadora da Coopersoli.

<sup>60</sup>GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, Rio Grande, 2018.

Barreiro propôs a elas uma organização do trabalho, que era um empreendimento que a Prefeitura iria bancar, para que os catadores pudessem ter um lugar para executarem o trabalho de reciclagem.



D. Conceição, uma das mais antigas, no trabalho de triagem do material  
Crédito da foto: Alberto Cunha.

A educação ambiental passa por momentos de mudanças, vive a necessidade premente de ressignificar a mobilização, o entendimento dos sujeitos que habitam os territórios. Diante das tensões vividas nas cidades, cresce a preocupação por saber mais sobre as condições do planeta, por entender melhormente como vamos reagir às condições ambientais, o que poderemos e teremos nesses novos tempos. Soma-se a isso, o trato com as questões de gênero e raça, cada vez mais a diversidade está em pauta.

É importante também situar a mulher catadora na sua condição de cidadã e pertencente a uma sociedade que a exclui. São poucas ou inexistentes as oportunidades para melhorar as condições de vida dessas mulheres e garantir ascensão social a partir do trabalho. Segundo Piscitelli (2009), temos papéis sociais predefinidos e determinados na sociedade. São papéis culturalmente construídos. Um percurso destinado à condição feminina e outro percurso destinado à condição masculina.

Nessa reflexão, temos processos transformadores do papel das mulheres na sociedade: são mães solo, mulheres chefes de família, mulheres que compõem a renda de forma substancial. Exercer o papel de prover é um desafio em face à ideia cristalizada no interior dos lares: a mulher desempenha o papel de mãe e a manutenção do lar fica a cargo do homem, até então considerado como chefe de família. A desconstrução social dos papéis é uma das

grandes bandeiras da mulher que passa a exercer mais outra atribuição: a de provedora de suas famílias.

Essas questões norteiam o texto, objetivando entender a força da mulher no âmbito da ação pública. Essa mulher que é subjugada ao poder masculino e dominada por diversas formas de violências, ainda assim, se torna liderança no trabalho de uma cooperativa de catadores e na manutenção da família e do lar. Vale considerar oportuno, o trabalho de Santos (2009), que nos situa a organização das cooperativas como espaços de construção de saberes, além de valorização da liberdade, do companheirismo, da aprendizagem da gestão, o que se pode considerar um exercício pleno de cidadania e, no caso das mulheres, a construção de sua liderança frente aos desafios, que é a gestão de si mesmas.

Nesse caminho, a economia popular confronta o modelo hegemônico, na perspectiva de manter um trabalho que não é de subsistência, mas de estratégias de vida. A Coopersoli Barreiro reflete as estratégias de vida que, ao longo de mais de duas décadas, vêm se gestando no interior do galpão, onde mulheres se apoiam para a transformação de suas vidas, consolidando o seu importante papel na sociedade em que vivem, entendendo o grau de importância de sua produção na concretização de um percurso mais sustentável para si, sua família e sua cidade.

O galpão de materiais recicláveis se configura como espaço da produção, gerando uma nova lógica de processar materiais diariamente descartados e coletados, para serem devolvidos ao ciclo de produção, como também espaço de trabalho para mulheres que reconceituam a sua condição na sociedade: mulheres que querem e desejam escrever suas próprias histórias.

#### **4.2. - A Interseccionalidade na Coopersoli Barreiro**

As cooperativas de catadoras de materiais recicláveis surgem como um movimento social e econômico que busca emancipar mulheres, em sua maioria negras e periféricas, da invisibilidade e precarização do trabalho de coleta e reciclagem. Também é preciso analisar a intersecção entre status, cor e raça na experiência das mulheres catadoras, investigando como esses fatores influenciam suas trajetórias, oportunidades e desafios dentro das cooperativas.

A Copersoli Barreiro é, sem dúvida, um exemplo de interseccionalidade. A configuração da cooperativa aponta para as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes num único espaço. As relações estabelecidas dentro desse espaço apresentam componentes de raça, sex e classe, todos definindo a vida das trabalhadoras, conjugando exclusão social e manutenção da pobreza. As interações, trocas, vivências e o exercício do trabalho demonstram a posição das estruturas que podem discriminar um grupo de

formas diversas e sobrepostas.

É possível afirmar que a Coopersoli é composta, na sua maioria, por mulheres negras e pobres, totalizando 37 mulheres e 10 homens,<sup>61</sup> . para além de outras diferenças que também podem ser excludentes como geração e orientação sexual. Como abordado anteriormente, as mulheres predominam no fazer da coleta de materiais, compondo essa categoria de trabalhadores de forma bem expressiva. Nos movimentos nacionais pró-catadores, a presença massiva de mulheres nas discussões por melhores amplitude de ganhos e de visibilidade é constante. Nessa jornada, as mulheres ainda continuam enfrentando um modelo de vida que lhes foi outorgado: ser mãe, dona de casa e trabalhadora.

Hooks (2018) afirma que o sexismo tirou das mulheres o seu lugar de contexto social, a opressão tornou-se uma ferramenta poderosa para que se mantivessem as relações entre homens e mulheres, onde um “naturalmente” oprime o outro. Os homens sempre foram os beneficiários do patriarcado. Vale dizer o significado disso: são relações constituídas socialmente, em que o universo masculino padroniza todas as existências, ou seja, há as funções definidas para as mulheres (o interior da casa, o cuidado com filhos e os pais idosos), enquanto os homens ocupam o espaço da rua, a vida social é também o seu lugar naturalizado. Mudanças, segundo Hooks(2018), precisam vir de maneira ampla, de forma que todos entendam a importância de se deslocarem os lugares, movimentar as estruturas que corroboram para que a mulher permaneça invisibilizada em seu potencial.

Por outro lado, precisou considerar a questão de raça. Historicamente, no processo de constituição da sociedade brasileira, o negro sempre esteve inserido no contexto da subalternidade. É comum ainda hoje imagens de pessoas negras em que se ressalta apenas a condição de quem vive do subtrabalho, não dando destaque à sua história pulsante, antes do contexto da colonização, que subordinou diversas etnias à condição de subserviência. É importante destacar que as etnias africanas possuíam saberes em várias áreas da arquitetura, matemática, garimpo, conhecimento de botânica, astronomia, música, culinária, dança, religião, dentre outros. Houve, na verdade, um apagamento que não desvelou a rica história dos povos africanos.

Theodoro (2005), afirma que o racismo institucional é um obstáculo a ser destacado e, a partir da Comissão Britânica para a Promoção da Igualdade Racial (Commission for Racial Equality-CRE/UK), o define como:

(...) a incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço

---

61 Dados coletados no caderno de campo - março/2023.

apropriado ou profissional às pessoas devido a sua cor, cultura ou origem racial/étnica (...) Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos, sejam eles minorias ou não (CRE/UK. 1999, apud WERNEC,2004).

Para Gomes (2001), as ações afirmativas são responsáveis por induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural, além de ampliar a representatividade nos diversos setores.

Na década de 60, a luta pelos direitos civis nos EUA, a luta contra o apartheid na África do Sul e o fim do colonialismo nos países africanos e asiáticos representaram mudanças significativas nos estudos sobre racismo no mundo. Passou-se a reconhecer que as práticas discriminatórias tinham vida própria, ou seja, causalmente, independente da prática de uma pessoa racista. Passou-se a visualizar as práticas racistas dentro das instituições e o que cria obstáculos e prejudica interesse de um grupo em função de sua etnia.

Para Wieviorka (2007), o racismo pode funcionar sem que opiniões ou preconceitos estejam em causa; ocorrendo dissociação do ator e do sistema. Mesmo que as instituições sejam administradas por pessoas que não se considerem racistas ou crentes em teorias racistas, elas podem estar sujeitas ao racismo inconsciente. Hoje, já se admite a existência do racismo, embora ainda ocorra negação; contudo, a prova mais importante da sua existência está na condição de inferioridade dos negros, que pode ser evidenciada por qualquer indicador social que se escolha, em qualquer período da história do Brasil.

O racismo institucional é revelado por meio de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas ou privadas, explícitos ou não, que dificultam a presença dos negros nesses espaços. A grande presença de mulheres negras em um trabalho que não demanda instrução maior e sua condição como pobres é um grande marcador do racismo. O acesso é dificultado, não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais. O racismo institucional gera hierarquias por práticas profissionais rotineiras, ditas neutras e universalistas dentro das instituições.

No contexto de uma cooperativa, o lugar de liderança é de uma mulher negra, mas ainda num espaço pouco valorizado e visibilizado. A condição de ser mulher já impõe um tratamento diferenciado nas relações que se forjam dentro das relações de trabalho. Essas catadoras discutem não apenas a rotina do trabalho, mas todo o curso de venda do material, possibilidades

de estocagem para garantir melhor preço; enfim, adentram esse sistema em que, habitualmente, homens estão mais inseridos. E são elas que executam e conduzem todo o sistema de produção do galpão. Paradoxalmente, esse espaço é ainda para a mulher pobre e negra.

A construção da identidade é um desafio que também perpassa esse espaço. Além de se perceberem maioria, precisam se empoderar nesse lugar de produção. Na Coopersoli, as falas de algumas mulheres consubstanciam esse entendimento; o espaço ocupado é delas e isso as legitima na ocupação e no convívio com os seus pares. Credibilizam que o avanço do trabalho está nas mãos daquelas que coordenam o galpão. Não desconsideram os homens, afirmam que é importante a presença deles em algumas atividades que exigem mais força, mas o comando e as orientações sempre se referem àquelas que, historicamente, fizeram o trabalho acontecer.

Reconhecer as catadoras, considerando a renda, quesito raça/cor e gênero, pode contribuir para melhor compreensão do perfil delas. No que se refere à renda, as desigualdades ficam mais evidenciadas, a partir do recorte por raça e gênero. A população com menor renda é a população autodeclarada negra. Segundo o PNAD (2022) -Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –, a população autodeclarada negra, no Brasil, composta por pessoas pretas e pardas, representa 55,9% do total.

Com relação ao quesito raça/cor, a maioria pode ser identificada a partir da observação de campo enquanto negra. Essa identificação reforça a importância do desenvolvimento de ações para uma sociedade antirracista que considere a diversidade do perfil das pessoas. Uma sociedade que entenda e lute contra seu racismo institucional pressupõe, entre outras variáveis, o trabalho e o reconhecimento da história africana, afro-brasileira, para além da escravidão.

As políticas afirmativas, compreendidas enquanto políticas de reparação frente ao notório processo de desigualdades sociais, que atinge em maior índice a população negra, são ferramentas que contribuem para a redução das desigualdades. Exemplo disso são as leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008. O processo de implementação dessas leis é vital para a construção de identidades raciais positivas e empoderamento por parte da população negra. Como visão de futuro, espera-se que as ações afirmativas, associadas às políticas de desenvolvimento social e econômico, contribuam para a redução das desigualdades.

Sabe-se que historicamente, o Brasil apresenta uma desigualdade extrema. Praticar a redistribuição de recursos é algo impensável, a associação entre posição social e cor sempre existiu. Park (1987), formula uma tese de que o Brasil é uma “sociedade multirracial de classes”, as barreiras sociais são decorrentes da ordem econômica, da cultura e da cor. A identificação social baseada em raça não favorece a vida das pessoas, seja socialmente ou de forma econômica. O fim da escravidão não possibilitou aos negros ascensão ou melhores

oportunidades de vida. Park (1987), ao visitar Salvador observa:

Em todo caso, para o estrangeiro que na Bahia percorra uma das elevações onde moram os ricos, é uma experiência um tanto bizarra ouvir, vindo dentre as palmeiras dos vales vizinhos, onde os pobres moram, o insistente rufar dos tambores africanos. Tão estreitas são as distâncias espaciais que separam a Europa situada nas elevações da África situada nos vales, que é difícil perceber a amplitude das distâncias sociais que as separam. (PARK, 1987, p.35 ).

Mas para nós, brasileiros, a vivência real deixa claro essas distâncias. Hooks (2018) fala do desafio da luta feminista, ressalta que na interseccionalidade, há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe geram diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida. Hooks (2018) aponta para uma questão fundamental, o fortalecimento e visibilidade do movimento feminista negro: as mulheres negras vivem na pele a dominação, antes de qualquer teorização sobre a opressão vivenciada pelas mulheres brancas. A organização das mulheres negras precede a das brancas. As mulheres negras já vivem em comunidade desde sempre, numa ajuda mútua, se fortalecem contra a opressão e se firmaram na identidade que vivem.

A técnica da SLU, Vanuzia, no seu relato, revelou a força determinante dessa sociedade de classes e qual é o lugar das catadoras e do lixo na cidade . Marx (2011) diz que o homem sozinho não é o responsável pela construção de sua história, mas os homens, coletivamente. Entretanto, as escolhas para a ação não são abstratas. Pautam-se pelas circunstâncias do presente que foram transmitidas pelo passado. Somente a conjunção de fatores leva a um desfecho histórico-social. A história é também vista como resultado do embate permanente entre diferentes classes. Para Marx (2011), “os homens fazem sua própria história, mas não fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado,”. Para ele, a história da humanidade é a “história das lutas de classes”, uma vez que , diz respeito às grandes transformações sociais pelas quais a humanidade já passou.

Nesse contexto de status, condição em que se vive aos olhos do grupo humano, pode-se pensar qual é o lugar das cooperativas de mulheres. Elas nascem como espaços de empoderamento e de emancipação, desafiando as desigualdades de gênero e buscando autonomia econômica. No entanto, a interseccionalidade de status, cor e raça tece uma complexa teia de desafios que exigem profunda investigação. Esse estudo se propõe a desnudar as nuances dessa intersecção, em que status socioeconômico, cor da pele e raça se entrelaçam na experiência das mulheres, dentro das cooperativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão da escrita de uma dissertação de mestrado se mostra bem distante de uma pretensa resolução, em sua totalidade, das inquietações que acompanharam a pesquisadora durante sua jornada. Em se tratando especificamente do presente trabalho, podemos dizer que, após toda a pesquisa e análise do objeto, da realidade do campo, das experiências das colaboradoras da pesquisa, por meio das práticas educativas construídas por técnicas da SLU e pelas catadoras da Coopersoli Barreiro, o espaço e as relações estabelecidas entre os sujeitos se concretizaram como momentos de aprendizagem e de ensinagem.

Em decorrência de seus desdobramentos para a gestão da coleta seletiva, muitos aspectos avançaram e se consolidaram, tornando a Coopersoli uma cooperativa reconhecida no contexto municipal e estadual. Destacamos, como expressivo e considerável, a organização das catadoras, mulheres que, ao serem convidadas para assumirem um galpão, para impulsionar na prática, o seu funcionamento, enquanto um empreendimento, experienciaram uma reviravolta em suas vidas. Elas assumiram a liderança e a condução de um processo complexo.

Precisaram aprender e apreender as dinâmicas do todo que ocorre em uma coleta seletiva, da mobilização social que precisa acontecer, desde a coleta de resíduos para reciclar até sua comercialização. Tratava-se de um negócio a ser engendrado, marcado pela insegurança de poder dar errado, idealizado por aquelas que se encontravam destituídas da possibilidade de um trabalho formal, de um ganho para manterem a si e suas famílias. Estavam à margem de qualquer possibilidade de inserção no mercado de trabalho, encontravam-se desamparadas frente às necessidades de sua sobrevivência.

A oportunidade que se aventou, a partir da apresentação do galpão para elas, serviu como elemento motriz, dinâmico, promotor de ação, de mudanças. Vários sujeitos passaram a se movimentar em torno da materialização de um projeto que, também, institucionalmente, já era analisado e almejado a implantação de uma coleta seletiva na cidade com a introdução de catadoras na cadeia de produção. A construção desse projeto uniu dois grupos: o poder público e as mulheres catadoras. A junção de esforços dá início a um propósito inovador para ambos: a gestão da coleta de materiais recicláveis, com o foco ambiental, mas também capaz de promover a dignidade humana daquelas que, estruturalmente, davam suporte ao processo.

Envoltas nos processos de movimentos sociais que almejavam melhores condições de moradia e vida, essas mulheres viram no galpão a possibilidade de tirarem dali a sua sobrevivência. As trocas, as vivências, as experiências, o aprendizado com outros sujeitos que

já realizavam a coleta seletiva foi o motor propulsor para acreditarem no sucesso do empreendimento.

As catadoras mais antigas, que estão juntas nesse trabalho, desde a fundação da Coopersoli, afirmaram que várias companheiras desistiram da empreitada e não acreditaram na chance de terem ganhos para as suas vidas. Essa não é uma realidade incomum, às pessoas pertencentes às classes populares, pela histórica negligência com que são tratadas pelo poder público. Acreditam desconfiando. O receio de serem mais uma vez preteridas, nos parece ter sido o motivo do afastamento de tantas pessoas durante o decorrer do processo. Das quatro comunidades originariamente envolvidas, algumas poucas mulheres caminharam juntas.

Este grupo enfrentou os desafios de um projeto novo, desconhecia os materiais que tinham potencial para serem vendidos e reciclados e não conhecia o mercado que tinha interesse no produto. O projeto trouxe para a cena do galpão, sujeitos que também estavam na lida, aprendendo sobre o funcionamento do trabalho.

A mobilização social da SLU também não tinha um conhecimento adequado para garantir às catadoras informações mais detalhadas sobre os vários processos da triagem e venda de materiais. Daí a busca por outros parceiros, como a ASMARE (já mais atuante e destacada nos processos de recolhimento, triagem e venda dos recicláveis) e algumas ONG's, como a Tzedaká, por exemplo, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)<sup>62</sup>, que trabalhava com a reciclagem do papel. Era preciso um grupo diversificado, tanto da sociedade civil, quanto de outras organizações (poder público e ONG's), para traçarem os caminhos da gestão da coleta seletiva. No caso, a Coopersoli aceitou o desafio de se estabelecer no Barreiro e tornar-se, de fato, um empreendimento.

Nessa caminhada, o saber popular, as trocas entre as catadoras da Coopersoli com outras catadoras que já conheciam o trabalho, juntamente com a pesquisa técnica realizada pela equipe da SLU, fomentaram o potencial para o projeto tornar-se real. Não foram tempos de plenitude, foram tempos de construção e produção dos conhecimentos, pois entender os meandros de um projeto, na lida diária, foi o grande desafio enfrentado por essas mulheres.

Aprender a negociar o material triado, ser credibilizada no mercado formal dos atravessadores foi um árduo percurso feito na cooperativa. A linguagem técnica, para se classificar os produtos coletados, também foi um obstáculo a ser vencido, assim como, entender da diversificada gama de plásticos a serem comercializados, o tipo de papel com maior valor

---

62 Esta OSCIP funcionou com projetos de cunho social, envolvendo, também a reciclagem como educação para os jovens que ali aprendiam o ofício de desenvolverem técnicas de fabricar o papel. Dados institucionais DP-PSM 2006.

comercial e para onde encaminhar o vidro. Toda essa tarimba foi sendo adquirida dentro do galpão e no Fórum Lixo e Cidadania. Nesses espaços, com a presença das catadoras, o conhecimento ia se materializando, se tornando um projeto, uma realidade.

Na construção de sujeitas conhecedoras do trabalho que exerciam na sociedade, as mulheres também enfrentaram o desafio de se tornarem educadoras ambientais e convencerem a população da adesão ao projeto de coleta seletiva. Para isso, elas também precisavam se convencer de seu potencial de mobilizar a população, a qual gera, produz e descarta os materiais, para se tornarem o fruto de seus ganhos. A equipe da mobilização se imbuíu de trazer para as discussões de formação, a importância que o trabalho das mulheres catadoras significava para a cidade. Não havia nada mais enriquecedor, segundo a equipe, do que a apropriação do espaço das ruas pelas catadoras, para divulgarem a coleta seletiva.

É certo que essa história ainda é recente, num país onde as desigualdades saltam aos olhos, principalmente quando nos referimos às mulheres, negras e periféricas e no seu trilhar para o reconhecimento. Essas mulheres ainda são assoladas pelo fantasma da desvalorização, da invisibilidade e, em alguns momentos, do desconhecimento de sua liderança frente a um projeto tão necessário ao nosso tempo de desafios, para mudanças de paradigmas quanto à percepção ambiental e aos problemas climáticos que estamos enfrentando.

Nesse movimento dinâmico de processo de trabalho, as cooperativas de catadoras de materiais recicláveis surgem, também, como um fator de intervenção social e econômica que busca emancipar mulheres, em sua maioria negras e periféricas, da invisibilidade e precarização do trabalho de coleta e reciclagem.

Ao longo deste trabalho, veio à baila analisar a intersecção entre *status*, cor e raça na experiência das mulheres catadoras. Investigando como esses fatores influenciaram e influenciam suas trajetórias, as oportunidades de se constituírem na vida e os desafios encontrados no trabalho diário.

A Coopersoli Barreiro é uma referência de cooperativa de material reciclado na cidade de Belo Horizonte. Ainda que os relatos das catadoras revelem a falta de organização do galpão, que é algo absolutamente normal em todas as organizações sociais. Ainda que haja escassa participação dos moradores locais, na educação ambiental e no trato com o lixo. Ao mesmo tempo, elas afirmam a importância da cooperativa e investem na formação, para conhecerem bem o trabalho e as demandas de cada componente, como uma possibilidade de proteção e ascensão social para si mesmas e para os seus filhos.

As técnicas da mobilização, ao longo de sua atuação, defenderam a necessidade de realizar uma ampla mobilização, com a finalidade de se construir uma rede social capaz de

transformar a cidade num espaço sustentável e de ampla coleta seletiva. Um processo educativo se estabelece, se abre para novas ações, novas práticas de conscientização e fomento da coleta seletiva na cidade. A proposta das mobilizadoras é estender para outros espaços da cidade a educação para a limpeza urbana, fazendo emergir uma nova configuração de trabalho e, com ela, os conflitos explícitos e implícitos de uma educação ambiental que se pretende realizar de forma cooperada, compartilhada e ampliada.

Trabalhei com a hipótese de que, no entendimento dos vários atores que participaram do processo, há uma intersecção para a construção da gestão de coleta seletiva, para a realização de uma educação ambiental para que se estabeleça uma cidade sustentável, destacando duas instituições: a SLU e a Coopersoli. Espaços e organizações diferentes que, apesar de não divergirem, não se pode dizer que sejam consentâneas. Ademais, ao escutar os vários atores que estão envolvidos no programa, pode-se verificar o que é complementar e o que é peculiar a esses dois territórios.

No lado institucional, por exemplo, mesmo que as técnicas almejassem interceder de forma mais contundente na busca de soluções para incrementar o trabalho da Coopersoli, esbarravam nas limitações burocráticas, próprias do poder público e, nem sempre, havia mudança ou avanço. Os entraves são inúmeros. Os caminhões para a coleta seletiva, que foram destinadas para as sete cooperativas em Belo Horizonte,<sup>63</sup> são um exemplo dos muitos desafios enfrentados pelas mulheres. Manutenção, disponibilidade de um motorista, planejamento de roteiro, esses entrelaçamentos acordados com o poder público, às vezes se revestem de muitos embates e discussões.

No Fórum Lixo e Cidadania, debates são acalorados e reivindicatórios, nem sempre se chegando a um consenso. A rotina da coleta nem sempre pode esperar pelas soluções que tramitam nos gabinetes.

Durante a pesquisa, alguns significados foram emergindo com mais veemência. Em relação às catadoras, elas nos apresentaram alguns pontos de fundamental importância, quando propõem uma educação ambiental para a cidade, advinda delas, sujeitas que andam pelas ruas e becos da cidade. A busca pela sobrevivência e o apoio dos cooperados são fundamentos expressos. Num diálogo franco, as entrevistadas chamaram atenção para a importância de se ter de onde tirar o sustento dos filhos e como o apoio das colegas é fundamental para isso acontecer. As catadoras da Coopersoli, em sua grande maioria, mulheres em estado de extrema

---

63 Em 2019, o prefeito Alexandre Kalil entregou, de forma simbólica, os caminhões para as sete cooperativas de Belo Horizonte, que passaram a assumir a coleta seletiva nas regiões atendidas pelo programa. Dados institucionais, departamento de Planejamento/SLU 2019.

vulnerabilidade, à frente da sobrevivência de suas famílias, destacaram a importância do trabalho na vida de cada uma.

Uma delas argumentou que é necessário construir referências positivas, outras ressaltaram a realidade da vida e a necessidade de que possam vivenciar e conhecer as diversas formas de viver do lixo. Concordaram que o trabalho foi modernizado e apontam a necessidade de tratar a questão do uso dos maquinários com as técnicas da SLU. Afirmaram a necessidade de se educarem, para lidarem com o contexto da modernização que chega e vai para dentro do galpão. O que as catadoras desejam é que o trabalho as mantenha seguras e protegidas da fome e da miséria. Dizem que as técnicas da SLU são grandes aliadas. Elas confiam nas ações técnicas da SLU, como sendo promotoras de possibilidades, para formá-las para o mundo do trabalho.

Nas atividades de formação, especificamente o último PTS, posso afirmar que, ao longo desses dois últimos anos, a convivência com os educadores presentes, a cada dois meses, no espaço do galpão, levou as catadoras a refletirem mais sobre o trabalho, assim como a reconhecem a necessidade de estarem participando desses encontros. Mesmo com a resistência das catadoras mais antigas (que sempre afirmavam que já sabiam sobre o que se falava nas rodas de conversa), veio à tona o que posso dizer que foi o sentido desses encontros: momentos em que podiam parar, sentar-se, conversar, trocar ideias sobre a dinâmica do que ali acontecia no dia a dia, discutir ou reclamar sobre essa ou aquela colega que precisava se engajar mais na produção ou ser pontual no horário de entrar para a cooperativa.

Resolviam, dentro dos temas abordados, o que era mais importante: a consciência da coletividade, encontrar formas de resolver sobre a ausência de mais catadoras no processo de trabalho, perceber que uma, sozinha, não conseguiria lidar com todos os reveses dessa ocupação.

No momento em que ocorreu este PTS, o mercado de materiais recicláveis passava e ainda passa, por uma “entressafra”, um tempo em que o material perde o seu valor no mercado, ficando com preços muito baixos, dificultando para a cooperativa manter a média de salários dos cooperados. Nessa linha, o galpão, abarrotado de materiais, com uma frente pequena de catadoras, gera incertezas, inseguranças. Nesse cenário, a presença de uma liderança capaz de conduzir esse tempo difícil, mas que será superado em algum momento, é o que almejam as catadoras da Coopersoli. A liderança da Cooperativa tem posição decisiva nesses momentos, manter acessa a chama de que tempos melhores virão, que o tempo inclemente há de passar. Esse tema é tratado diariamente no galpão.

A rotatividade é inevitável e acontece. Ao se introduzir as formações do PTS, o espaço de convencimento transcorre ao longo das atividades de palestras e oficinas realizadas pelos educadores da Ângulo Social. Muitos momentos foram utilizados para que as lideranças se levantassem e, pelo diálogo, pela palavra, despertassem nas trabalhadoras que o tempo é de unidade e não de deserção. O Fórum Lixo e Cidadania, com a mudança de superintendente, desmobilizou-se, mas não desmotivou as lideranças a continuarem no empenho de reivindicar pagamento pela triagem do material, recurso que pode manter as catadoras no trabalho, sem perdas tão significativas de seus ganhos mensais. Os ganhos pelo trabalho de mobilização social já acontecem, com o contrato de realização da coleta seletiva pelas cooperativas. Agora a luta é pelo pagamento da triagem/tonelada.<sup>64</sup>

Mesmo diante de tal embate, a Coopersoli se conecta com as técnicas da SLU, buscando unir esforços para que o empreendimento sobreviva e, mais, se desenvolva, se modernize, mesmo com as resistências de algumas cooperadas com o maquinário que chegou recentemente, através do Ministério das Cidades, via Projeto Técnico Social.<sup>65</sup>

As técnicas afirmaram que o programa mudou nos últimos anos, se profissionalizou. Hoje as catadoras têm contrato assinado com a Prefeitura, destacam que as políticas têm mudado a cada dia em direção ao respeito por elas, trabalhadoras. A falta de estrutura física, o quadro reduzido de pessoal, a falta de articulação e as divergências entre os vários agentes do processo são temáticas que as técnicas trouxeram para o debate. Nas entrevistas, percebi os diversos olhares, as várias representações de uma realidade que se revelava, dependendo do lugar e/ou do papel que cada uma desempenha na construção da coleta seletiva.

As técnicas ressaltaram que o mais relevante é a integração entre catadores(as) e a SLU. Relataram a necessidade e a importância da interação na construção diária do programa, numa construção coletiva. A SLU, ao definir a reestruturação do organograma da autarquia e destinar um lugar para um departamento voltado para ações de cunho popular e participativo, evidencia novas discussões com a sociedade diante da corresponsabilidade para com os destinos dos resíduos sólidos.

A Coopersoli e a SLU constituem uma promessa de mobilidade social e, portanto, elas defendem as instituições, falaram da competência da ação das técnicas da SLU e elogiam as relações constituídas. Para elas, a formação chega em boa hora, não só para tirar as dúvidas em

---

64 Ganhar pela triagem do material é garantir recursos por tonelada que sai do galpão para ser vendido aos atravessadores. Ao conquistar isso, as lideranças e representações que têm assento no Fórum Lixo e Cidadania acreditam na continuidade da coleta seletiva, sem que os cooperados desistam da manutenção do empreendimento, retirando-se, buscando outras alternativas de trabalho. Caderno de campo, março/2023.

65 Conforme termo de apostilamento processo número: 01.054.880/21-03, contrato 01/2022 SLU/DPJUR.

relação ao trabalho, mas também pelo que o projeto oportuniza, em se tratando de conhecimentos e aprendizagem. As catadoras, em vários momentos, se manifestaram positivamente face aos encontros de formação, entenderam a importância delas e entenderam que ficam visibilizadas dentro do propósito de aprendizagem. Destacaram a satisfação de serem contempladas com esse projeto técnico social.

Acompanhar esse processo, me permitiu entender o quão potente é esse espaço de trabalho e o quanto as mulheres conseguiram avançar na organização coletiva de sua produção. Elas percebem os tempos, por exemplo, o quanto é fundamental deixar a contabilidade por um momento, pois o caminhão que vai fazer a retirada do material a ser vendido não pode esperar. É preciso que todos os braços se ocupem no empenho da mercadoria já designada a chegar ao seu destino. São mais de 20 anos de trabalho, de busca, momentos de desânimo, de deserção, de vontade de insistir, de manter o trabalho que, afinal, pertence a todo mundo.

Não desanimar frente aos tempos de baixa de preços, persistir na valorização delas, trabalhadoras, que procuram mostrar para a sociedade a importância da coleta seletiva, um dos muitos caminhos que precisamos percorrer para atingir uma melhor qualidade de vida em nossa cidade. São profissionais no que fazem, são doutoras, no dizer de uma das lideranças. Mostram ao que vieram, quando se arriscaram a ter o próprio negócio. Vivenciam tempos de formação, um dos momentos em que, segundo elas, se expressam, falam sobre si, estando entre iguais e entre diferentes, trazendo ensinagens e salutares aprendizagens também.

O galpão cresceu em muito na sua capacidade de produzir, de aumentar as toneladas de materiais a serem vendidos. No ar, há uma atmosfera de que vão se profissionalizando, construindo estratégias para evidenciar o que fazem de valioso: tratar o resíduo que, sistematicamente, é descartado por todos, resíduo que pode retornar para o ciclo produtivo. É a fala que mais se observa entre as catadoras, é não tirar da natureza matéria-prima para produzir, mas tratar resíduos, para que se transformem, de novo, em mercadorias.

As mulheres catadoras entendem a importância de que o consumo precisa ser reduzido, entendem que a população precisa receber mais informações sobre o que é coleta seletiva, reivindicam do poder público maior publicidade do que fazem. É uma forma de valorizar esse trabalho na cidade. Afirmam que, ainda, precisam caminhar mais, para que o galpão continue operante, que tanto elas quanto a população compreendam o seu papel frente a um projeto que consideram digno e vitorioso.

Descobrir a potência de um território onde se recicla o lixo, investir na superação de uma sociedade fragmentada, descolada das pessoas e das suas reais necessidades é ainda hoje um grande desafio para as políticas públicas ambientais. Materializar um projeto educativo,

estabelecendo a importância da participação de todos nas decisões e na formulação de acordos e pactos que se desdobram numa sociedade melhor para se viver não é fácil e exige uma paciência histórica dos envolvidos. A experiência de implantação do Programa de Educação e Mobilização Ambiental aponta ser possível reformular e ajustar as práticas e concepções que desenvolvam e aprofundem a experiência da coleta seletiva e a valorização dos(as) catadores(as), no trabalho com o lixo produzido e gerado por nós.

As práticas educativas construídas entre as catadoras e as técnicas da mobilização social ainda precisam persistir junto à população. Precisam, segundo as catadoras, ter o reforço das mídias, ter mais visibilidade para uma maior adesão da população. Mas não descredibilizam a atuação que as técnicas tiveram ao longo de sua história, desde o nascimento de uma proposta até o momento. Os embates entre catadoras e técnicas reforçam a continuidade de espaços de construção e de luta que, mesmo tensionados, promovem a educação para a limpeza urbana, para a coleta seletiva e para o percurso que querem continuar trilhando.

É certo que esse percurso para a valorização das catadoras ainda é longo. A luta é valorizada, mas a vulnerabilidade é ainda real para as mulheres que não saíram da condição de pobreza. O trabalho nos galpões, liderados por mulheres negras e periféricas, há que caminhar muito, para que o empreendimento se torne capaz de transformar a vida dessas mulheres, permitindo que elas usufruam do que trazem de mais importante para a vida: a humanização das relações a partir do trabalho, o apelo a uma qualidade de vida propenso a que elas também estejam incluídas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. **Atualidade do conceito de conscientização na Educação Popular com base em Paulo Freire e João Bosco Pinto**. In: Reunião Nacional da ANPED, 2015.

ARROYO, G. Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais?** Belo Horizonte. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Atas de Reuniões do Fórum Lixo e Cidadania (2018/2022).

BARBOSA, Livia. Sociedade de consumo. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2004

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Superintendência de Limpeza Urbana na Belo Horizonte centenária. Belo Horizonte. 2000 176 p. Limpeza Urbana, Memória SLU.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 8052/2000**. Câmara Municipal de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE **Lei Nº10.532/2012**. Câmara Municipal de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE. **Prefeitura de Belo Horizonte**. Site: [www.pbh.gov.br/slu](http://www.pbh.gov.br/slu) (01/07/2023)

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano : compaixão pela Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BONAL, X.; TARABINO-CASTELLANI, A. y VERGER, A.(Comp.). **Globalización y educación: textos fundamentales**. Madrid: Miño y Dávila, p. 39-60, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O que é educação**. São Paulo, Brasiliense, 1981

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. **Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação**. Educar em Revista [online]. 2016, v. 00, n. 61, pp. 89-106. Disponível em: .ISSN1984-0411.[https://doi.org/ 10.1590/0104-4060.47204](https://doi.org/10.1590/0104-4060.47204).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988. Acesso em: 7 Agos. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 18 de ago. De 2023.

BRASIL. **Lei 11.645, de 29 de dezembro de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e

bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: Acesso em: 18 de ago. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de julho de 1990. Acesso em: 7 agos. 2023. 65

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: Acesso em: 9 agos. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.305/2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007. Cadernos de campo anos 2022/2023

CÂMARA, Átila. **Fluxos migratórios para o Brasil no início do século XXI:** respostas institucionais brasileiras. Disponível em: Acesso em 09 de Set de 2023.

COELHO, Ariadne Cristina. **Os limites e desafios da formação em economia popular solidária: educar para a prática da autogestão.** Dissertação para aquisição do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 133 p. 2013.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. **A observação participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem| Journal of Nursing, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** Curso Educação, Relações Raciais e Direitos Humanos. Ação Educativa. São Paulo, 2012. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; da UNI, Catedrático de Sociologia. Entrevista a Boaventura de Sousa Santos.

DIAS, Sônia M. **Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de mestre. Belo Horizonte, 204 p., 2002.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70.** Rio de Janeiro: Relumere-Dumará, 1994.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução coletivo Sycorax. Editora Elefante, 2019

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Uwe Flick: tradução Magda Lopes; revisão técnica Dirceu da Silva – Porto Alegre: Penso 2013.

FREIRE, Paulo. & NOGUEIRA, Adriano. **Teoria e prática em Educação Popular**. Petrópolis, Vozes, 1989 66

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol 7a. Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educadores de rua uma abordagem crítica**. Alternativas de atendimento aos meninos de rua UNICEF, Julho, 1989

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária**. In: Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2012.

\_\_\_\_\_. **Educar para a sustentabilidade**. Inclusão Social, [S. l.], v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1624>. Acesso em: 3 abr. 2024.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. In: Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI, Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001, disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010031842/4gadotti.pdf> URL>, acesso em

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor**. Educação & Realidade, v. 27, n. 2, 2002.

GIOLO, Jaime. **Educação de tempo Integral – resgatando elementos históricos e conceituais para o debate**. In: MOLL, Jacqueline (Org.).

GIROTTO, Juliana Carla. **Educação popular na construção de alternativas de economia solidária: um estudo de associações de catadores em Erechim/RS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação da Universidade de Passo Fundo – UPF, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em Educação. Passo Fundo, 119 p. 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 6 ed. revista, São Paulo, Cortez, 2005

\_\_\_\_\_. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3 ed – São Paulo, Cortez, 2005

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. currículo sem fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: Acesso em: 18 de ago. de 2023.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. **Colonialidade de gênero:**

**o feminismo decolonial de María Lugones.** VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, Rio Grande, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos).** Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 13, n. 2, nov. 2009, p. 112

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo – políticas arrebatadoras.** Tradução Ana Luiza Libânio 1a. Edição – rosa dos tempos, Rio de Janeiro, 2018.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo.**São Paulo: Ática, 2014

JÚNIOR, Luiz Antônio Ferraro (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores.**Brasília: MMA Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2a . ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.

LENT, Jeremy. **Oito falhas estruturais na visão de mundo ocidental.** Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/608124-oito-falhas-estruturais-na-visao-de-mundo-ocidental-artigo-de-jeremy-lent>. Acesso em 10 maio 2023

LOURERIRO, Carlos F. Bernardo. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira /** Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MARTINS, Renata Siviero. **O Trabalho como princípio educativo: a experiência dos catadores de recicláveis do projeto Novo Ciclo.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, 125 p. 2017.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução e notas de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011, versão eletrônica disponível em: [http://ateus.net/bbksgeralmarx\\_o\\_18\\_brumario\\_de\\_luis\\_bonaparte.pdf](http://ateus.net/bbksgeralmarx_o_18_brumario_de_luis_bonaparte.pdf). Acesso em: 08 jul. 2023.

MOLL, Jacqueline (Org.). **Caminhos da educação integral no Brasil – direito a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre: Penso Editora, 2012, p. 46- 71.

MOTA NETO, João Colares. **Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana.** In: Reunião Nacional da ANPED, 2017

MUNIZ, Sodré. **Reinventando a educa o: diversidade, descoloniza o e redes.** Petrópolis: RJ, 2012.

OLIVEIRA, Luiz; CANDAU, Vera. **Pedagogia decolonial e educa o antirracista e intercultural no Brasil.** 2010. Disponível em: . Acesso em: 22 de set. 2023.

PARK, Robert. **A cidade: sugestões para a investiga o do comportamento humano no meio urbano.** In VELHO, Octávio Guilherme (Org.). O fen meno urbano. 4. ed. Rio de

Janeiro: Guanabara, 1987.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.

PITANO, Sandro de Castro. **Problematizando referências para a educação popular: Paulo Freire e Jürgen Habermas**. In: Reunião Nacional da ANPED, 2017.

REIS, Elisa Pereira. **O estado nacional como ideologia: o caso brasileiro**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Almanaque Pedagógico Afro-Brasileiro*. 3.ed. Mazza Edições, 2012.

RODRIGUES, Neidson. *Educação: da formação humana à construção do sujeito ético*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 76, 2001. In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n76/a13v2276.pdf> 68

SANTOS, Ana Maria Marques. DELUIZ, Neise. *Economia Popular e Educação: Percursos de uma cooperativa de Reciclagem de Lixo no Rio de Janeiro*. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 7, p. 329-353 (2009).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000

SLU - **Textos institucionais** - Cartilha do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte – Março de 2017 (publicação institucional elaborada pela SLU) - anual de Compostagem Doméstica – elaborado por equipe de educação ambiental da SLU, com contribuição da E.M. Hélio Pelegrino.

\_\_\_\_\_ **Relatórios anuais** do Departamento de Políticas Sociais e Mobilização período 2012/2019

\_\_\_\_\_ **Relatório anual** do Departamento de Planejamento da SLU, 2018

SLOTERDIJK, Peter. **Ira e tempo: ensaio político-psicológico**. Estação Liberdade, 2012.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. **Educação para a competitividade ou para a cidadania social?** Brasília: UNB, 2000.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Ferramentas analíticas**. In: STRAUSS, Anselm. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Tradução Luciane de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008

TAVARES, Gabrielly da Silva; ALVES, Rita de Cássia Oliveira Lima; SANTANA, Weslei Gusmão Piau. **Cooperativismo e Liderança Feminina: um estudo sobre as cooperativas de crédito em vitória da conquista**, In: XVII Semana de Economia e o III Encontro de

Egressos de Economia da UESB. Disponível em:

[http://www2.uesb.br/eventos/semana\\_economia/2018/downloads/anais/GT5\\_COOPERATIVISMO%20E%20LIDERANCA%20FEMININA.pdf](http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2018/downloads/anais/GT5_COOPERATIVISMO%20E%20LIDERANCA%20FEMININA.pdf). Acesso em abr.2023

THEODORO, Mário (org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. 2. Ed. IPEA, 2008.

TIRIBA, Lia. **Educação popular e pedagogia (s) da produção associada**. Cadernos Cedes 27 (2007): 85-98

## ANEXOS

### **Questões para orientar as entrevistas semiestruturadas com catadoras/es da Cooperativa Solidária dos Recicladores do Barreiro e Região – COOPERSOLI Barreiro**

- Por favor, se apresente, nome completo, sua idade, como você se declara – negra, parda, branca, amarela, outra, onde mora, quanto tempo você trabalha na Coopersoli Barreiro? Atuou em alguma outra cooperativa? Quando e qual?
- Conte um pouco sobre o início de você e suas companheiras iniciarem a ideia de serem uma cooperativa. Contaram com alguma ajuda do governo? Em qual momento? Quais parceiros foram apoiando essa ideia?
- Como foi a aproximação da SLU? A relação foi positiva, o apoio inicial do poder público como aconteceu?
- Fale um pouco sobre as primeiras experiências de capacitação que vocês tiveram junto à SLU.
- No ano de 2019, a PBH realiza um contrato importante com vocês: vocês atuarem em todo o processo do ciclo da coleta seletiva: mobilizar, coletar, levar para o galpão, triar, enfim, todo o processo de trabalho está nas mãos de vocês. O que significou esta mudança?
- Vc considera que as capacitações e orientações e acompanhamentos foram importantes neste novo processo de trabalho das cooperativas em BH?
- Como é o processo de mobilização que vocês fazem junto aos moradores dos bairros onde coletam material reciclável? Como são recebidas estas informações pelos moradores?
- As capacitações\* para esta mobilização são suficientes para fazer acontecer este processo?
- Se você fosse analisar estas capacitações de formação, o que você acrescentaria ou retiraria das mesmas??
- Que estratégia você utiliza para “convencer” esta/e moradora/r da importância da coleta seletiva? É comum encontrar resistência? Moradora/r sem paciência, sem querer receber o material informativo
- Você considera importante este papel de não ser apenas catadora/r, mas, também, educadora/r ambiental? Como é esta construção para você?
- Você pode relatar sua experiência nas ruas nos momentos de mobilização das/os moradoras/es?

\* são formações realizadas pelas/os técnicas/os da mobilização social da SLU junto às/aos catadoras/es para que estes façam a conscientização das/os moradoras/es para adesão à coleta seletiva.

## **Roteiro de questões para orientar as entrevistas semiestruturadas com Técnicos da SLU Superintendência de Limpeza Urbana**

Informações iniciais:

Nome da entrevistada:

Idade:

Como você se declara: negra, parda, amarela, branca, outro.

Um breve resumo da trajetória da entrevistada na SLU- Superintendência de Limpeza Urbana:

1. No processo de trabalho com as cooperativas, qual é o ponto de partida para uma contribuição no campo da mobilização? Como são pensados os passos para a discussão com estas/es catadoras/es?

2. Quais são as dificuldades encontradas no processo de organização deste trabalho de mobilização/formação/capacitação junto às/aos catadoras/es? E quais são as estratégias criadas para uma maior proximidade com estas/es trabalhadoras/es?

3. Você pode relatar um pouco sobre alguma experiência vivenciada com a Coopersoli Barreiro na busca por um aprimoramento no processo de trabalho da cooperativa? Quando aconteceu? Como foi essa vivência? Como foi o envolvimento das catadoras/es? Houve resistência? Fizeram alguma avaliação do processo, foi possível?

As perguntas seguintes se referem ao processo atual, do PTS e da nova modalidade de contrato com as cooperativas, onde elas assumem o processo de coleta do material, de forma mais ampliada.

4. Você pode relatar sobre o momento atual que a Coopersoli Barreiro vive? Como as catadoras estão se inserindo nesse processo de também fazerem a mobilização para a coleta seletiva?

5. Que elementos são levantados para a construção deste processo de educação ambiental para atingir de forma mais eficaz a população? Qual escuta é feita destas/es que precisam desta mobilização para o sucesso da coleta seletiva? Considerando que esta escuta seria uma forma de construção de um engajamento para a participação popular para a coleta seletiva.

6. Como você observa as dificuldades enfrentadas pelas/os catadoras/es nesta mobilização e na nova modalidade de contrato com o poder público?

A pergunta seguinte refere-se a uma percepção que você tenha sobre a atuação das catadoras e sua organização de trabalho coletivo.

7. Relate um pouco sobre a vivência de um processo de mobilização que tenha realizado em conjunto com estas/es catadoras/es. Como você vê a atuação desta/e catadora/r nas ruas? Ao

longo de seu trabalho de técnico houve um crescimento substantivo? O que precisa ser redimensionado nesta prática educativa da/o catadora/r?